

Ten Cel PM WILSON TAKAO KUBO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS DA
CORREGEDORIA PM NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Monografia de conclusão de curso,
apresentada ao Departamento de
Contabilidade, do Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
do Paraná, como requisito para obtenção
do título de Especialista em Estratégia em
Segurança Pública.**

**Orientador: Professor Américo Augusto
Nogueira Vieira, D.Sc.**

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas incontáveis bênçãos derramadas em minha vida.

Ao meu orientador de conteúdo Ten Cel PM Wanderley Pereira, pela amizade, colaboração e sábias orientações durante a elaboração desta monografia.

Ao meu orientador metodológico Prof. Américo A. Nogueira Vieira pelos ensinamentos relevantes para consecução e finalização desse trabalho.

Aos Oficiais e Praças da Corregedoria PM que de alguma maneira colaboraram para a concretização deste trabalho.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná e instrutores da Polícia Militar do Paraná, pelos conhecimentos que me foram transmitidos.

À minha esposa, Sofia, e a meus filhos,
William, Haydée e Eric, por minha
ausência durante a confecção deste
trabalho.

Aos meus pais, por possibilitarem mais
uma etapa no meu aperfeiçoamento.

Resumo da Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná e à Academia Policial Militar do Guatupê, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estratégia em Segurança Pública.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS DA CORREGEDORIA PM NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Wilson Takao Kubo
Curitiba/2007

Orientador: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Programa: Convênio UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê)

A Corregedoria PM, através dos tempos, atua em contínuo processo de desenvolvimento e procura soluções que propiciem a excelência na prestação de serviços. Essa filosofia de ação possibilita novos posicionamentos, conceitos e objetivos, e motiva seus integrantes a propor mecanismos à Instituição Policial-Militar voltados ao atendimento das necessidades da comunidade à qual pertence. No triênio de 2004/2005/2006, a Corregedoria PM registrou mais de 12.000 denúncias contra Policiais Militares, das quais mais de 3.000 foram em desfavor dos que trabalham ou residem no interior do Estado de São Paulo. Esse número significativo de denúncias provoca constantes deslocamentos de integrantes da Corregedoria PM e causa-lhes desgaste físico e psicológico. Além disso, por muitas vezes, a atividade exige a permanência dos agentes longe do convívio familiar por vários dias, bem como em situações de alto risco. Ademais, o comportamento diferenciado torna-os pessoas suspeitas e dificulta o trabalho investigativo, uma vez que atuam em trajes civis e com viaturas descaracterizadas, aliado ao fato de serem pessoas estranhas ao cotidiano da cidade. Assim, a presente monografia tem como escopo propor a criação de bases operacionais destacadas no interior do Estado, para melhorar a apuração de ilícitos praticados por Policiais Militares nas cidades distantes da Capital.

PALAVRAS-CHAVE: Corregedoria. Otimização. Distribuição Geográfica.

Abstract of the Mongraphy presented to the Universidade Federal do Paraná and to the Academia Policial Militar do Guatupê, as part of the requirements to obtain the Specialist's D.Sc. title in Public Safety.

PROPOSAL OF CREATION OF OPERATIONALS BASES OF THE
MILITARY POLICE CORREGEDORIA IN THE COUTRYSIDE OF SÃO
PAULO STATE

Wilson Takao Kubo
Curitiba/2007

Advisor: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) accord

The MP Corregedoria, through the times, act in continuous development process and search for solutions that propitiate the excellency in the rendering of services. This philosophy of action makes possible the new positionings, concepts and objectives, and motivates its integrants to suggest mechanisms to the Military Police Institution, pointed to the attendance of the community which belongs necessities. At the triennial of 2204/2005/2006, the MP Corregedoria registered more than 12.000 denunciations against Military Police Officers, which more than 3.000 had been contrary for the ones that work or live in the countryside of São Paulo. This significant number of denounces provokes constant displacements of integrants of the MP Corregedoria and causes physical and psychological consuming in it. Besides, for many times, the activity demands the permanence of the agents far from the familiar conviviality per many days, as well as in situations of high risk. In addition the differentiated behavior turn them into suspicion people and makes hard the work of investigation, because they work in civil suits with featureless vehicles, ally to the fact of being strange people to the daily of the city. This way, the present thesis has as target to suggest the creation of operational bases detached in the countryside of the state, to improve the verification of illicit practised by Military Policemans on the cities far from the capital.

WORD-KEY: Corregedoria. Otimização. Geographic Distribution.

Quando você começa a fazer algo,
sempre tem alguém torcendo contra.
Se você consegue
ultrapassar as primeiras dificuldades,
a torcida contra aumenta.
É preciso saber aproveitar isto.
Não adianta querer agradar todo mundo.
Só os medíocres conseguem isso,
e às custas de muito sacrifício pessoal.
Use a energia da torcida contra
para adestrar a sua vontade,
ser mais profundo e mais sério
no que está fazendo.
Entretanto, se este tipo de torcida
afastar você de seu caminho,
é porque este não era o certo.
Se fosse, só mesmo a mão de Deus
poderia ter feito alguma coisa.

Paulo Coelho

PREFÁCIO

Sinto-me lisonjeado por ter a possibilidade de manifestar impressões sobre o trabalho do Ten Cel PM Wilson Takao Kubo, autor do escrito monográfico “Proposta de Criação de Bases Operacionais da Correg PM no Interior Do Estado”.

Referido trabalho vem preencher lacuna no esforço que a notável Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo vem empreendendo desde a sua criação, na busca da excelência na prestação de serviço e conseqüente melhoria para a população que procura aquele órgão, transmitindo confiança, credibilidade e respeitabilidade a pessoas que foram vítimas de condutas irregulares de alguns integrantes de nossa valorosa Instituição.

Utilizando-me dos próprios ensinamentos colhidos pelo autor, quando descreve o capítulo 2 de sua monografia, “A Importância da Corregedoria PM”, “... considerando a premissa de que as instituições só sobrevivem se cumprirem com esmero as suas missões e atenderem de forma correta e adequada àqueles que dela necessitam”, verifica-se que o trabalho demonstrou exatamente como administrar e resolver tal mister.

Teve o autor dedicada atenção ao elaborar um trabalho permeado pelo rigor do método científico, dotado de elementos conceituais providos de fontes confiáveis, pesquisas aos órgãos internos e externos, realização de benchmarking com a Corregedoria da Polícia Civil, a qual possui corregedorias auxiliares, utilização de ferramentas estatísticas para dar confiabilidade às suas propostas e, sobretudo, escreveu algo relevante e inédito, que também foi confirmado em sua pesquisa como sendo desejoso da parte dos Comandantes de Unidades do Interior.

De não menor importância foi o convívio com o brilhante Oficial, durante 12 anos, junto àquele órgão corregedor, que me fez perceber sua seriedade, seu compromisso com a organização que serve, seu perfil intelectual e suas características humanas, oportunidade em que convivi com um cavalheiro, educado, cordial e de sobremodo respeitoso.

A minha condição de também Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo me faz não só desejar, mas projetar um futuro confiável e promissor para esta Instituição.

Profissionais do gabarito do autor asseguram que sua jovem oficialidade conduzirá a mais que sesquicentenária Milícia de Tobias de Aguiar a continuar sua trajetória de sucesso, perpetuando suas vocações de pioneirismo, desprendimento de valores menores e de verdadeiramente servir, com legitimidade, as pessoas de bem.

Logicamente, para que tal ocorra, os caminhos da modernidade gerencial são indispensáveis para que novos princípios sejam definitivamente acentuados na gestão da Corporação, como a gerência participativa, a descentralização, a gestão baseada em processos e a garantia da qualidade dos serviços oferecidos.

Sinto-me honrado e feliz em ver o presente trabalho concluído.

Que o Senhor Deus dos Exércitos recompense o seu esforço e lhe dê os galardões na terra proporcionais aos galardões angariados nos céus, pois o Senhor, Ten Cel PM Wilson Takao Kubo, com este trabalho, contribui para o aperfeiçoamento de uma das mais abençoadas instituições na face da terra – a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Wanderley Pereira
Tenente Coronel PM

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APFD	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO
ART.	ARTIGO
BOL G	BOLETIM GERAL
BOL G RES	BOLETIM GERAL RESERVADO
BOP	BASE OPERACIONAL
BPGE	BATALHÃO DE POLÍCIA DE GUARDAS ESPECIAIS
BPM/I	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR
BPM/M	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR METROPOLITANO
CCSV	COMPANHIA DE COMANDO E SERVIÇO
CIA	COMPANHIA
CMDO	COMANDO
CMDO G	COMANDO GERAL
CMT G	COMANDANTE GERAL
CPA	COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA
CPI	COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR
CPM	COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO
CORREG PM	CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
DPM	DELEGACIA DE POLÍCIA MILITAR
DPM	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA MILITAR
DPT OP	DEPARTAMENTO OPERACIONAL
DPT TEC	DEPARTAMENTO TÉCNICO
DE	DIRETORIA DE ENSINO
DA	DIVISÃO ADMINISTRATIVA
DIV INV	DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO
DPD	DIVISÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES
DPG	DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS GERAIS
IP	INQUÉRITO PENAL

IPM	INQUÉRITO POLICIAL MILITAR
MP	MINISTÉRIO PÚBLICO
OPM	ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR
PDO	PATRULHAMENTO DISCIPLINAR OSTENSIVO
POE	PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
PPE	PELOTÃO DE POLICIAMENTO ESPECIAL
PPJM	PLANTÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR
PC	POLÍCIA CIVIL
PM	POLÍCIA MILITAR
PI	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO
QCG	QUARTEL DO COMANDO GERAL
QG	QUARTEL GENERAL
QPO	QUADRO PARTICULAR DE ORGANIZAÇÃO
RD	REGISTRO DE DENÚNCIA
RR	RESERVA REMUNERADA
SAP	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
SCD	SEÇÃO DE CONSELHO DE DISCIPLINA
SCMT PM	SUBCOMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR
SFO	SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA
SFM	SEÇÃO DE FINANÇAS E MATERIAIS
SINV	SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO
SI	SEÇÃO DE INFORMÁTICA
SIOM	SEÇÃO DE INSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS
SJD	SEÇÃO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA
SPA	SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
SPAD	SEÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES
SPD	SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES
SPI	SEÇÃO DE PERÍCIA E IDENTIFICAÇÃO
SPJ	SEÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

SR	SERVIÇO JUDICIÁRIO
SSA	SUBSEÇÃO DE ANÁLISE
SSAI	SUBSEÇÃO DE ARQUIVO E INFORMAÇÕES
SSC	SUBSEÇÃO DE CONTROLE
SSAO	SUBSEÇÃO DE ARQUIVO OPERACIONAL
SSFA	SUBSEÇÃO DE FICHÁRIO E ANTECEDENTES
SSPJ	SUBSEÇÃO DE POLICIAMENTO JUDICIÁRIO
SSFO	SUBSEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA
SSP	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
TEN CEL PM	TENENTE CORONEL DE POLÍCIA MILITAR
UISMÉDICA	UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MÉDICA
UISODONTO	UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE ODONTOLÓGICA

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2004
GRÁFICO 2	DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2005
GRÁFICO 3	DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2006
GRÁFICO 4	DENÚNCIAS ENCAMINHADAS – CPI-1 ao CPI-7 em 2004
GRÁFICO 5	DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2005
GRÁFICO 6	DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2006
GRÁFICO 7A	PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO POR CPI .
GRÁFICO 7B	PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO POR ANO
GRÁFICO 8A	OUVIDORIA POR CPI
GRÁFICO 8B	OUVIDORIA POR ANO
GRÁFICO 9A	REGISTROS DE DENÚNCIA POR CPI/ANO
GRÁFICO 9B	REGISTROS DE DENÚNCIA POR CPI
GRÁFICO 10A	DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA POR CPI
GRÁFICO 10B	DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA TOTAL POR CPI
GRÁFICO 11A	TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS POR CPI/ANO
GRÁFICO 11B	TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS POR CPI
GRÁFICO 12	ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS POR CPI
GRÁFICO 13	DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NA OPM
GRÁFICO 14	DIFICULDADES EM APURAR DENÚNCIAS
GRÁFICO 15	MEIOS MATERIAIS E HUMANOS
GRÁFICO 16	IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA CORREGEDORIA
PM
- QUADRO 2 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO
OPERACIONAL
- QUADRO 3 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO
TÉCNICO
- QUADRO 4 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS
- QUADRO 5 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DAS BASES
OPERACIONAIS

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 - DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2004
- TABELA 2 - DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2005
- TABELA 3 - DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2006
- TABELA 4 - DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2004
- TABELA 5 - DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2005
- TABELA 6 - DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2006
- TABELA 7 - PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO
- TABELA 8 - OUVIDORIA
- TABELA 9 - REGISTROS DE DENÚNCIA
- TABELA 10 - DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA
- TABELA 11 - TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS
- TABELA 12 - ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS POR CPI

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	21
2.1	RESUMO HISTÓRICO DA CORREGEDORIA PM	21
2.2	ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA DA PM	26
2.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CORREGEDORIA PM	28
2.4	ESTRUTURA OPERACIONAL DA CORREGEDORIA PM ...	31
2.4.1	Departamento Operacional	31
2.4.1.1	Seção de Fiscalização Ostensiva	32
2.4.1.2	Divisão de Investigação – Div Inv	33
2.4.1.2.1	1ª e 2ª Seção de Investigações – SInv	34
2.4.1.2.2	3ª Seção de Investigação – 3ª SInv	34
2.4.1.2.3	4ª Seção de Investigação – 4ª SInv	35
2.4.1.2.4	Seção de Perícia e Identificação – SPI	35
2.4.2	Departamento Técnico – Dpt Tec	36
2.4.2.1	Divisão de Procedimentos Gerais – DPG	37
2.4.2.1.1	Seção de Polícia Judiciária – SPJ	37
2.4.2.1.2	Seção de Procedimentos Administrativos – SPA	37
2.4.2.2	Divisão de Processos Disciplinares – DPD	38
2.4.2.2.1	Seção de Processos Administrativos Disciplinares – SPAD	38
2.4.2.2.2	Seção de Conselho de Disciplina - SCD	39
2.4.2.2.3	Seção de Procedimentos, Recursos e Informações Judiciais – SPRIJ	39
3	A IMPORTÂNCIA DA CORREGEDORIA PM	41
3.1	ANÁLISE DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS NA CORREGEDORIA PM EM DESFAVOR DOS POLICIAIS MILITARES	41
3.1.1	Origem das Denúncias	42
3.1.2	Como as Denúncias são Distribuídas e Controladas	42
3.2	DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS (PI)	44
4	PESQUISA DE DADOS	46
4.1	OBJETIVO E METODOLOGIA CIENTÍFICA	46
4.2	RESULTADOS	46
5	DADOS ESTATÍSTICOS DAS DENÚNCIAS	51
5.1	POR ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS	62
6	DESCENTRALIZAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO	64
6.1	DIVISÃO DAS CORREGEDORIAS AUXILIARES	65
6.1.1	As Corregedorias Auxiliares	66
7	IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS	68
7.1	FINALIDADE	69

7.2	ONDE IMPLANTAR	69
7.3	COMO IMPLANTAR AS BASES OPERACIONAIS	71
7.4	SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL ..	73
7.5	AVALIAÇÃO DE CUSTOS	75
8	CONCLUSÃO.....	84
	BIBLIOGRAFIA	86
	APÊNDICE	87
	ANEXOS	89

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

Trabalhando na Corregedoria PM há mais de vinte anos, o autor teve a oportunidade de vivenciar, sob os mais variados ângulos, o problema da indisciplina e criminalidade dentro da Corporação. Tendo já atuado em todas as áreas do Órgão Corregedor, pôde perceber, ao longo desses anos, os problemas, as dificuldades, as limitações em levar adiante uma apuração correta, justa e imparcial de delitos com envolvimento de Policiais Militares.

O tema deste trabalho foi definido justamente a partir da consciência formada de que é preciso atuar em contínuo processo de desenvolvimento, na procura de soluções adequadas que propiciem a excelência na prestação de serviço, e da constatação de que a população, como principal recebedora dos serviços prestados pela Polícia Militar, muitas vezes, é vítima de condutas irregulares de alguns integrantes dessa valorosa Instituição, apesar da prevalência dos profissionais competentes, honestos e de reputação ilibada, existentes nas fileiras da Corporação.

Nesse contexto, em que há um elevado número de denúncias em desfavor de Policiais Militares radicados no Interior do Estado, é imperativa a criação de bases operacionais nas diversas regiões de atuação da Organização, para atender essas demandas, as quais impõem consideráveis dificuldades à Corregedoria PM, ou seja, desgastes físico e psicológico dos agentes, insuficiência de recursos materiais e humanos, fatores que comprometem a qualidade das apurações.

Por outro lado, os comandantes das unidades do Interior acabam por não realizar uma apuração adequada, por não disporem dos recursos necessários, bem como em decorrência do conhecimento mantido entre o investigador e o investigado.

Diante do exposto, o presente trabalho demonstrará a necessidade de implantação de “bases operacionais da Corregedoria da PMSP”, como forma de

otimizar a apuração de ilícitos na Corporação evitando a falta de subsídios e as inerentes dificuldades decorrentes dos contatos amistosos entre investigador e investigado.

No segundo capítulo, apresentar-se-ão as características gerais da Corregedoria PM, como órgão da Corporação responsável por assegurar a disciplina e apurar infrações penais no âmbito da Instituição Militar Estadual, com abordagem de elementos históricos, atribuições e estrutura organizacional e operacional.

No terceiro capítulo, dar-se-á ênfase à importância da Corregedoria PM como órgão responsável pelo registro e controle de denúncias recebidas de inúmeras fontes de informação. Tratar-se-á, também, das análises das denúncias, origens, distribuição, controle e dados estatísticos.

No quarto capítulo, abordar-se-á a estrutura da Corregedoria Geral da Polícia Civil, a sua descentralização e a criação das Corregedorias Auxiliares no interior do Estado de São Paulo.

No quinto capítulo, enfocar-se-á a proposta de criação de bases operacionais da Corregedoria PM no interior do Estado, na qual se aponta a finalidade do projeto, assim como a subordinação administrativa e operacional, a viabilidade da proposta e de sua aplicação na Instituição Policial - Militar.

No sexto capítulo, detalhar-se-á o resultado da pesquisa de campo, objetivando mensurar o grau de dificuldade dos Comandantes de OPM do interior em investigar os desvios de conduta de Policiais Militares e o interesse na criação das Bases Operacionais da Corregedoria PM nas áreas de sua unidade. As questões foram elaboradas procurando, de forma clara e objetiva, propiciar aos pesquisados respostas diretas que possam fornecer a dimensão exata do objetivo da pesquisa.

Finalizando, sétimo capítulo, propor-se-á a criação de bases operacionais da Corregedoria PM em nossa Corporação nas cidades do interior do Estado. Procurar-se-á, em linhas gerais, mostrar a viabilidade do trabalho inicial e gradual até o objetivo final.

CAPÍTULO 2

2 CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

A Corregedoria da Polícia Militar, órgão de direção geral, subordinado diretamente ao comando da corporação, ao longo dos anos, tem fornecido subsídios para garantir a manutenção dos pilares mestres da Instituição, a Hierarquia e a Disciplina, quer por intermédio de ações da Patrulha Disciplinar Ostensiva, quer por intermédio da Patrulha Disciplinar Reservada, e ainda por meio de controle e auditoria de Inquéritos Policiais Militares, Sindicâncias e Processos Regulares de todas as unidades da Polícia Militar do Estado. Assim, neste trabalho, reverencia-se a história de uma unidade que tem contribuído na vigilância da conduta dos integrantes da Instituição, para que o Estado possa garantir os direitos fundamentais da pessoa humana.

2.1 RESUMO HISTÓRICO DA CORREGEDORIA PM

A história da Corregedoria PM remonta aos idos de 1950, com a criação de um órgão com a finalidade de zelar pela disciplina e fiscalizar a tropa da Força Pública, ligado ao Comando Geral, idealizado com base em similares existentes em outras organizações militares.

A necessidade de uma unidade disciplinadora foi gerada por uma grave situação de indisciplina que se instalou na Corporação na década de 40 e teve seu ápice em 1949.

Naquela época, a Força Pública, para atender a grande demanda de servir a população paulista, deixou sua característica de tropa aquartelada e passou a

¹ Dados obtidos através de registros históricos da Corregedoria da PM

exercer a atividade de policiamento ostensivo preventivo fardado nas ruas de São Paulo, o que acarretou o afrouxamento da disciplina, em face da maior dificuldade em exercer o controle e a fiscalização dos seus homens.

A população passava a ter mais contato com a tropa, e os reflexos dessa indisciplina eram observados pela comunidade e explorados pela mídia. Duras críticas eram feitas por representantes de vários segmentos da sociedade à Instituição.

O aumento de efetivo, os poucos vencimentos, o despreparo profissional, a desmotivação para a função de policiamento, a falta de comprometimento dos integrantes dos seus quadros com a Instituição, a ineficiência da fiscalização ao subordinado, o exercício de atividades remuneradas fora da Corporação, a instabilidade social e fragilização de seus valores morais, entre outros, foram considerados fatores geradores de tal situação.

Ciente de sua responsabilidade perante uma comunidade numerosa e importante, como é a comunidade paulista, o Comandante Geral da Força Pública, na época, Coronel Eleutério Brun Ferlich, resolveu criar uma força de elite, capaz de se impor pela disciplina e fiscalizar os homens fora dos aquartelamentos.

Em 1950, conforme publicação no Boletim Geral n.º182, de 16 de agosto de 1950, foi criada a DPM- Delegacia de Polícia Militar, com a finalidade de colaborar com o restabelecimento da disciplina na Corporação.

A DPM foi sediada inicialmente na Avenida Tiradentes, 1088, junto ao Quartel do Comando Geral, sendo designado primeiro comandante o Major PM José João Batal e como auxiliar o 2º Tenente PM Theodoro Cabette. Naquela ocasião, foi implantado um braçal de pano azul ferrete, com a sigla DPM em letras amarelas, para uso e identificação dos integrantes da nova unidade.

À Delegacia de Polícia Militar estavam atribuídas, então, as seguintes missões:

- a) Instaurar Inquéritos Policiais - Militares por delegação do Comando Geral;
- b) Proceder a investigações;
- c) Estabelecer policiamento preventivo e repressivo e cooperar na fiscalização da disciplina fora dos corpos e estabelecimentos;

- d) Executar o policiamento na zona de meretrício e imediações;
- e) Montar guarda no Quartel General;
- f) Outras medidas que fossem determinadas pelo Comando Geral.

Nos anos seguintes, a unidade sofreu varias mudanças e recebeu missões não relacionadas à finalidade principal para qual foi instituída. Em 1952, a Corporação interessou-se pelo emprego do cão no policiamento e criou um pelotão de cães pastores alemães trazidos da Argentina, incorporado à DPM. Em 1954, a DPM recebeu o grupo de pára-quedistas da Corporação, e sua denominação foi modificada para Companhia de Policiamento Aéreo Transportado (CPAT).

Em 13 de maio de 1957, foi extinto o grupo de pára-quedistas, e a unidade passou a ser denominada Departamento de Polícia Militar, novamente a sigla DPM. Foi designado como comandante o então capitão PM Edison Falco Lacerda e nela classificados os tenentes Theodoro Cabette, Silvio Emílio e Cid Benedito Marques. A mudança de “Delegacia” para “Departamento” foi em razão dos atritos gerados com a Polícia Civil a respeito do emprego do termo.

A partir de 1964, o DPM teve seu funcionamento regulamentado, ligado administrativamente ao Comandante da unidade Quartel General, com a seguinte organização:

- a) Pelotão de Policiamento Especial (PPE);
- b) Setor Reservado (SR);
- c) Policiamento Disciplinar Ostensivo (PDO);
- d) Almoxarifado;
- e) Sargenteação.

Em 1966, o Boletim Geral n.º 61 publicou a alteração do braçal da unidade, instituindo-o em napa azul, com o brasão da subunidade e com as letras DPM em metal amarelo. Em 15 de dezembro de 1967, durante o desfile em comemoração ao aniversário da Corporação, sob o comando do capitão PM Luiz Sebastião Malvásio, a tropa do DPM ostentou pela primeira vez a boina azul, outra peça do uniforme que se tornou tradicional.

De 23 de abril a 27 de outubro de 1969, sua sede foi transferida do QG para o 1º Batalhão de Polícia “Tobias de Aguiar”, para fazer parte do Batalhão de Operações Especiais.

Através do Boletim Geral n.º 210 de 1969, foram publicadas as instruções para funcionamento do DPM, o qual passou a se subordinar administrativamente ao 1º Batalhão de Polícia “Tobias de Aguiar” e operacionalmente ao Chefe do Estado - Maior da Força Pública.

As atribuições do DPM eram as seguintes:

- a) Planejar, executar e fiscalizar a segurança do QG;
- b) Fiscalizar disciplinarmente os elementos da Corporação, quando fora dos quartéis respectivos, por intervenção das Patrulhas Disciplinares Ostensivas (PDO) ou do Setor Reservado (SR), extensiva aos inativos;
- c) Exercer policiamento de gala, por meio do Pelotão de Policiamento Especial (PPE);
- d) Executar ações com emprego de cães policiais do canil;
- e) Providenciar a colocação de reforço diariamente à disposição do Oficial de Dia do QG, para pronto atendimento das ocorrências em que se envolvessem integrantes da Corporação;
- f) Coletar informações ou proceder às investigações determinadas pelo Cmt Geral ou Chefe do Estado-Maior da Polícia militar.

O Setor Reservado (SR) operava em trajes civis e investigava secretamente o procedimento dos integrantes da Corporação e a ligação destes com marginais ou atividades irregulares. Após, organizava um dossiê de cada suspeito e levantavam-se provas concludentes.

Em 08 de abril de 1970, com a publicação do Decreto Lei n.º 217, a Força Pública transformou-se na Polícia Militar, e o DPM tornou-se a Terceira Companhia Independente (3ª CIPM).

Em 01 de março de 1971, por força do Boletim Especial n.º 1, o DPM foi denominado “O Trigésimo Quinto Batalhão Policial Militar” (35º BPM-DPM), sediado junto ao Quartel General, o primeiro Comandante, tanto na 3ª CIPM, como

no 35º BPM-DPM, foi o capitão PM Raimundo Mota Libório.

O Boletim Especial nº. 1 estabeleceu ao DPM as seguintes missões:

- a) 1ª Cia. – Guarda Militar do QG, Policiamento Disciplinar Ostensivo e o Policiamento Ornamental;
- b) 2ª Cia. – Serviço de Investigação Reservado;
- c) 3ª Cia. - Canil.

Em 29 de julho de 1975, o 35º BPM-DPM passou a ocupar o n.º 89 da rua Jorge Miranda, antigas instalações do Ambulatório da Cruz Azul. Em 15 de dezembro de 1976, foi transformado em 3º BPChq – DPM.

Em 1978, o então Comandante do 3º BPChq, tenente Coronel PM Cid Benedito Marques, defendeu a tese de que o DPM, coligando o Serviço Reservado e a PDO, deveriam integrar-se em Unidade única e independente, ligada diretamente ao comando da Corporação. A partir de sua sigla, foi instituído o lema em latim “DATUM PERFICIEMUS MUNUS” que significa “MISSÃO DADA, MISSÃO CUMPRIDA”.

Muitas alterações aconteceram no 3º BPChq a partir de 1978, e, conforme a tese do tenente Coronel PM Cid Benedito Marques, a 2ª Cia – Serviço Reservado e a PDO transferiram-se para a rua Alfredo Maia n.º 58. Em 1982, passou a ser comandada por Major, subordinado administrativamente ao comando do 3º BPChq e funcionalmente ao Chefe do EM/PM, dando origem à função de Coordenador e Supervisor do Serviço Disciplinar. Para ocupar o cargo, foi designado o Major PM Carlos de Carvalho. Em 28 de novembro de 1983, foi designado para comandar o DPM o então Major PM Luiz Perine, o qual permaneceu na função máxima do órgão disciplinar até o ano de 1994.

Em 1985, foi criado o Batalhão de Polícia de Guarda Especial “BPGE”, pelo Decreto Estadual n.º 24572, de 27 de dezembro de 1985. Naquela ocasião, a antiga Cia DPM teve seus quadros e suas funções ampliados, elevado à categoria de Batalhão, como órgão Especial de Execução, com atuação em todo território Estadual e manutenção do mesmo tipo e qualidade de trabalho.

Em 1989, o BPGE, conforme Decreto n.º 29.911/89 , de 12 de maio, foi

ampliado no efetivo e na organização. Sedimentava-se a competência do BPGE em assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais militares no âmbito da Polícia Militar.

Em 1990, com a alteração do quadro de organização da Polícia Militar, criou-se a Corregedoria da Polícia Militar, pelo Decreto Estadual n.º 32.337, de 17 de setembro. Esta ficou classificada como órgão de Direção Geral e aproveitou a estrutura e parte do efetivo do BPGE, que se tornou uma unidade estritamente operacional, destinada a realizar o policiamento disciplinar, as investigações e o atendimento permanente do público interno e externo. A atividade técnica de controle, administrativa e de apoio operacional ao BPGE passou a ser executada pela Corregedoria PM.

Em 23 de março de 1990, curiosamente, foi publicado, antecipadamente à criação da Corregedoria da PM, o Decreto Estadual n.º 18, que estabeleceu as atribuições da unidade.

2.2 ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA DA PM

O Decreto n. 32.337, de 17 de setembro de 1990 (Anexo A), que alterou o Decreto n. 29.911, de 12 de maio de 1989, em especial o seu artigo 2º, atribui à Corregedoria da Polícia Militar o “status” de Órgão de Direção Geral, subordinado diretamente ao Subcomandante da Polícia Militar.

Já o Decreto 31.318, de 23 de março de 1990 (Anexo B), dispõe as atribuições da Corregedoria da Polícia Militar, instituída para assegurar a disciplina da Corporação e a apuração das infrações penais no âmbito da Milícia Estadual, destacando dentre suas missões a apuração de faltas disciplinares e crimes militares cometidos pelos integrantes da Polícia Militar em qualquer nível hierárquico e funcional.

Além das missões acima, destaca-se a realização de fiscalização ostensiva dos integrantes da Corporação, por meio do Patrulhamento Disciplinar Ostensivo (PDO), bem como a manutenção atualizada dos registros de antecedentes criminais,

disciplinares e funcionais.

Os incisos de I a VII do artigo 1º do Decreto 31.318 delineiam as atribuições acima mencionadas e investem o Corregedor de autonomia e poder para adotar providências de ofício, no que tange à manutenção da ordem interna e da disciplina, quando ao seu conhecimento chegarem notícias da ocorrência de fato notadamente irregular ou ilícito praticado por qualquer Policial Militar ou quando determinado pelo Comandante Geral da Corporação.

Verifica-se no rol de atribuições que a idéia é manter o Órgão Corregedor aparelhado e em condições de desenvolver uma política de Polícia Judiciária Militar para a Corporação, instrumento com o qual esta não contava até meados de 1987 e 1988, embora se registrasse a existência de manuais e instruções instituídos para orientações aos Oficiais quanto à correta confecção de procedimentos, principalmente os Inquéritos Policiais Militares (IPM) e as Sindicâncias (na esfera administrativa disciplinar). Verificava-se uma defasagem de conhecimentos na realização de Autos de Prisão em Flagrante Delito, feito realizado à época apenas pelo Batalhão de Polícia de Guarda Especial (BPGE), OPM da Corregedoria.

A partir de 1990, com a criação do Decreto de atribuições da Corregedoria, iniciou-se um processo de conscientização da oficialidade quanto à realidade da condição de Autoridade de Polícia Judiciária Militar, no caso dos comandantes de OPM, e da delegação aos demais oficiais dessa mesma autoridade. As Seções de Justiça e Disciplina (SJD) das Unidades Policiais Militares foram reestruturadas e tomaram uma outra dimensão em seu campo de atuação. Em meados de 1994, por meio da Nota de Instrução n.º 001/156/94, foram criados os Plantões de Polícia Judiciária Militar (PPJM), na sede de cada Comando de Policiamento de Área (CPA), destinados a efetuar os devidos registros legais dos fatos ocorridos na área de atuação das OPM que compunham ou integravam o Comando de Área. Essa nota de instrução veio intensificar as medidas de controle interno da atividade policial, ampliando o serviço operacional especializado de atendimento, investigações preliminares e registro de ocorrências de crimes funcionais de índole penal militar, e infrações administrativas, aperfeiçoando as rotinas-padrão mantendo especial atenção aos casos de uso de força física ou de

arma, buscando eventuais desvios de conduta e excessos e, complementarmente adotando medidas preventivas de cunho administrativo, para evitar efeitos danosos à Instituição. Amadureceu-se então uma idéia que vinha sendo discutida há tempos na Corporação, qual seja, a da competência territorial para adoção de providências de Ofício no caso da ocorrência de fato que se caracterize “crime militar”.

A criação dos Plantões (PPJM) também visou à agilização do atendimento ao público, pois se detectou a dificuldade de o cidadão, às vezes, deslocar-se até o Centro, em direção à Corregedoria, para registrar uma “queixa” de fato que o envolvia com Policiais Militares quando ocorrido em um bairro ou região periférica. De qualquer maneira, a tomada imediata de providências nos Plantões, concernentes à ocorrência da prática de crimes militares em suas áreas de atuação, com a instauração imediata de IPM ou mesmo a lavratura de Autos de Prisão em Flagrante Delito e a adoção de providências administrativas disciplinares, não modificou o comportamento do cidadão, pois se verificou que os números de comparecimento de civis aos PPJM foram tímidos, e a frequência de atendimento na Corregedoria manteve-se estável. Essa postura é determinada pelo receio das pessoas em se queixarem de policiais militares que atuam próximo ao local onde queixosos residem ou trabalham.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CORREGEDORIA PM

A Corregedoria PM, por força da nova organização a ela atribuída pela Portaria do Comando Geral n.ºPM3-004/01/06, tem como Corregedor PM um coronel PM e está dividida em dois grandes Departamentos, a saber: o Departamento Operacional (Dpt Op) e o Departamento Técnico (Dpt Tec), ambos chefiados por Ten Cel PM.

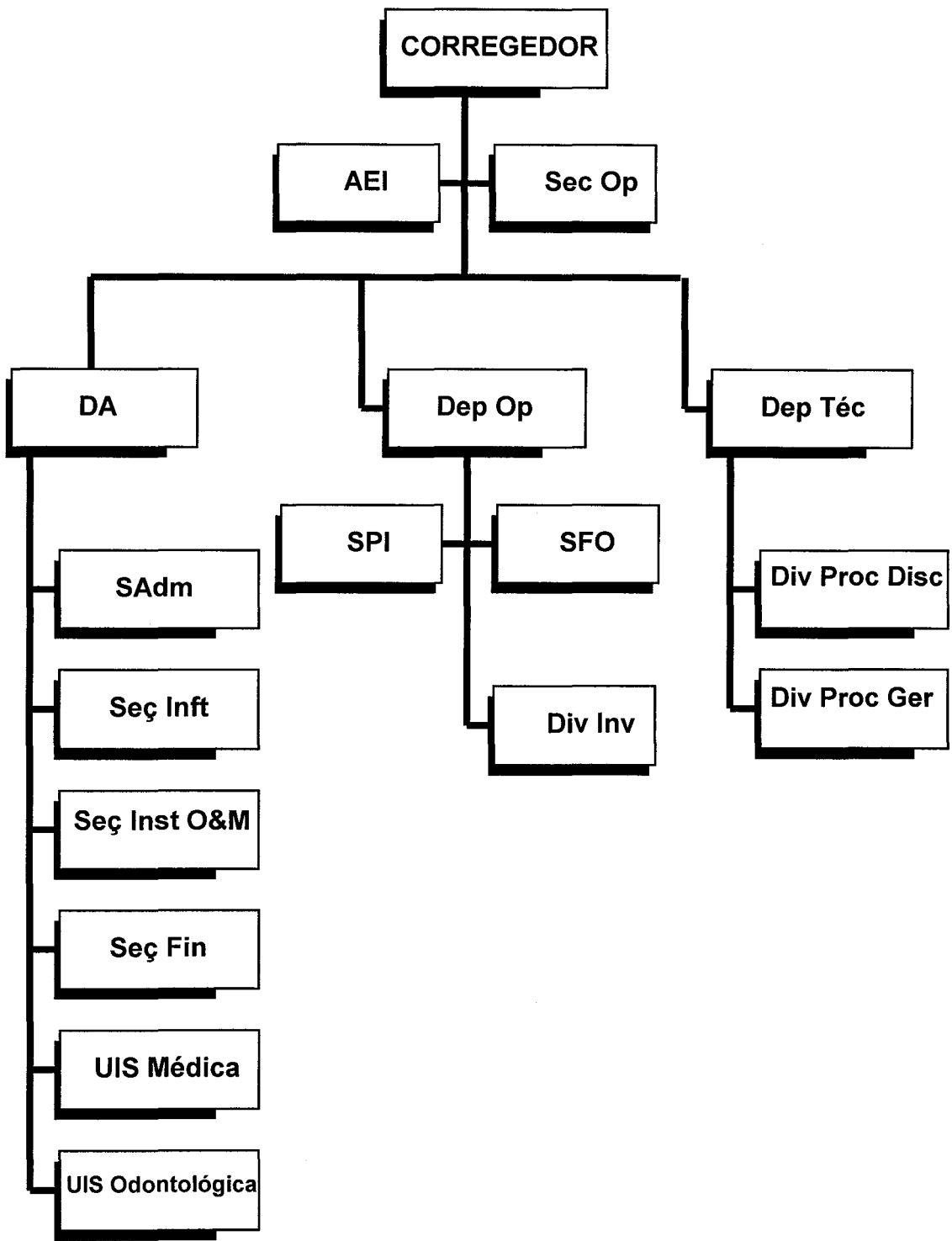
O Departamento Operacional é composto por uma Divisão de Investigação, chefiada por um Maj PM, constituída por cinco seções, chefiadas por Cap PM, e uma seção de fiscalização ostensiva, encarregada da realização do Policiamento Disciplinar Ostensivo (PDO), chefiada também por Cap PM. Cada

seção, por sua vez, é constituída por quatro subseções, comandadas por 1º ou 2º Ten PM.

O Departamento Técnico é composto pela Divisão de Processos Disciplinares e Divisão de Procedimentos Gerais, ambas chefiadas por Majores PM. A primeira é constituída por três seções e a segunda por duas seções, todas chefiadas por Capitães PM.

Além dos dois Departamentos ligados diretamente ao Corregedor PM, tem-se a Divisão Administrativa (DA), chefiada por Maj PM, cuja atribuição é assessorar o Corregedor PM nas áreas de administração de pessoal, operações, instrução, organização e métodos, além do suporte técnico na área de informática. Para tanto, conta com quatro seções: Seção de Administração de Pessoal (SAP), Seção de Informática (SI), Seção de Instrução, Organização e Métodos (SIOM) e Seção de Finanças e Materiais, todas comandadas por Cap PM, além da Unidade Integrada de Saúde Médica (UIS MÉDICA) e da Unidade Integrada de Saúde Odontológica (UIS ODONTOLÓGICA), chefiadas, respectivamente, por um Maj PM e um 1º Ten PM.

Fora da estrutura dos Departamentos e da Divisão Administrativa, diretamente ligada ao Corregedor PM, tem-se ainda a Agência Especial de Informações (AEI), e a Secretaria Operacional. Esta, comandada por um Capitão, é responsável pela correspondência e pelo controle da documentação operacional expedida pelo corregedor e pela manutenção dos sistemas de arquivos referentes aos antecedentes criminais e funcionais dos componentes da Corporação; aquela é comandada por um tenente, e tem por responsabilidade controlar informações e assessorar o comando nos assuntos internos e fiscalização dos componentes da Corregedoria.



QUADRO 1 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA CORREGEDORIA PM

2.4 ESTRUTURA OPERACIONAL DA CORREGEDORIA PM

2.4.1 DEPARTAMENTO OPERACIONAL

O Departamento Operacional tem como missão principal o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento de todas as investigações de caráter reservado, executado pela Corregedoria PM. Além de assessorar e manter o Corregedor PM informado sobre assuntos relativos às investigações de investigações administrativas, investigações de crimes comuns e militares envolvendo policiais militares, determina a execução dos cumprimentos de mandados e ordens judiciais e cotas do Ministério Público, além de prestar apoio aos policiais militares, vítimas de crime em razão da função.

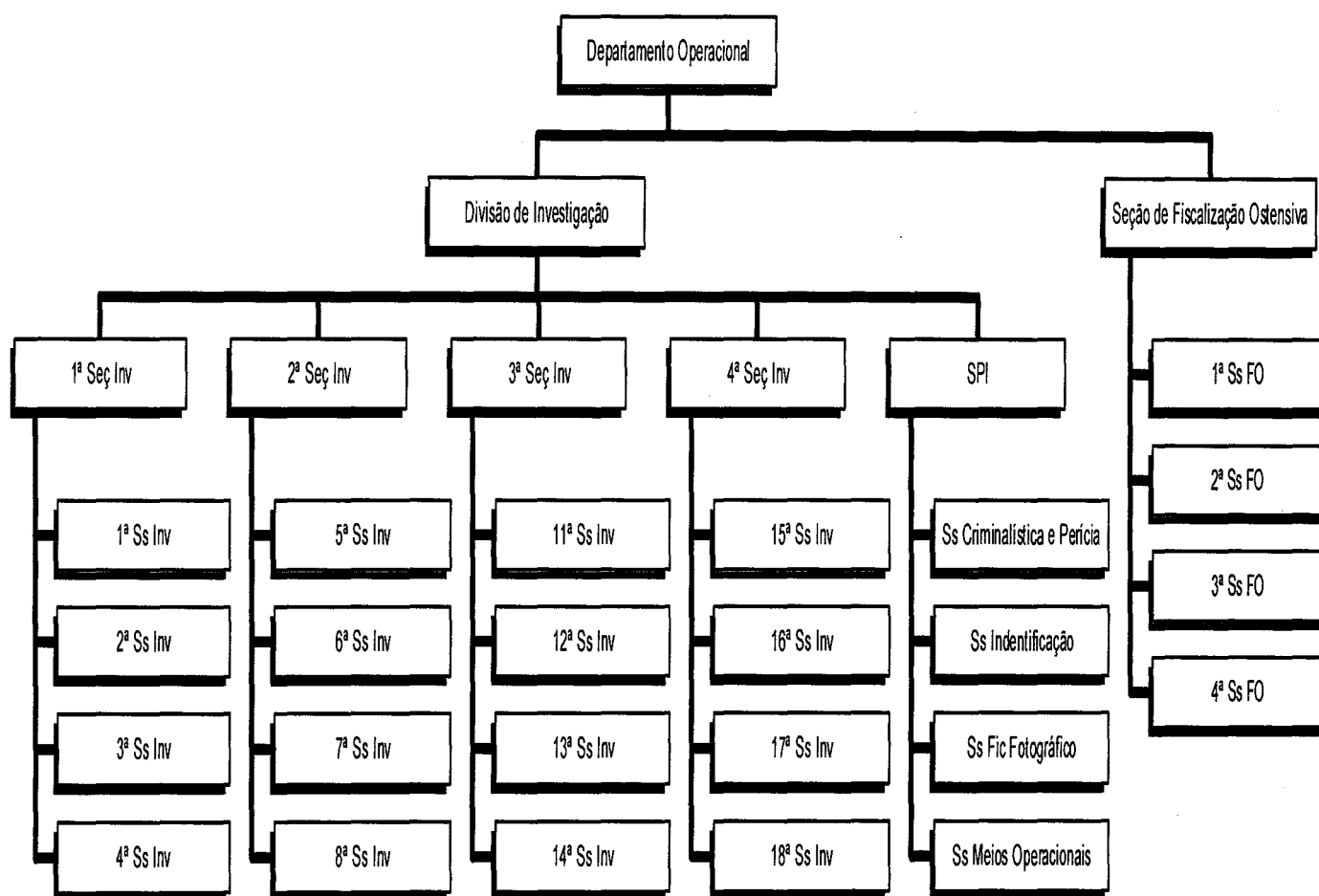
➤ Funções:

- Proceder às investigações reservadas por ordem do Corregedor PM;
- Exercer a fiscalização ostensiva e reservada sobre o pessoal da PM;
- Manter serviço ininterrupto para atendimento ao público e monitoramento das ocorrências graves envolvendo PM.

➤ Estrutura:

O Departamento Operacional possui a seguinte configuração:

- Seção de Fiscalização Ostensiva - SFO
- Divisão de Investigação – Div Inv



QUADRO 2 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO OPERACIONAL.

2.4.1.1 SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA

A Seção de Fiscalização Ostensiva, é o segmento fardado da Corregedoria PM.

➤ **Funções:**

- Efetuar o patrulhamento disciplinar ostensivo;
- Manter o serviço de escolta de PM;
- Apoio às equipes de investigação em operações especiais para garantir a segurança e efetivar prisões;
- Manter o serviço de guarda e segurança da Unidade.

➤ **Estrutura:**

- A Seção de Fiscalização Ostensiva é formada por 4 Subseções de

Fiscalização Ostensiva – SSFO (1ª à 4ª)-, todas comandadas por tenente PM.

2.4.1.2 DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO – DIV INV

A Divisão de Investigação, é a responsável por todas as investigações realizadas pela Corregedoria PM.

➤ **Funções:**

- desenvolver as investigações necessárias para apurar os crimes e as infrações disciplinares graves que envolvam PM como acusado ou suspeito, por ordem do Corregedor PM;
- investigar as ocorrências em que PMs são vítimas de Crimes Contra a Pessoa, principalmente homicídios ou tentativa de homicídio, lesões corporais e ameaças, quando decorrentes da função Policial Militar , e colaborar com a Polícia Civil na Identificação do autor e na coleta de provas para subsidiar o IP;
- manter o serviço de atendimento ao público, para coleta de queixas e acompanhamento das ocorrências graves que envolvam PM, comunicadas por diversas fontes, e garantir o início imediato das investigações quando o caso requerer.

➤ **Estrutura:**

- A Divisão de Investigação é composta por cinco seções, quatro de investigação e uma de Perícia de Identificação.

2.4.1.2.1 – 1ª E 2ª SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES – SINV

A 1ª e a 2ª Seções de investigação possuem missões semelhantes, diferindo apenas quanto à área de atuação:

➤ **Funções:**

- Proceder a investigação sigilosa, com o fito de apurar o envolvimento de PM em crime e infrações disciplinares graves, a fim de subsidiar o Inquérito Policial Militar, Inquérito Policial, Conselho de Disciplina ou Processo Administrativo Disciplinar, quando concluir pela existência de desvio de conduta ou incompatível com a função;
- Proceder a diligências de cumprimento de Cotas e Mandatos de Prisão, por requerimento de Autoridade Judicial;
- Efetuar o Patrulhamento Disciplinar Reservado, voltado ao controle das ações dos integrantes da Corporação.

➤ Estrutura:

As 1ª e 2ª seções são compostas por quatro Subseções de Investigação:

- 1ª Seção de Investigação – 1ª à 4ª Subseção de Investigação
- 2ª Seção de Investigação – 5ª à 8ª Subseção de Investigação

2.4.1.2.2 – 3ª SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO – 3ª SINV

A 3ª Seção de Investigação possui missões específicas voltadas para Oficiais PM e apoio aos policiais militares vítimas.

➤ Função:

A 3ª SInv possui duas SSInv, destinadas exclusivamente a realizar investigações sigilosas contra Oficiais PM, em todo o território do Estado de São Paulo, e outras duas envolvidas na investigação de crimes praticadas contra a vida de PM, consumados, tentados e ameaças, principalmente em razão da função Policial- Militar.

➤ Estrutura:

A 3ª SInv é composta de quatro Subseções de Investigação, da 11ª à 14ª SSInv.

2.4.1.2.3 – 4ª SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO – 4ª SINV

A 4ª SINV tem como missão principal o registro de todas as denúncias recebidas pela Corregedoria PM.

➤ **Função:**

- A 4ª SInv é responsável pela manutenção ininterrupta de plantão na Corregedoria, através da qual são registradas as queixas contra PM.
- Também recebe notícias de ocorrências com envolvimento de PM e efetua diligências para verificação inicial do fato e avaliação quanto às providências cabíveis.

➤ **Estrutura:**

A 4ª SInv é composta de quatro Subseções de Investigação, da 15ª à 18ª .

2.4.1.2.4 – SEÇÃO DE PERÍCIA E IDENTIFICAÇÃO – SPI

A SPI tem como principal missão dar o suporte técnico operacional para as investigações.

➤ **Função:**

- Manter e atualizar os sistemas de identificação fotográfica e papiloscópica de todos os integrantes da Corporação;
- Apoiar o Dpt Op, dando suporte material óptico e eletrônico nas investigações;
- Degravar material gravado em áudio e vídeo;
- Fazer levantamento de impressões digitais.

➤ **Estrutura:**

- Subseção de Criminalística e Perícia – SSCP
- Subseção de Identificação – SSI
- Subseção de Fichário Fotográfico – SSFF
- Subseção de Meios Operacionais – SSMO

2.4.2 DEPARTAMENTO TÉCNICO – DPT TEC

O DPT TEC tem como principal missão desenvolver e manter uma política de Polícia Judiciária Militar para a Corporação.

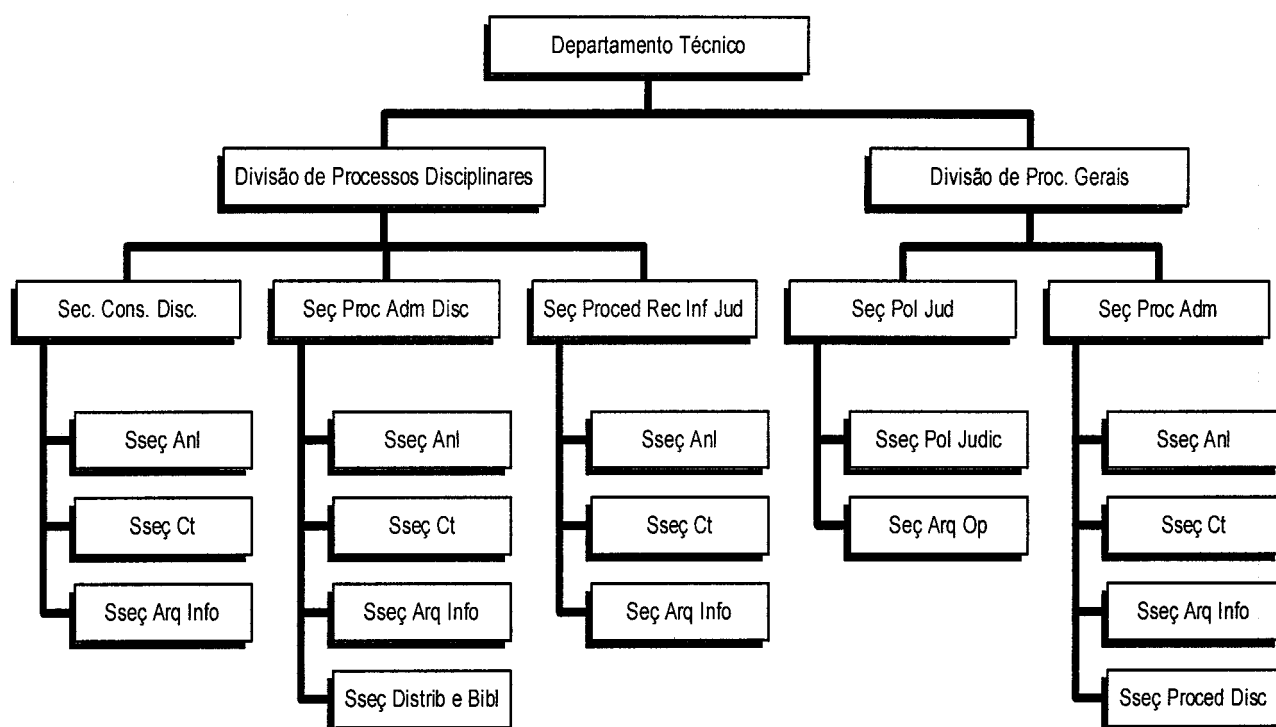
➤ Função:

- Analisar e sanear os procedimentos de Polícia Judiciária Militar e Administrativa;
- Proceder à elaboração dos atos de competência do Comando Geral;
- Apoio nas áreas técnicas e jurídicas aos componentes dos órgãos do Sistema de Justiça e Disciplina;
- Apoio ao Dpt Op da Corregedoria;

➤ Estrutura:

É composta das seguintes divisões:

- Divisão de Procedimentos Gerais (DPG);
- Divisão de Processos Disciplinares (DPD);



QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO TÉCNICO

2.4.2.1 DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS GERAIS - DPG

A DPG é a responsável pelo registro e controle de todos os procedimentos instaurados pela Corporação.

É composta por duas seções:

- Seção de Polícia Judiciária (SPJ);
- Seção de Procedimentos Administrativos (SPA),

2.4.2.1.1 SEÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA – SPJ

À SPJ cabe o registro e o controle de todos os Inquéritos Policiais Militares, Auto de Prisão em Flagrante e Termo de Deserção, instaurados pela Corporação.

➤ Função:

- Controlar os procedimentos de Polícia Judiciária e registrar dados de antecedentes dos integrantes da Corporação;
- Assessorar o Comando da Corregedoria nas medidas de Polícia Judiciária, Militar em casos específicos, e no relacionamento com as Autoridades Judiciárias e o Ministério Público;
- Realizar auditorias na área de justiça e disciplina.

➤ Estrutura:

A seção tem a seguinte composição:

- Subseção de Polícia Judiciária – SSPJ
- Subseção de Fichário e Antecedentes – SSFA
- Subseção de Arquivo Operacional – SSAO

2.4.2.1.2 SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - SPA

À SPA cabe principalmente o registro e controle de todas as Sindicâncias instauradas pela Corporação.

➤ Função:

- Controlar, analisar e sanear todas as Sindicâncias da Corporação;
- Preparar os atos de competência do Comando Geral nessa área;
- Assessorar o Comando com relação à normalização dos Procedimentos Administrativos.

➤ Estrutura:

É composta das seguintes Subseções:

- Subseção de Análise – SSA;
- Subseção de Controle – SSC;
- Subseção de Arquivo e Informações- SSAI.

2.4.2.2 DIVISÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES – DPD

A DPD é responsável pelo registro e controle de todos os processos instaurados pela Corporação.

É composta das seguintes seções:

- Seção de Processos Administrativos Disciplinares (SPAD);
- Seção de Conselho de Disciplina (SCD);
- Seção de Procedimentos, Recursos e Informações Judiciais (SPRIJ).

2.4.2.2.1 SEÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES - SPAD

À SPAD cabe o registro e controle de todos os Processos Administrativos Disciplinares instaurados pela Corporação.

➤ Função:

- Controlar os feitos disciplinares da Polícia Militar;
- Providenciar expediente necessário para instauração de Processos

Administrativos e Disciplinares (PAD);

- Instaurar processos disciplinares, sob subscrição do Corregedor PM, do Subcomandante PM e de Comandante Geral.

➤ Estrutura:

É composta das seguintes subseções:

- Subseção de Análise – SSA;
- Subseção de Controle – SSC;
- Subseção de Arquivo e Informações –SSAI.

2.4.2.2.2 SEÇÃO DE CONSELHO DE DISCIPLINA - SCD

À SCD cabe o registro e controle de todos os Conselhos de Disciplina instaurados pela Corporação.

➤ Função:

- Controlar os feitos disciplinares da Polícia Militar;
- Providenciar expediente necessário para instauração de Conselho de Disciplina (CD)
- Instaurar processos disciplinares, sob subscrição do Corregedor PM, Subcomandante PM e Comandante Geral.

➤ Estrutura:

É composta das seguintes subseções:

- Subseção de análise – SSA;
- Subseção de controle – SSC;
- Subseção de Arquivo e Informações – SSAI

2.4.2.2.3 SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, RECURSOS E INFORMAÇÕES JUDICIAIS - SPRIJ

À SPRIJ cabe o registro e controle de todos os Conselhos de Justificações,

perda da Graduação de Praças, Pedidos de Reconsiderações de Atos, Recursos Hierárquicos, Direitos de Petições, Ações Ordinárias e Mandados de Segurança.

➤ Função:

- Recursos administrativos inerentes a atos demissionários ou expulsórios;
- Fornecimento de subsídios para elaboração de contestações e informações judiciais;
- Análise de reintegrações judiciais;
- Análise e representação para Conselho de Justificação e Processo de Indignidade para o oficialato;
- Representação para instauração e controle de perda da graduação de praças.

a) Estrutura:

É composta das seguintes subseções:

- Subseção de análise – SSA;
- Subseção de controle – SSC;
- Subseção de Arquivo e Informações – SSAI.

Neste capítulo foram abordados o histórico da corregedoria PM, bem como sua estrutura organizacional e operacional, sem os quais não se poderia atingir o propósito do próximo capítulo, aonde será abordado a importância da corregedoria, de que forma são analisadas as denúncias recebidas, e como são distribuídos e controlados os procedimentos investigatórios.

CAPÍTULO 3

3 A IMPORTÂNCIA DA CORREGEDORIA PM

Após ter-se tomado conhecimento a respeito do histórico, atribuições, estrutura organizacional e operacional da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, será visto neste capítulo a importância da Corregedoria, bem como o tratamento que é dado às denúncias recebidas por este órgão.

Nos dias atuais, a satisfação do público-alvo é o objetivo de qualquer instituição. No caso da Polícia Militar, o foco inclina-se à sociedade e desta emergem os pressupostos que formam a essência da milícia paulista, que fundamenta suas diretrizes considerando a premissa de que as instituições só sobrevivem se cumprirem com esmero as suas missões e atenderem de forma correta e adequada aqueles que dela necessitam. Nesse diapasão, a Corregedoria PM representa para a Polícia Militar um dos seus pontos sensíveis, uma vez que dela depende diretamente o grau de satisfação da sociedade ou na linguagem empresarial: “*clientes*”.

Dentro desse contexto, a Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo exerce um papel importante, pois mantém um serviço ininterrupto de Permanência e Atendimento ao Público, o qual recebe queixas sobre condutas irregulares praticadas por Policiais Militares e também monitora as ocorrências atendidas pela Polícia Militar em todo o território estadual, e intervém nas ocorrências policiais em que há sinais de arbitrariedade praticada por Policiais Militares.

3.1 ANÁLISE DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS NA CORREGEDORIA PM EM DESFAVOR DOS POLICIAIS MILITARES

A Corregedoria PM recebe diariamente cerca de 10 (dez) denúncias em

desfavor de Policiais Militares da ativa e inativos, as quais relatam transgressões disciplinares de natureza grave até crimes comuns e militares cometidos ou com indícios de cometimento por integrantes da Polícia Militar nos diversos níveis hierárquicos e funcionais.

3.1.1 ORIGEM DAS DENÚNCIAS

As denúncias recebidas pela Corregedoria PM são provenientes de várias fontes, a saber:

- a) Queixosos que pessoalmente se dirigem aos plantões de permanência na Corregedoria PM;
- b) Queixosos que, inicialmente, se dirigem aos plantões de polícia judiciária militar, instalados nos Comandos de Policiamento de Área;
- c) Queixas registradas na Ouvidoria da Polícia;
- d) Queixa registrada na Polícia Civil, na Polícia Federal, na Guarda Civil Metropolitana, e no Ministério Público e outros órgãos;
- e) Telefonemas para a Corregedoria PM, Disque-Denúncia e Correio Eletrônico (Web-Denúncia)

3.1.2 COMO AS DENÚNCIAS SÃO DISTRIBUÍDAS E CONTROLADAS

Como já foi descrito anteriormente, as reclamações são inúmeras e abrangem crimes e ou transgressões disciplinares praticados por Policiais Militares, de serviço ou de folga, fardados ou não. A maior incidência recai sobre os de lesões corporais, mau atendimento de ocorrências, ameaças, prevaricação, concussão, abuso de autoridade, roubo, tráfico ou uso de entorpecentes e até homicídios e latrocínios.

Todas as denúncias recebidas pela Corregedoria PM são cadastradas, analisadas e tomam o seguinte rumo:

Se o fato está acontecendo ou acaba de acontecer, as providências são tomadas de imediato pela Corregedoria PM, que pode resultar em Auto de Prisão em Flagrante Delito, instauração de Inquérito Policial Militar, Sindicância ou Investigação Preliminar.

No caso de Flagrante Delito, todas as partes envolvidas são conduzidas para a Corregedoria PM, onde será lavrado o respectivo Auto de Prisão em Flagrante Delito, cujo presidente será um oficial da Corregedoria PM, independente da Organização Policial-Militar do Estado a que pertença o infrator.

Nos casos de Inquérito Policial Militar (IPM), todos os atos iniciais, tais como oitiva das partes envolvidas, reconhecimento pessoal, apreensão de objetos e coisas, são feitos pela Corregedoria PM. Dependendo da gravidade dos fatos e do interesse do Comando Geral, um oficial da Corregedoria PM poderá presidir o feito, através de Portaria baixada pelo Subcomandante PM. Caso não haja essa prioridade, o procedimento será remetido aos plantões de Polícia Judiciária Militar, onde será lavrado o devido IPM, por delegação do Comandante do Policiamento de Área respectivo.

Nos demais casos, toda a documentação produzida pela Corregedoria PM é remetida para a OPM do Policial Militar envolvido para a devida apuração, seja por meio de uma Sindicância, seja por uma Investigação Preliminar instaurada pelo Comandante da OPM respectiva.

Se o fato já aconteceu, as providências, de maneira geral, serão as seguintes:

- a) As denúncias de autoria conhecida de menor potencial ofensivo, tais como portar-se de maneira inconveniente no atendimento de ocorrência, lesão corporal levíssima, constrangimento ilegal, ameaças, etc., são todas registradas através de um documento denominado Registro de Denúncia (RD) e remetidas aos respectivos comandantes da unidade do Policial Militar envolvido, o qual se incumbirá de apurar os fatos. Após o envio da denúncia, a OPM terá um prazo de quarenta e cinco dias, após seu recebimento, para investigar e informar à Corregedoria PM o resultado e enviar cópia do procedimento para

análise, registro e controle.

- b) As denúncias de maior gravidade, principalmente as que denotam incompatibilidade com a função pública ou desonrosa ao decoro da classe, passíveis de exclusão das fileiras da Corporação e geralmente decorrentes do envolvimento de Policiais Militares na prática de crimes comuns e militares, são registradas, analisadas e submetidas à apreciação do Corregedor PM, o qual decidirá pela instauração de um Procedimento Investigatório (PI). De acordo com a necessidade e conveniência do serviço, deliberará por outra providência.

3.2 DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS (PI)

Conforme o artigo 3º do Decreto 31.318, de 23 de março de 1990, que estabeleceu as atribuições da Corregedoria PM, a área de atuação para o exercício das atividades disciplinares, funcionais e de polícia judiciária militar é todo o território do Estado de São Paulo.

A Divisão de Investigação da Corregedoria PM é a responsável pelos PI, cabendo a ela a distribuição e o controle das apurações que são encaminhadas para as Subseções de Investigação (SSInv), de acordo com a divisão geográfica estabelecida para cada SSInv, a qual corresponde a determinada área da capital e interior do Estado.

Os PI encaminhados para a SSInv responsável pela área onde os fatos aconteceram têm o prazo inicial de noventa dias, a contar da data de instauração, para conclusão, prorrogáveis por até noventa dias. Esgotados os prazos e não concluídos os trabalhos investigatórios, em face da complexidade investigativa, da falta de laudos periciais ou aguardo da melhor oportunidade para a coleta de provas, o encarregado da apuração deverá elaborar um relatório parcial e indicar a necessidade de prosseguimento. Caso o Corregedor PM delibere favoravelmente, restituirá os autos, mediante despacho de desvinculação de prazo, conforme

estabelecido através de portaria de Corregedor PM, publicado em Boletim Interno nº. CorregPM001/2006, de 03 de janeiro de 2006.

Após a explanação acerca da importância da Corregedoria, análise e origem das denúncias, destacou-se neste capítulo ainda a distribuição e controle da denúncia após o seu recebimento, e fechando o capítulo evidenciou-se a distribuição e controle dos procedimentos investigatórios, encerrando a parte conceitual desta obra, possibilitando que no próximo capítulo possam ser explicitados objetivo e metodologia empregada, e análise dos questionários aplicados nas OPM do interior do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 4

4 PESQUISA DE DADOS

De conhecimento do processo de tratamento das denúncias recebidas e investigadas pela Corregedoria, passaremos agora à análise do questionário distribuído às OPM do interior, a respeito das denúncias recebidas e investigadas pelas OPM.

4.1 OBJETIVO E METODOLOGIA CIENTÍFICA

A fim de subsidiar a elaboração deste trabalho monográfico, foi utilizada a técnica de questionário para a avaliação por contagem. O questionário contém uma pergunta fechada com delimitação de resposta e quatro perguntas abertas, com o intuito de possibilitar aos colaboradores a manifestação de suas opiniões a respeito.

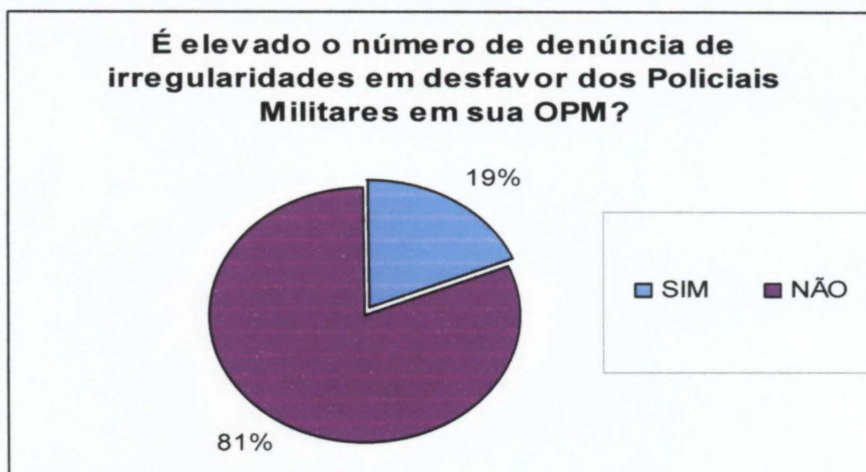
O questionário foi distribuído para todas as OPM do interior e aplicado durante o 2º semestre de 2006. Dos 61 questionários distribuídos, ter-se-á a resposta de 32 em virtude das demais OPM não terem respondidos às perguntas formuladas. Os questionários foram distribuídos para todas as OPM do interior através do Correio Eletrônico.

4.2 RESULTADOS

Na primeira questão, foi perguntado ao colaborador se é elevado o número de denúncia de irregularidades em desfavor dos Policiais Militares em sua OPM:

- 06 responderam “sim”, correspondendo a 19%;
- 26 responderam “não”, correspondendo a 81%.

GRÁFICO 13 – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NA OPM



FONTE: Pesquisa de Campo (Questionário)

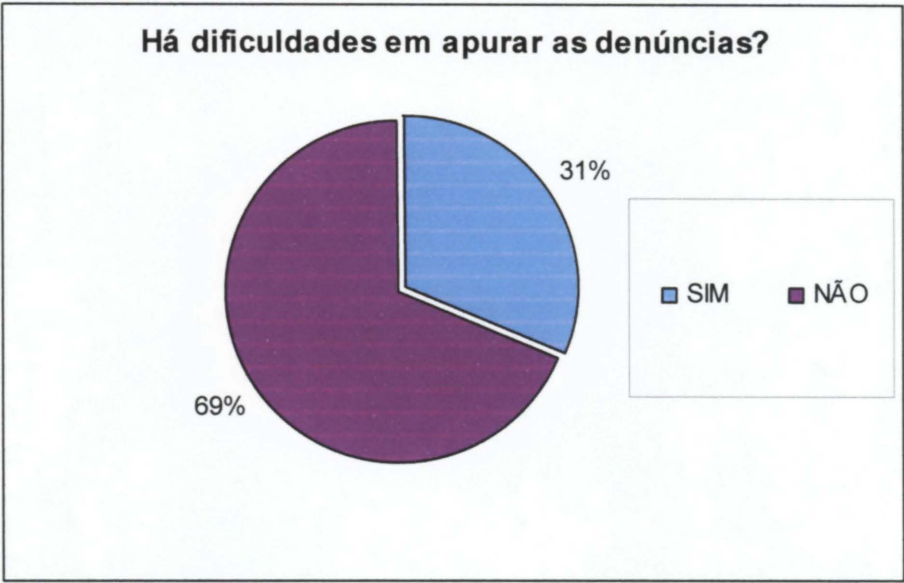
Na segunda questão, foi solicitado o número de denúncias recebidas em investigação e concluídas no ano de 2004, 2005 e 1º semestre de 2006:

- Essa questão foi prejudicada, pois apenas 15 unidades remeteram os dados solicitados. As demais deixaram de responder ou informaram que não havia dados informativos.

Na terceira questão, foi perguntado se há dificuldades em apurar as denúncias:

- 10 responderam “sim”, correspondendo a 31%;
- 22 responderam “não”, correspondendo a 69%.

GRÁFICO 14 – DIFICULDADES EM APURAR DENÚNCIAS

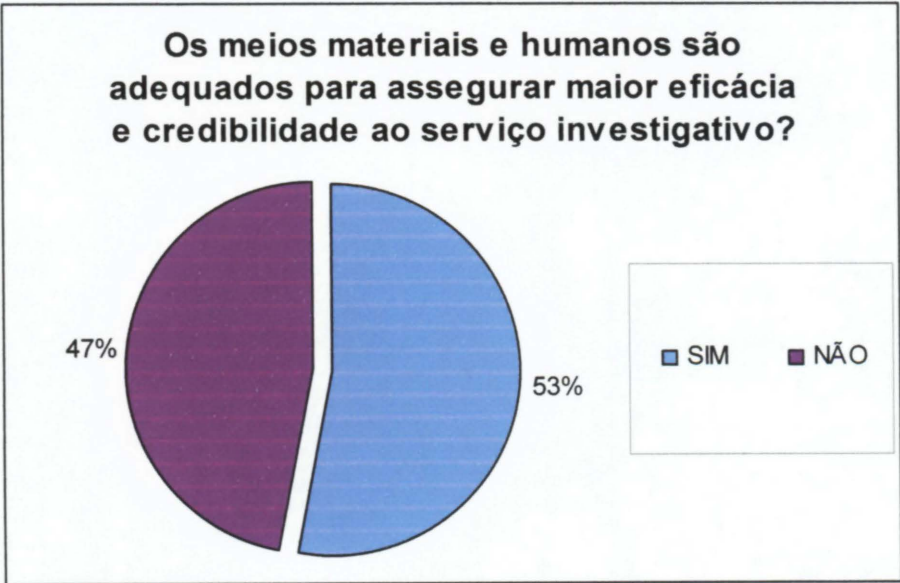


FONTE: Pesquisa de Campo (Questionário)

Na quarta questão, foi perguntado se os meios materiais e humanos são adequados para assegurar maior eficácia e credibilidade ao serviço investigativo.

- 17 responderam “sim”, correspondendo a 53%;
- 15 responderam “não”, correspondendo a 47%.

GRÁFICO 15 – MEIOS MATERIAIS E HUMANOS

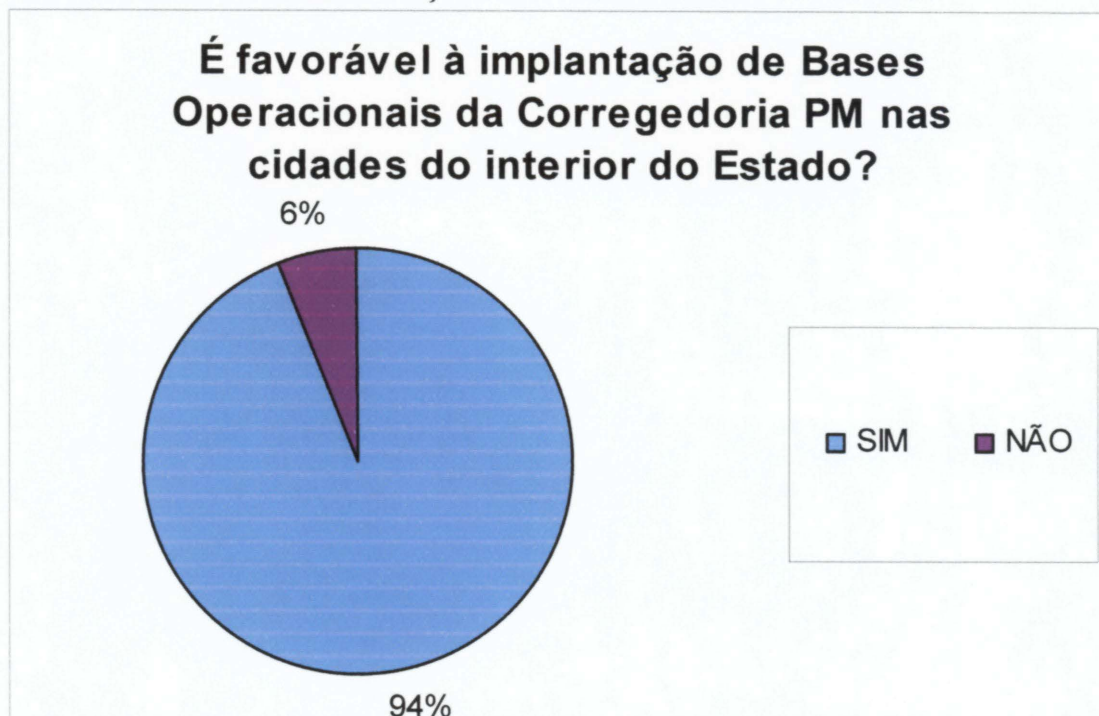


FONTE: Pesquisa de Campo (Questionário)

Na quinta questão, foi perguntado se é favorável à implantação de Bases Operacionais da Corregedoria PM nas cidades do interior do Estado:

- 30 responderam “sim”, correspondendo a 94%;
- 2 responderam “não”, correspondendo a 6%.

GRÁFICO 16 – IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS



FONTE: Pesquisa de Campo (Questionário)

Visando ainda a obter dados para análise, comparação e avaliação da possibilidade de criação das Bases Operacionais da Corregedoria PM, foram consultadas as Polícias Militares do Estado de Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, as quais possuem Corregedorias PM em suas organizações, e todas responderam que não possuem Bases Operacionais da Corregedoria PM no Interior do Estado ou algo similar.

Além das consultas em nível nacional, foram também realizadas pesquisas, via internet, nos seguintes países: Portugal, Espanha, Itália, França,

México, Argentina e Canadá, porém não houve nenhuma resposta dos países consultados, com exceção de Portugal, mas que não contribuiu, de forma significativa, neste trabalho monográfico.

Neste capítulo ficou evidenciada a necessidade, por parte das OPM, de que sejam instauradas as Bases Operacionais no interior, destacando-se os 94% (noventa e quatro por cento) que responderam favoráveis à implantação. Diante disto, o próximo capítulo abordará a análise estatística das denúncias recebidas e encaminhadas ao longo dos últimos anos, inclusive de cada CPI, corroborando estes dados à tese ora exposta.

CAPÍTULO 5

5 DADOS ESTATÍSTICOS DAS DENÚNCIAS

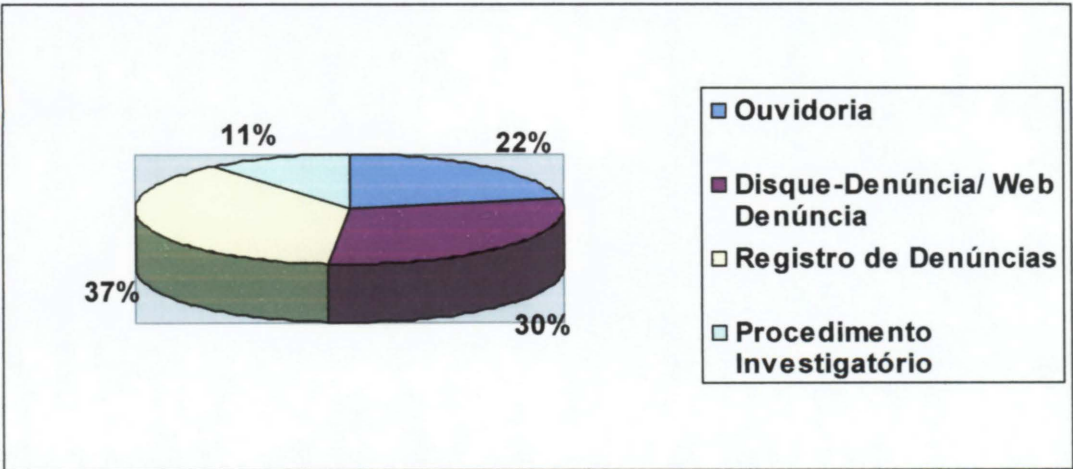
Após as análises constantes do capítulo anterior, em que ficou evidente a necessidade da criação das Bases Operacionais no interior, neste capítulo as denúncias serão analisadas estatisticamente através dos dados colhidos por intermédio de pesquisa realizadas pela Secretaria Operacional da Corregedoria PM, os quais serão apresentados a seguir:

TABELA 1 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2004

ANO - 2004	TOTAL
OUVIDORIA	1.031
DISQUE-DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA	1.379
REGISTRO DE DENÚNCIA	1.743
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	508
TOTAL GERAL	4.661

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 01 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2004



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

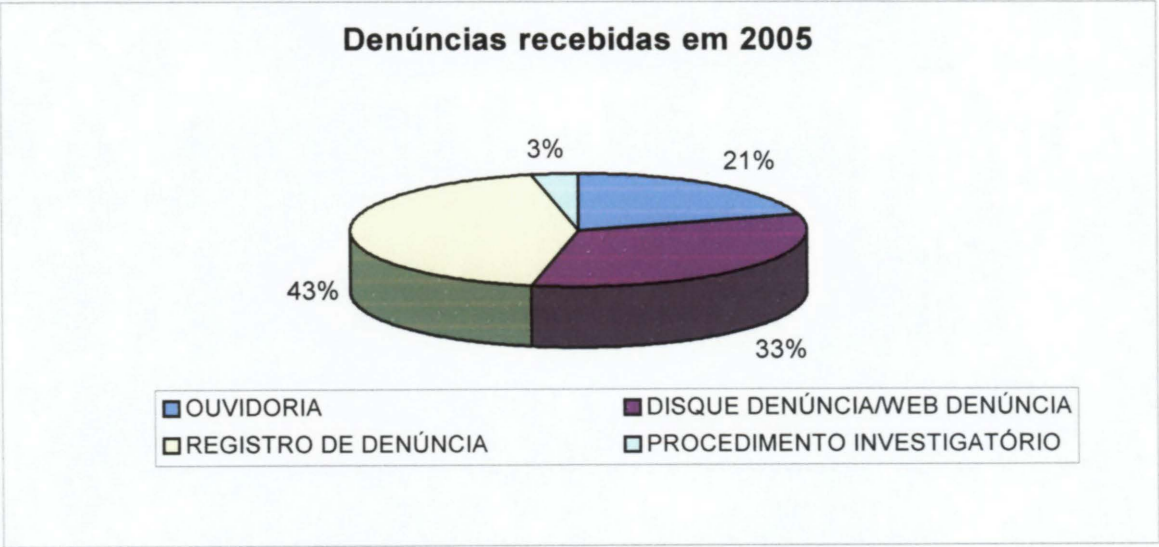
Observe-se que foram recebidas, no ano de 2004, um total de 4.661 (quatro mil, seiscentos e sessenta e uma) denúncias, a maior parte recebidas através do Registro de Denúncias e do Disque-Denúncia/Web Denúncia, que totalizam 67% das denúncias recebidas.

TABELA 2 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2005

ANO – 2005		TOTAL
OUVIDORIA		815
DISQUE-DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA		1.300
REGISTRO DE DENÚNCIA		1.719
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO		132
TOTAL GERAL		3.966

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 2 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2005



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

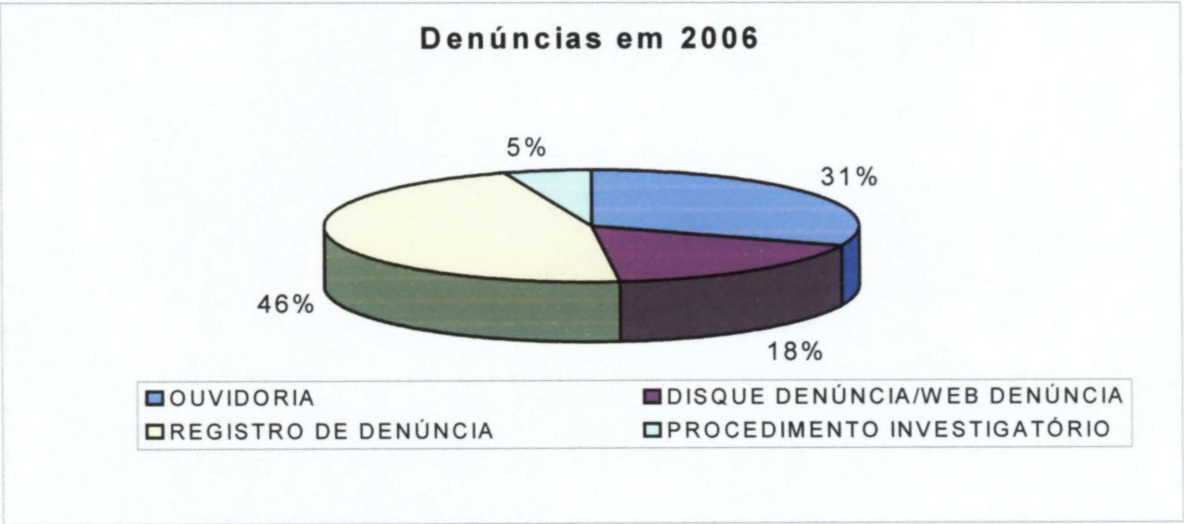
Observe-se que, no decorrer do ano de 2005, foram recebidas um total de 3.966 (três mil, novecentos e sessenta e seis) denúncias, das quais a maioria (76%) através do Registro de Denúncias e Disque-Denúncia/Web Denúncia.

TABELA 3 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2006

ANO – 2006	TOTAL
OUVIDORIA	1.092
DISQUE-DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA	632
REGISTRO DE DENÚNCIA	1.649
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	184
TOTAL GERAL	3.557

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 3 – DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2006



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

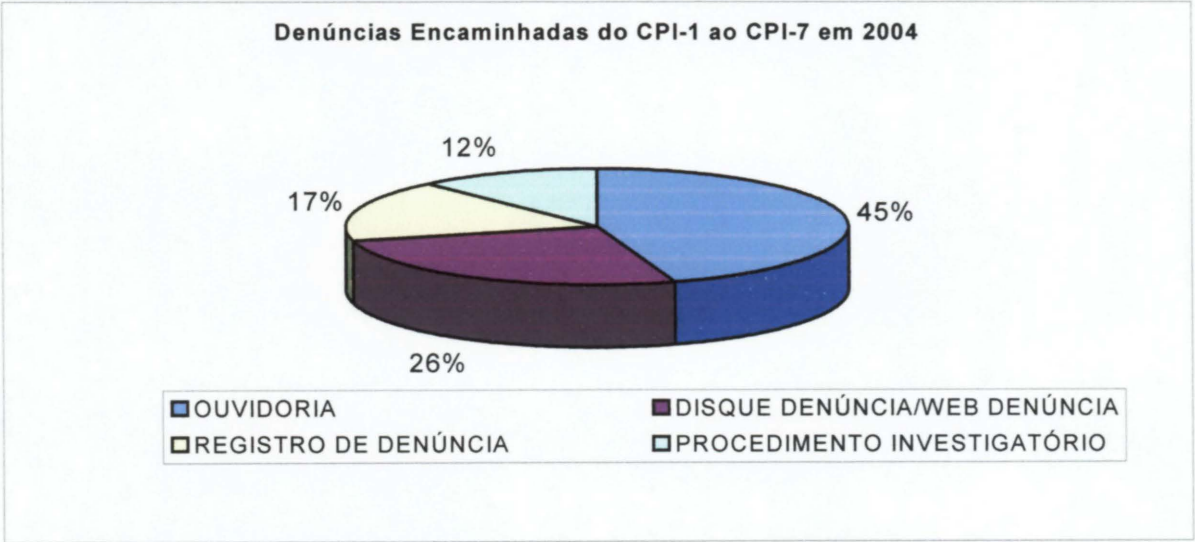
Observe-se que, no decorrer do ano de 2006, foram recebidas um total de 3.557 (três mil, quinhentos e cinquenta e sete) denúncias, das quais a maioria (77%) através do Registro de Denúncias e Ouvidoria, caindo, portanto, o percentual do Disque-Denúncia/Web Denúncia.

TABELA 4 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2004

ANO – 2004	TOTAL
OUVIDORIA	546
DISQUE-DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA	313
REGISTRO DE DENÚNCIA	210
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	141
TOTAL GERAL	1.210

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 4 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS – CPI-1 ao CPI-7 em 2004



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

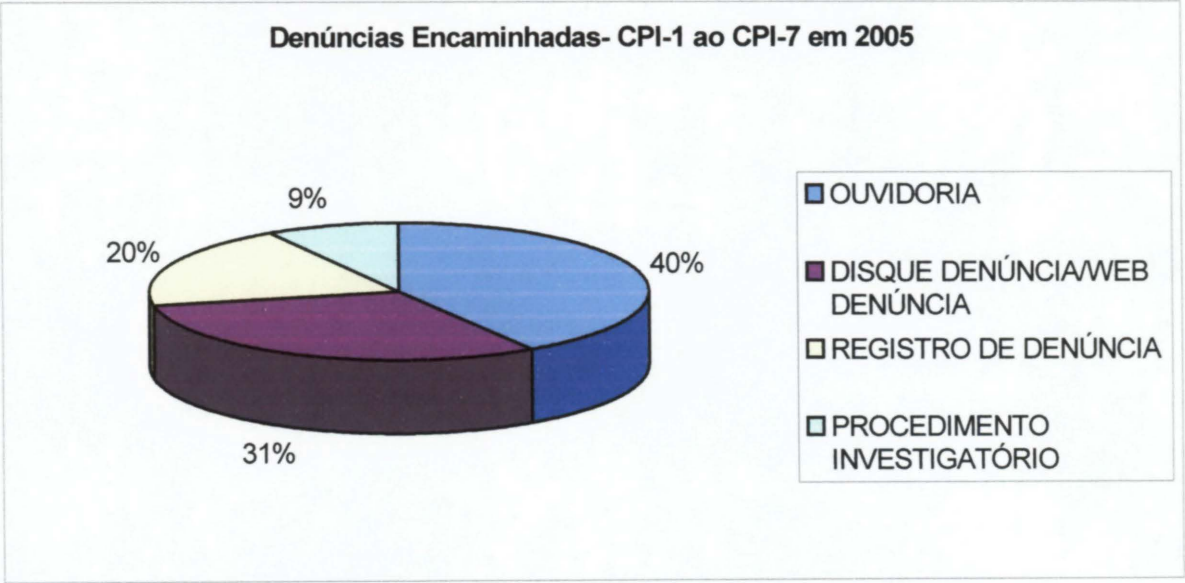
Pode-se observar, no gráfico acima, que a maioria (45%) das denúncias encaminhadas foram por intermédio da Ouvidoria, seguido pelo Disque Denúncia/Web Denúncia, com 26%.

TABELA 5 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2005

ANO – 2005	TOTAL
OUVIDORIA	475
DISQUE DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA	357
REGISTRO DE DENÚNCIA	227
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	99
TOTAL GERAL	1.158

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 5 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7 em 2005



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

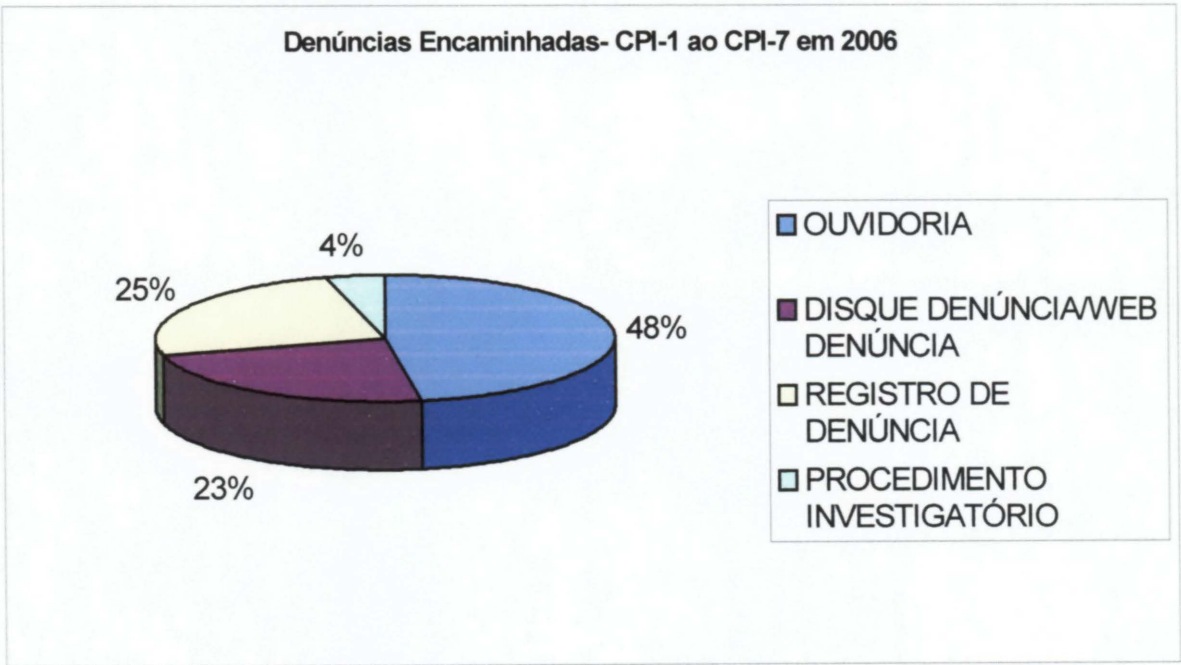
Observe-se que em 2005, a exemplo de 2004, a maioria das denúncias encaminhadas foram por intermédio da Ouvidoria (40%), seguida pelo Disque-Denúncia/Web Denúncia, com 31%.

TABELA 6 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7em 2006

ANO – 1ºsemestre de 2006	TOTAL
OUVIDORIA	486
DISQUE-DENÚNCIA/WEB DENÚNCIA	240
REGISTRO DE DENÚNCIA	257
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	43
TOTAL GERAL	1.026

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 6 – DENÚNCIAS ENCAMINHADAS - CPI-1 ao CPI-7em 2006



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

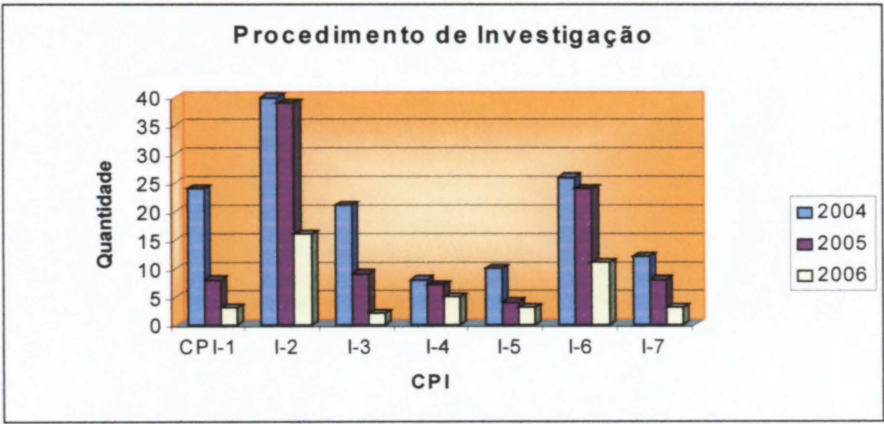
O Gráfico referente ao ano de 2006 também nos mostra que a maioria das denúncias encaminhadas pelas CPI 1 a 7 foram por intermédio da Ouvidoria (48%), porém seguido do Registro de Denúncia, com 25% das Denúncias Encaminhadas.

TABELA 7 – PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO

	2004	2005	2006	TOTAL POR CPI
CPI-1	24	8	3	35
I-2	40	39	16	95
I-3	21	9	2	32
I-4	8	7	5	20
I-5	10	4	3	17
I-6	26	24	11	61
I-7	12	8	3	23
TOTAL POR ANO	141	99	43	283

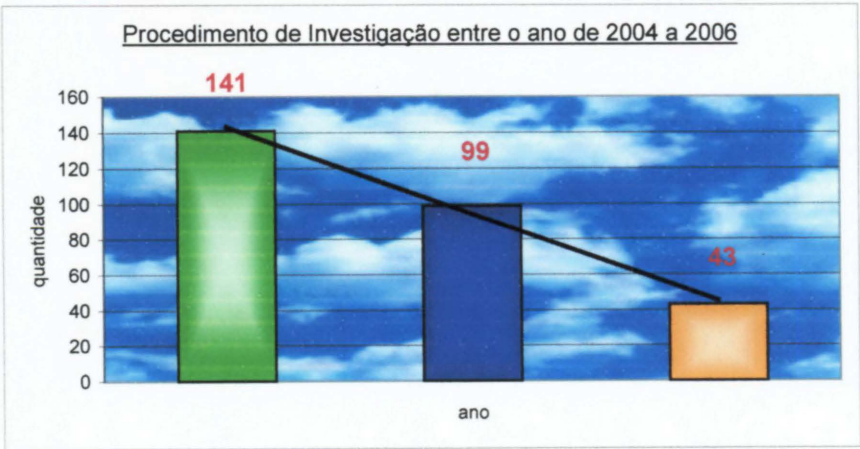
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 7A – PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO POR CPI



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 7B – PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO POR ANO



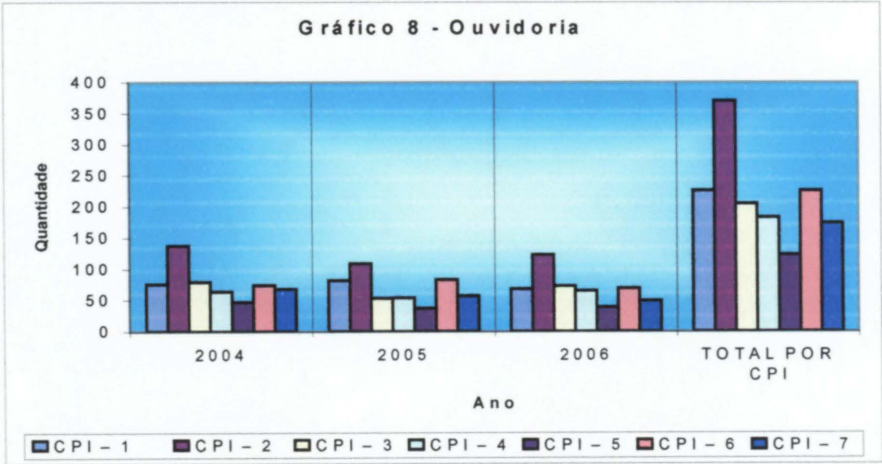
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

TABELA 8 – OUVIDORIA

	2004	2005	2006	TOTAL POR CPI
CPI – 1	76	82	68	226
CPI – 2	138	109	123	370
CPI – 3	79	53	73	205
CPI – 4	64	54	65	183
CPI – 5	47	37	39	123
CPI – 6	74	83	69	226
CPI – 7	68	57	49	174
TOTAL POR ANO	546	475	486	1.507

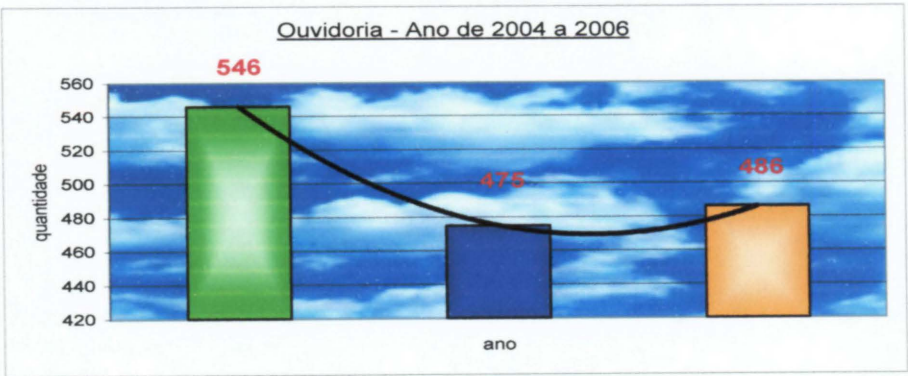
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 8A – OUVIDORIA POR CPI



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 8B – OUVIDORIA POR ANO



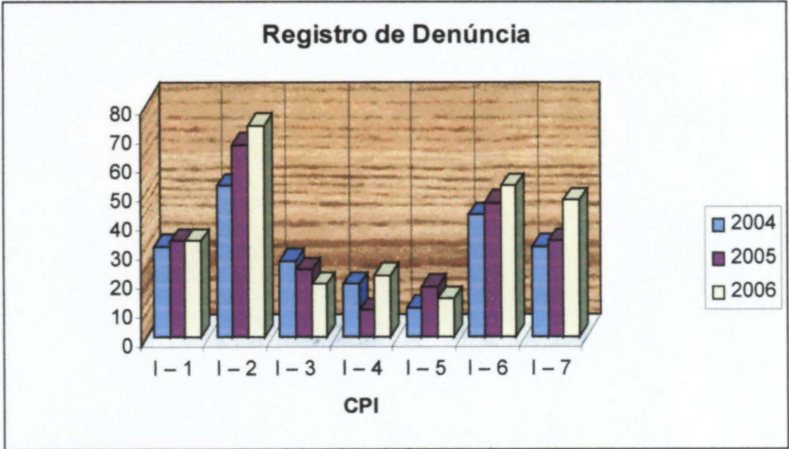
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

TABELA 9 – REGISTROS DE DENÚNCIA

	2004	2005	2006	TOTAL POR CPI
I – 1	31	33	33	97
I – 2	52	66	73	191
I – 3	26	23	18	67
I – 4	18	9	21	48
I – 5	10	17	13	40
I – 6	42	46	52	140
I – 7	31	33	47	111
TOTAL POR ANO	210	227	257	694

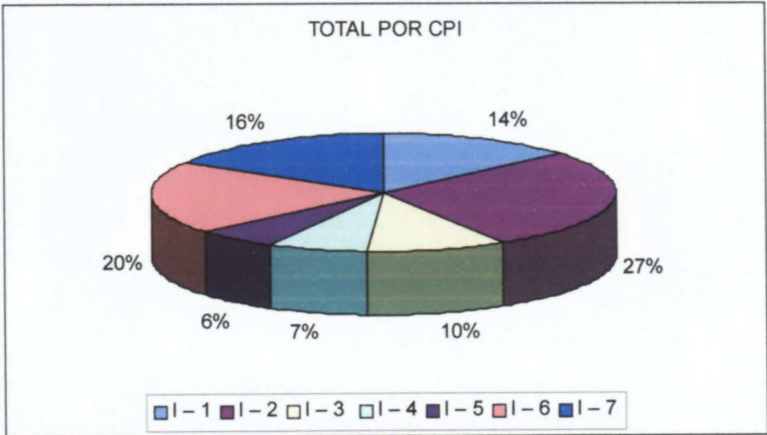
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 9A – REGISTROS DE DENÚNCIA POR CPI/ANO



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 9B – REGISTROS DE DENÚNCIA POR CPI



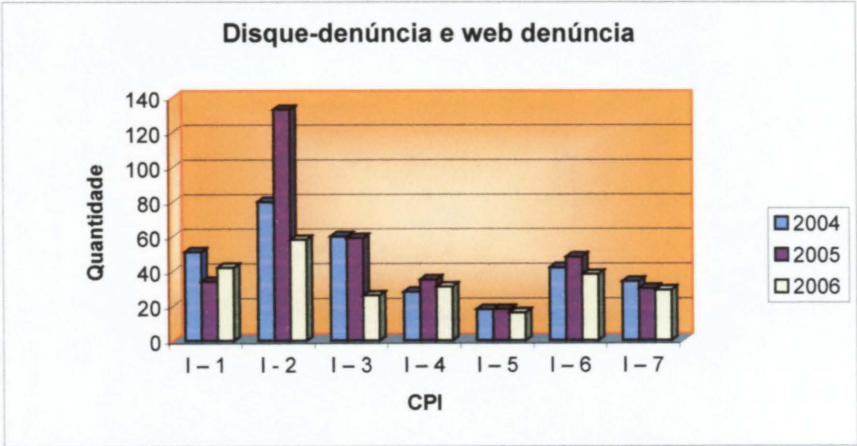
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

TABELA 10 – DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA

	2004	2005	2006	TOTAL POR CPI
I – 1	51	34	42	127
I – 2	80	133	58	271
I – 3	60	59	26	145
I – 4	28	35	31	94
I – 5	18	18	16	52
I – 6	42	48	38	128
I – 7	34	30	29	93
TOTAL POR ANO	313	357	240	910

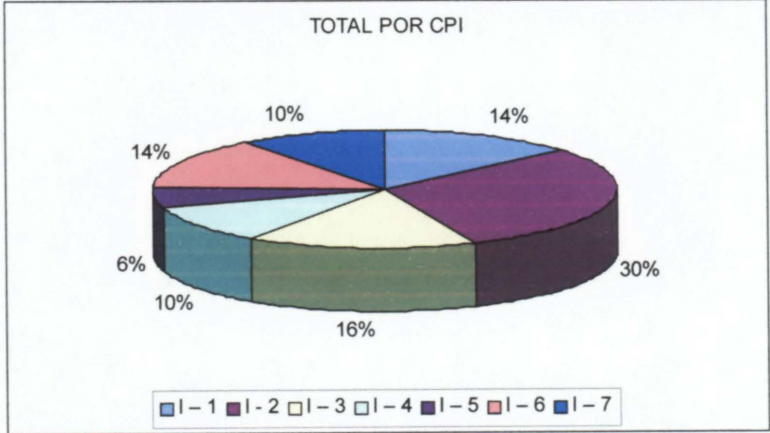
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 10A – DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA POR CPI



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 10B – DISQUE-DENÚNCIA E WEB DENÚNCIA TOTAL POR CPI



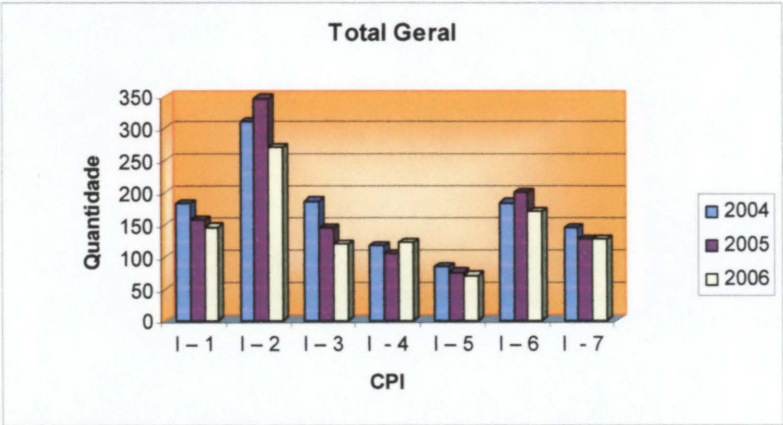
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

TABELA 11 – TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS

	2004	2005	2006	TOTAL
I – 1	182	157	146	485
I – 2	310	347	270	927
I – 3	186	144	119	449
I – 4	118	105	122	345
I – 5	85	76	71	232
I – 6	184	201	170	555
I – 7	145	128	128	401

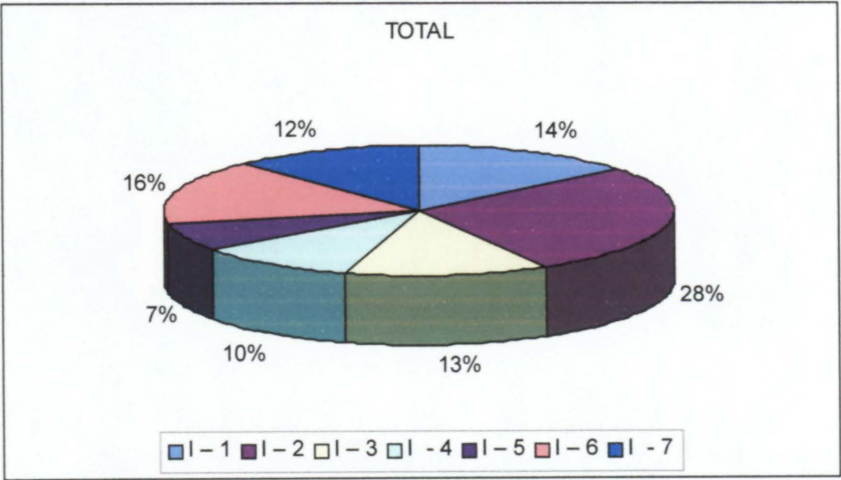
FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 11A – TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS POR CPI/ANO



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 11B – TOTAL GERAL DE DENÚNCIAS POR CPI



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

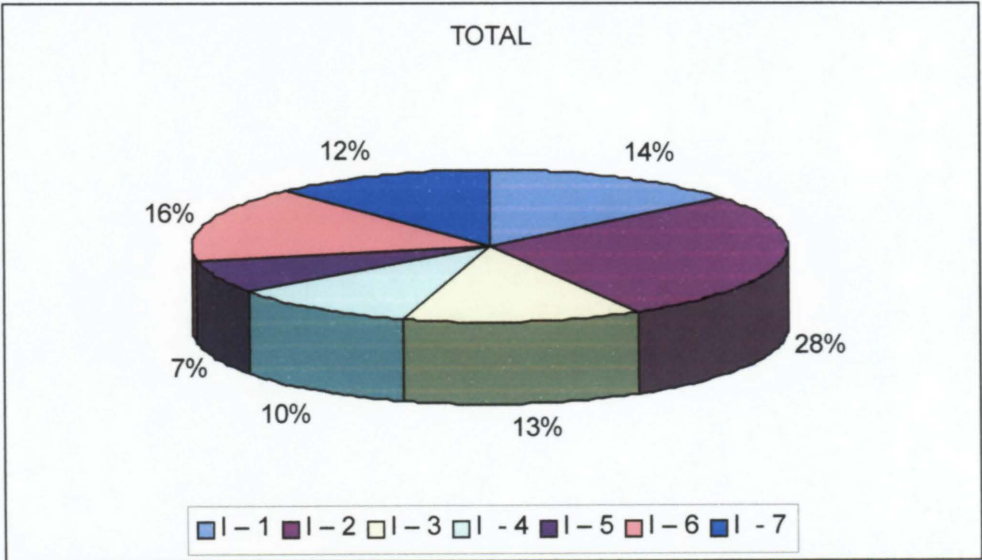
5.1 POR ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS

TABELA 12 – ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS POR CPI

CPI – 2 - CAMPINAS	927 DENÚNCIAS
CPI – 6 - SANTOS	555 DENÚNCIAS
CPI – 1 - S.J.DOS CAMPOS	485 DENÚNCIAS
CPI – 3 – RIBEIRÃO PRETO	449 DENÚNCIAS
CPI – 7 - SOROCABA	401 DENÚNCIAS
CPI – 4 – BAURU	345 DENÚNCIAS
CPI – 5 – S.J.RIO PRETO	232 DENÚNCIAS
CPI – 9 - PIRACICABA	
CPI - 8 - PRESID. PRUDENTE	

FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

GRÁFICO 12 - ORDEM DE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS POR CPI



FONTE: Secretaria Operacional da Corregedoria PM

Os CPI - 8 e 9 são comandos de policiamentos novos, e foram criados em face da redistribuição das áreas de policiamentos do CPI-4 e 2, respectivamente; portanto, os dados relativos a eles foram incluídos nos comandos de policiamento

de origem.

O tratamento estatístico é fundamental para que se possa ter uma visão privilegiada do volume de denúncias apuradas pela Corregedoria PM, e de posse destes dados, e evidenciado o grande volume de trabalho, o próximo capítulo tratará da descentralização da Corregedoria Geral, com suas divisões e atribuições.

CAPÍTULO 6

6 DESCENTRALIZAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Como a proposta deste trabalho é a criação de bases operacionais da Corregedoria PM no interior do Estado de São Paulo, e de posse do conhecimento a respeito das atribuições e organização das Corregedorias Auxiliares, estudadas no capítulo anterior, neste capítulo procurou-se analisar a iniciativa análoga implementada pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, por meio do Decreto nº. 47.236, de 18 de outubro de 2002.

A Corregedoria Geral da Polícia Civil – CORREGEDORIA-, órgão de apoio e execução da Delegacia Geral de Polícia, com nível de Departamento Policial, tem as seguintes atribuições básicas a serem exercidas em todo o Território Estadual:

- I. Promover, privativamente, a apuração das infrações penais administrativas atribuídas à Polícia Civil;
- II. Realizar visitas de inspeção e correções extraordinárias em qualquer Unidade Policial, cientificando o Delegado Geral de Polícia;
- III. Apreciar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de Policiais Cíveis;
- IV. Promover investigações sobre o comportamento ético, social e funcional dos candidatos a cargos policiais civis, bem como dos ocupantes de tais cargos em estágio probatório e dos indicados para o exercício de chefias e encarregaturas, observadas as normas legais e os regulamentares aplicáveis;
- V. Adotar procedimentos de Polícia Judiciária, quando conveniente aos interesses da Administração Policial.

Está assim estruturada:

- I. Assistência Policial;
- II. Divisão de Informações Funcionais;
- III. Divisão de Apurações Preliminares;
- IV. Divisão de Sindicâncias Administrativas;
- V. Divisão de Processos Administrativos;
- VI. Divisão de Crimes Funcionais;
- VII. Divisão de Operações Policiais;
- VIII. Divisão das Corregedorias Auxiliares;
- IX. Presídio Especial da Polícia Civil;
- X. Divisão Administrativa.

6.1 DIVISÃO DAS CORREGEDORIAS AUXILIARES

A Divisão das Corregedorias Auxiliares tem a seguinte estrutura:

- a) Assistência Policial;
- b) 1ª Corregedoria Auxiliar - São José dos Campos
- c) 2ª Corregedoria Auxiliar - Campinas;
- d) 3ª Corregedoria Auxiliar - Ribeirão Preto
- e) 4ª Corregedoria Auxiliar - Bauru
- f) 5ª Corregedoria Auxiliar – São José do Rio Preto
- g) 6ª Corregedoria Auxiliar – Santos
- h) 7ª Corregedoria Auxiliar – Sorocaba
- i) 8ª Corregedoria Auxiliar – DEMACRO

A Divisão das Corregedorias Auxiliares tem por atribuições a direção, coordenação e supervisão de suas Corregedorias Auxiliares.

6.1.1 AS CORREGEDORIAS AUXILIARES

As Corregedorias Auxiliares têm como principais atribuições:

- I. Por meio dos respectivos Corpos Técnicos;
 - a) Dar atendimento às ocorrências de natureza disciplinar e criminal atribuídas a Policiais Civis;
 - b) Elaborar, privativamente, apurações preliminares, sindicâncias administrativas, processos administrativos e inquéritos policiais, referente às infrações administrativas e criminais atribuídas a policiais civis, no âmbito de suas bases territoriais;
- II. Por meio das respectivas Unidades Processantes Permanentes, elaborar, privativamente, processos administrativos referentes às infrações administrativas atribuídas a policiais civis, na área das respectivas Corregedorias Auxiliares, e prosseguir os processos administrativos iniciados em outras unidades da Corregedoria Geral da Polícia Civil, quando conveniente aos interesses da Administração Policial;
- III. Por meio das respectivas seções de Registros Policiais:
 - a) Colher informações sobre procedimentos administrativos, policiais e criminais que envolvam policiais civis;
 - b) Colher informações sobre o comportamento ético-social dos candidatos a cargo policial civil de caráter efetivo, assim como sobre o procedimento pessoal e funcional dos policiais civis em estágio probatório e dos indicados para o exercício de Chefias e Encarregaturas, encaminhando-as à Divisão de Informações Funcionais da Corregedoria Geral da Polícia Civil.

O exercício das funções diretivas das unidades policiais é privativo de ocupante do cargo de Delegado de Polícia, sendo da Divisão das Corregedorias Auxiliares de Classe Especial e os da 1ª a 8ª Corregedoria Auxiliar de 1ª classe.

Para o desempenho das atividades fiscalizatórias de sua competência, a Corregedoria Geral de Polícia Civil promoverá, extraordinariamente, nas unidades

dos órgãos de apoio e execução da Polícia Civil, correções destinadas ao controle da regularidade e eficiência dos serviços e das atividades dos seus dirigentes e servidores.

As correções extraordinárias serão presididas pelo Delegado de Polícia Titular de Assistência Policial da Corregedoria Geral de Polícia Civil, no município de São Paulo, e pelos Delegados de Polícia dirigentes das Corregedorias Auxiliares nas regiões respectivas, à exceção das Diretorias de Departamento nas quais as correções serão presididas pelo Corregedor Geral.

À medida que houver a necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos, poderão ser instaladas Equipes Corregedoras em municípios distintos daqueles das sedes das Corregedorias Auxiliares, atentando-se para os seguintes aspectos:

- I. A instalação será, sempre, em prédio separado das unidades policiais da área;
- II. A densidade populacional do município;
- III. A maior incidência de infrações funcionais administrativas disciplinares e penais da área.

Como se pode observar, as Corregedorias Auxiliares, no âmbito de suas bases territoriais, possuem basicamente as mesmas atribuições da Corregedoria Geral de Polícia Civil. A notícia que se tem é que, após quase cinco anos de existência das Corregedorias Auxiliares, ela só contribuiu para melhorar os níveis de prestação de serviços e estreitar os laços com a comunidade local. Não é exatamente o modelo a seguir, porém serviu de estudo e pesquisa para a proposta que se quer apresentar neste trabalho, como será visto no próximo capítulo, em que será demonstrado o processo de implantação e estruturação das bases operacionais.

CAPÍTULO 7

7 IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS

Após ter-se tomado conhecimento a respeito da estrutura das Corregedorias Auxiliares, será discorrido, neste capítulo, os fundamentos da implantação das Bases Operacionais.

A apuração de infrações graves, principalmente aquelas que denotam incompatibilidade com a função pública ou desonrosa ao decoro da classe, é uma das principais atividades da Corregedoria PM, que visa a estabelecer a responsabilidade administrativa disciplinar do infrator perante a Instituição, independente das sanções em outras esferas (penal e civil).

Os desvios de conduta praticados por integrantes da Corporação ocorrem, apesar da orientação, instrução e fiscalização dos Comandantes, e levam a sociedade à insatisfação e insegurança no que tange à Segurança Pública.

Esses atos, embora isolados, solapam as bases da hierarquia e da disciplina, com sérios reflexos negativos à imagem da Corporação. E a comunidade, atenta, cobra a apuração e a responsabilização daqueles que cometem desvios.

Os Comandantes de OPM possuem limitações para apurar certos fatos decorrentes da amplitude ou indefinição de autores, o que demanda pessoal especializado para uma célere investigação e coleta de provas adequadas.

Com a implantação de bases operacionais da Corregedoria PM no interior do Estado, ter-se-ão condições de propiciar mais um meio de auxiliar os Comandantes de OPM na depuração interna e assegurar maior eficácia e credibilidade ao serviço investigativo, otimizando as apurações de ilícitos na Corporação, evitando a falta de subsídios e as inerentes dificuldades decorrentes dos contatos amistosos entre o investigador e o investigado.

7.1 FINALIDADE

São inúmeras as finalidades da criação de bases operacionais, como:

- a) Reduzir a quantidade de denúncias em desfavor dos Policiais Militares que trabalham ou residem no interior do Estado;
- b) Diminuir deslocamentos de integrantes da Correg PM ao interior do Estado, principalmente às regiões mais afastadas da Capital;
- c) Assegurar maior eficácia e credibilidade ao serviço correccional;
- d) Reduzir a remessa de casos aos Comandantes de Unidade Territorial em face das dificuldades em apurar a denúncia por falta de recursos técnicos e operacionais adequados;
- e) Transmitir credibilidade, transparência e imparcialidade às vítimas e testemunhas para que estas não se sintam desconfiadas e constrangidas;
- f) Oferecer proteção às vítimas e testemunhas, a fim de que não sejam alvos de ameaça pelos envolvidos ou hostilizados por outros Policiais Militares imbuídos de caráter duvidoso.

7.2 ONDE IMPLANTAR

O aspecto fundamental para a implantação das bases operacionais é saber onde serão instaladas; quais os critérios a serem considerados que possam auxiliar na tomada de decisão e, o mais importante, o estabelecimento de uma priorização. Diante desse contexto, foi elaborado um levantamento estatístico sobre as áreas de maior incidência de queixas contra Policiais Militares, e a análise dos principais pontos críticos determinou os locais mais viáveis para o funcionamento das Bases Operacionais.

A análise realizada permite concluir por uma priorização mais próxima da realidade possível e dentro de uma lógica que propicia a certeza de uma implantação natural e voltada para a necessidade da comunidade que se pretende atender.

O modelo priorizado ficou assim constituído:

CPI – 2 – Campinas

CPI – 6 - Santos

CPI – 1 – São José dos Campos

CPI – 3 – Ribeirão Preto

CPI – 7 – Sorocaba

CPI – 4 – Bauru

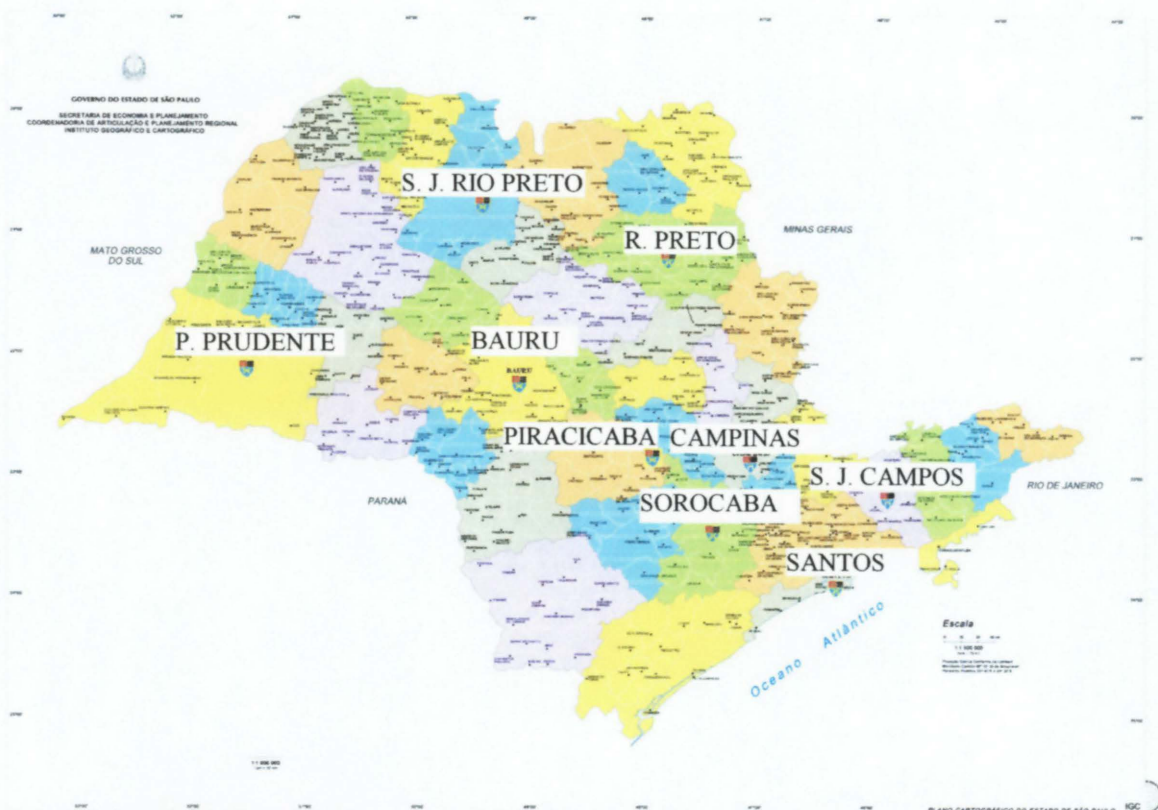
CPI – 5 – São José do Rio Preto

CPI – 9 – Piracicaba

CPI – 8 – Presidente Prudente

Um trabalho de planejamento estatístico necessariamente deverá estar envolvido com um cronograma de implantação; no entanto, pelo fato de contar-se com recursos parciais e de extrapolar-se o nível de decisão da Corporação naquilo que se refere à dotação orçamentária, a tarefa restringir-se-á a alocar os meios disponíveis. O objetivo é traçar uma meta a ser perseguida e sedimentada passo a passo até a implantação das bases operacionais a cada Comando de Policiamento do Interior.

Vislumbram-se, inicialmente, quatro Bases Operacionais, nas cidades de Campinas (CPI – 2), Santos (CPI – 6), São José dos Campos (CPI – 1) e Ribeirão Preto (CPI – 3), conforme modelo priorizado, para funcionamento com o emprego imediato do efetivo fixado da Corregedoria PM. As demais serão criadas à medida que se amplie o efetivo da Correg PM conforme a ordem resultante da tabulação.



QUADRO 4 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS

FONTE: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo.

7.3 COMO IMPLANTAR AS BASES OPERACIONAIS

A proposta inicial é que a Base Operacional seja estruturada com, no mínimo, seis Policiais Militares, um Tenente PM, dois Sargentos PM e três Cabos PM ou Soldados PM, efetivo a ser ampliado conforme a necessidade do serviço. Como foi descrito anteriormente, a idéia inicial é a criação de quatro Bases Operacionais para funcionamento com emprego imediato do efetivo da Corregedoria PM, que conta, atualmente, com um quadro fixado de 652 PM, existente de 602 PM, portanto, um claro de 50 PM. Destarte, o suprimento dos claros, aliado a ajustes internos no Quadro Particular de Organização (QPO) da unidade, propiciará condições ideais de implementação do projeto sem qualquer ônus às demais atividades da Correg PM.

Quanto às instalações a serem ocupadas pelas bases, deverão ser separadas das unidades policiais de área, o que demandará uma análise percuciente da relação custo-benefício, a fim de se estabelecer o espaço adequado a uma

ocupação sem desperdícios, cujas despesas sejam compatíveis com as atividades do órgão interessado, bem como com a austeridade que deve orientar os gastos públicos.

Com relação às viaturas, aos abastecimentos e às manutenções, em primeiro momento, ficam estabelecidos 01 viatura quatro rodas e 01 motocicleta para cada base operacional, fornecidas pela própria frota da Corregedoria PM. Os abastecimentos serão feitos, em princípio, nos mesmos locais em que as demais viaturas da área abastecem, salvo em situações especiais, podendo ser feitas em qualquer posto de abastecimento, bem como as manutenções das viaturas que serão cobertas com verbas de adiantamento, tudo conforme estabelecido pela Lei Estadual nº10.320, de 16 de dezembro de 1968, que dispõe sobre Sistemas de Controle Interno da Gestão Financeira e Orçamentária do Estado, e a Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), que, em seus artigos de nº 42 a 50, seção IV, dispõe sobre os adiantamentos denominados “operações policiais de caráter reservado”.

A missão dos Policiais Militares que irão compor essa Base Operacional é facilitar o trabalho investigativo, diminuindo os deslocamentos para o Interior, que, não raras vezes, destinam-se para a obtenção de dados preliminares, e dar maior credibilidade ao serviço, sem precisar socorrer-se da OPM da área. Vale ressaltar que sua função principal é fornecer o suporte necessário às investigações de maior envergadura, realizadas pelos companheiros da Corregedoria PM da Capital ou de outras Bases Operacionais, por meio de sugestões, informações precisas e coletas de provas adequadas e meios logísticos. Para tanto, é necessário que estejam bem instalados e relacionados com a comunidade local, pois a permanência e o nível de influência com o público interno e externo local podem alterar as apurações, gerando procedimentos com resultados parciais, sem definição de autoria e isento de responsabilidade.

O ideal é que fiquem por tempo indeterminado, e a permanência dependa exclusivamente do trabalho realizado por cada um deles. Quanto à influência negativa, a questão pode ser resolvida por meio de instrução, que envolve uma reciclagem periódica na Correg PM, cujo enfoque é a uniformidade dos

procedimentos e o sucesso do trabalho em equipe, o qual só terá bons resultados à medida que cada um conheça em detalhes seu papel e sua importância na engrenagem.

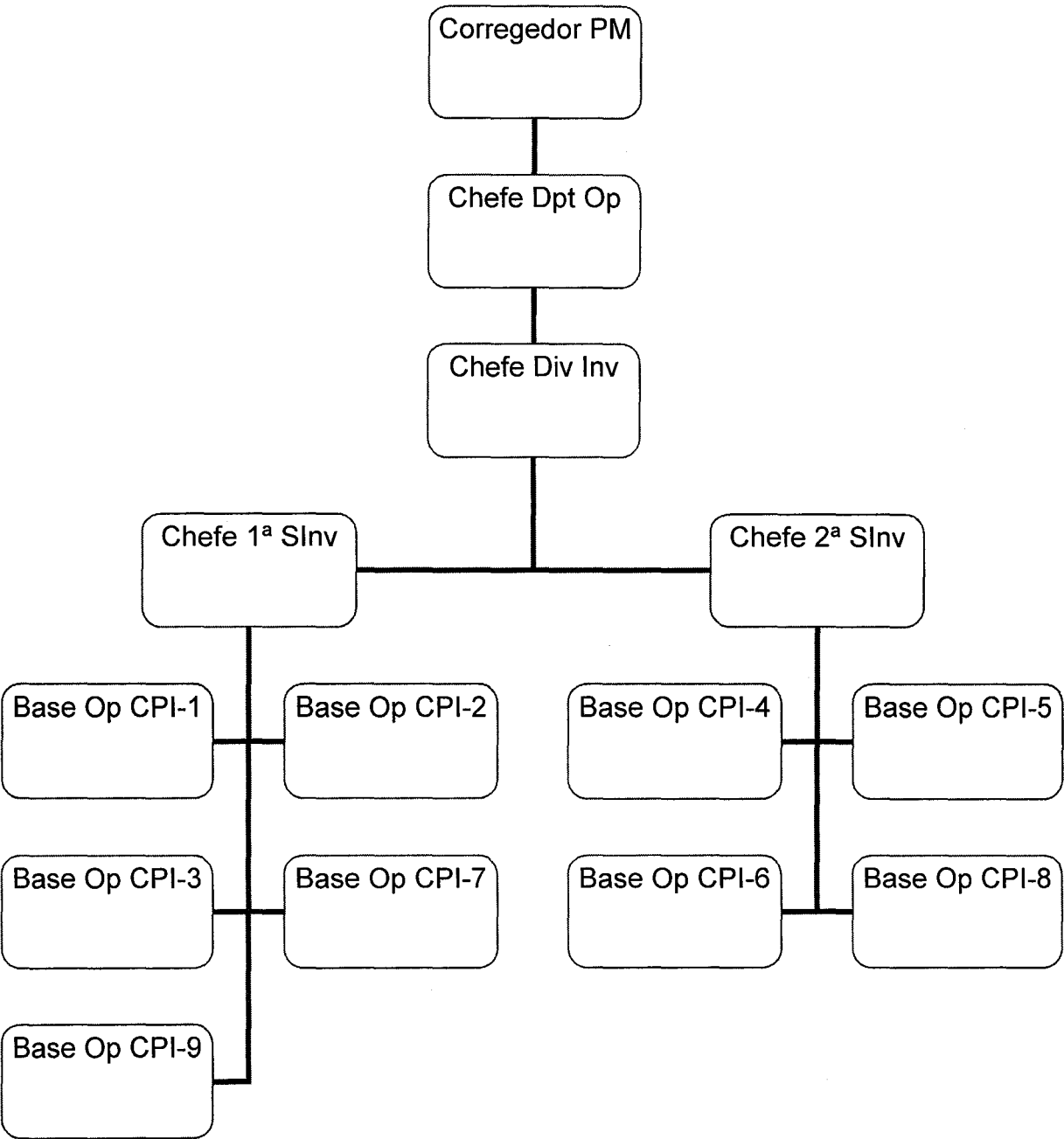
7.4 SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

O modelo operacional da Corregedoria PM é centralizado, ou seja, todas as atividades são desenvolvidas a partir de uma sede única, de onde partem os agentes para as mais variadas missões. A proposta sugerida enfoca a criação de Bases Operacionais da Correg PM no Interior, sem descaracterizá-la quanto à forma de trabalho desenvolvida até então, com a manutenção do modelo centralizado no que se refere à subordinação administrativa e operacional, manutenção, instrução e doutrina de emprego operacional.

O controle constitui-se um dos principais óbices à implantação das Bases Operacionais, que em nenhuma hipótese poderá ameaçar a existência da Corregedoria PM e nem a consecução de suas metas e seus objetivos. A descentralização bem-sucedida é aquela permeada de centralizações em áreas básicas, nas quais o poder de decisão central resulta em maior acerto e benefício. Não se deve aplicar cegamente uma descentralização pois, tem seus custos, e em muitas Instituições não chegam ao ponto de exigí-las, porém, quando necessárias, se tornam eficazes.

A virtude ou a melhor maneira de implantação da descentralização está no equilíbrio, na análise de cada fator influenciador e nas conseqüências de sua aplicabilidade. A descentralização mal administrada traz diretrizes não uniformes e problemas de controle. À medida que a autoridade é descentralizada, o administrador vai se tornando cada vez mais independente, controlando sua própria equipe, ditando regras e contrariando ordens e diretrizes dos escalões superiores, podendo, inclusive, começar a duplicar serviços especializados da organização matriz.

Assim, para que haja controle, equilíbrio, padronização de procedimentos, diretrizes uniformes e redução de custos operacionais, é essencial que as bases operacionais estejam subordinadas diretamente ao Corregedor PM, e este, ao Subcomandante PM.



QUADRO 5 – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DAS BASES OPERACIONAIS

7.5 AVALIAÇÃO DE CUSTOS, DECORRENTES DE VIAGENS PARA INVESTIGAÇÕES

Considerando a enorme extensão territorial (aproximadamente 248.808,8 quilômetros quadrados), o crescimento populacional do Estado com seus 645 municípios, o aumento do efetivo da Corporação e a diversidade de policiamentos e missões inerentes à Polícia Militar, vislumbra-se que a estrutura de comando centralizada, na capital, sem unidades detectadas de apoio operacional, não propicia um custo-benefício à altura do necessário a certas investigações, com sensível aumento de dificuldades (humanas e materiais), tanto maiores quanto a distância da sede, na capital.

Além do dispêndio com alimentação, estadia, comunicação, viaturas e de tempo, se considerado que o mais extremo do Estado dista da capital 755 km, ou cerca de 09 horas, em velocidade média de 100 a 120 km/h, temos ainda o desgaste físico e emocional, em face da imprevisibilidade de situações, as quais por vezes requerem imediato deslocamento, independentemente, do horário do agente investigador, o que, por maior comprometimento que se tenha com o serviço, não deixa de provocar reflexos psicológicos e emocionais, seus e de familiares, que nem sempre compreendem a realidade de um serviço de Corregedoria.

Nesse aspecto, a análise do horário de serviço é fundamental. A experiência tem mostrado que 08 horas de serviço quase sempre são insuficientes para determinadas medidas investigatórias. 12 horas têm se apresentado como período bastante razoável, mas o acréscimo de tempo a este, resultou em uma sensível perda de qualidade, principalmente, nos quesitos “atenção” e “motivação”, que, obviamente, põe em risco as missões e a própria segurança dos agentes. Os turnos de 24 horas ininterruptos de serviço investigatório, excepcionalmente, apresentam-se como plenamente suportáveis, desde que não sejam regulares, pois normalmente geram extremo desgaste, dado ao alto grau de stress, peculiar à atividade investigatória, quesito nem sempre considerado.

Dessa análise deflui-se que o horário de trabalho e a otimização do tempo são fatores fundamentais ao alcance dos objetivos pretendidos nas atividades

investigatórias e quanto maiores as distâncias a se vencer, para se chegar aos locais de investigação, menor o tempo útil de trabalho produtivo. Quanto menor o tempo disponível para se alcançar os locais de investigação, maiores os riscos de deslocamento. Quanto maior o acréscimo de tempo ao seu horário normal de serviço, menor a produtividade do agente. Quanto maior o tempo de afastamento do agente da família, maior o grau de stress, maior a incidência de áreas de conflitos domésticos e menor a produtividade no serviço. E quanto maior a distância a se vencer, quanto maior o tempo necessário de permanência no local de investigação e quanto maior o número de agentes envolvidos, maiores os custos globais, nem sempre disponíveis à altura do necessário.

Não menos importante, e fator de segurança numa atividade investigatória, é o conhecimento do território, da área de atuação. Aqui se incluem todos os aspectos que se relacionam à geografia ambiente, aos pontos sensíveis da localidade, cujo domínio somente é alcançado com a convivência, com a habitualidade de trânsito.

É sabido por quem labuta na área investigatória que a dependência de informação ou busca de indicações nas unidades de Policiamento da região fragiliza a investigação, principalmente quando solicitados pela Corregedoria. Portanto, quanto menor a dependência de informações, maior a liberdade de atuação e possibilidade de êxito.

A título ilustrativo, do grau de relevância do quesito custos, veja-se a exemplificação abaixo de casos trazidos ao conhecimento da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, devidamente preservados dados identificadores de locais e pessoas por se tratarem de fatos ainda na órbita de apreciação judicial.

ESTUDO DE CASO – I

Consta de denúncia anônima que Oficiais que comandam o Policiamento em uma cidade do interior Paulista, distante cerca de 450 km da Capital, gerenciam a segurança privada de vários estabelecimentos comerciais, desviam os comandados da função pública e utilizam-nos fardados nos chamados “bico” de segurança. Além

disso, arrecadam dinheiro no comércio local para conserto de viaturas quebradas, porém tomam posse do dinheiro.

PROVIDÊNCIAS

Em que pese o denunciante tenha se escudado no anonimato, não recepcionado pela Constituição Federal, a denúncia retrata um fato grave, e a sociedade não pode ser alimentada de conjecturas quanto à procedência da denúncia, tampouco de juízo de valor, por vezes, equivocado do Administrador público responsável pela disciplina da Corporação. Como medida de preservação da imagem institucional, é salutar uma apuração, preliminar que seja, considerando-se legítimo o fato denunciado. Entretanto, o bom senso recomenda uma intervenção investigatória por parte de órgão da instituição totalmente desvinculado do efetivo e policiamento local.

Independentemente de qualquer literatura de cunho investigatório, a denúncia, por si só, já norteia que o primeiro passo para verificação da denúncia determina um deslocamento ao local.

É nesse momento que compete avaliar os fatores circunstantes da ação, ou seja: cerca de 450 km separam a sede da Corregedoria da localidade, o que demanda aproximadamente seis horas de deslocamento, e custos operacionais consideráveis, incluindo-se o número de agentes empenhados, a alimentação e eventual hospedagem de todos.

A hospedagem é prevista não somente em função da inconveniência do retorno no mesmo dia, mas também se pela imprecisão do tempo necessário ao desenvolvimento da apuração. Em regra, talvez por medo de eventual identificação e represálias, os denunciantes anônimos são sucintos na exposição e não fornecem dados exatos, e isso dificulta o serviço.

No presente, o fato denunciado não fugiu a regra. Indicou-se a cidade, alguns estabelecimentos, mas não precisou os dias e respectivos horários em que as irregularidades ocorriam, o nome dos PM envolvidos, tampouco os estabelecimentos onde os Oficiais fariam solicitações de materiais em nome da Corporação, mas desviariam para fins particulares.

Daí requerer-se um tempo mínimo de estadia para levantamento de dados

e outro tempo para a observação ou monitoramento que possibilitassem a comprovação da denúncia, ou não.

Poder-se-ia questionar o porquê da não ida e vinda do efetivo, dia a dia, mas é necessário considerar que os custos tornam-se ainda maiores e os riscos, no deslocamento, também. Os custos, se considerado o combustível e desgaste natural das vtr empregadas. Os riscos, se avaliados o desgaste físico e cansaço decorrente de uma longa jornada de trabalho.

Como nem sempre os recursos disponíveis permitem o tempo necessário de estadia, com o efetivo necessário ao desenvolvimento da investigação, na apuração sob apreciação foram realizadas várias diligências àquela localidade, todas sucedidas de pelo menos um pernoite dos agentes. Em uma das diligências, houve permanência (estadia) na localidade por 03 dias sucessivos para localização dos estabelecimentos, observação e comprovação da existência de segurança privada ou fardada, com emprego de meios do Estado, bem como a constatação de viaturas (vtr), pontos de estacionamento, contatos com a comunidade etc.

Em razão do número de agentes envolvidos, 06, foram empregadas duas vtr em cada deslocamento.

Cada vtr percorre em média 1.000 km, nos dias de simples pernoite e retorno no dia seguinte. No período de 02 dias de pernoite e retorno no 3º dia, chega-se a 1.500 km de deslocamento. Desse modo o custo só com combustível (*gasolina*) perfaz R\$860,00 (oitocentos e sessenta reais) em média.

Ainda houve a necessidade de aluguel de um veículo na cidade, para auxiliar nos levantamentos de dados, despesa que acresceu R\$90,00 (noventa reais) nos custos.

Quanto à estadia, optou-se por uma cidade vizinha ao local da denúncia, para evitar exposição e eventuais suspeitas, comuns quando se trata de forasteiros nas pequenas cidades do Interior Paulista. A diária por pessoa, na cidade vizinha escolhida, fora de R\$60,00 (sessenta reais), valor multiplicado por 06, em face do número de agentes envolvidos, o que fez R\$360,00 (trezentos e sessenta reais), nas diligências de simples pernoite e retorno no dia seguinte. Na diligência de 02 pernoites e retorno no 3º dia, o valor chegou à casa dos R\$1.000,00 (um mil reais),

considerando-se o horário de saída de retorno.

No quesito alimentação, em cada diligência de simples pernoite, gastaram-se em média R\$ 40,00 (quarenta reais) por agente. Multiplicado por 06, chegamos a R\$240,00 (duzentos e quarenta reais). Nas diligências de 02 pernoites, foram dispendidos R\$500,00 (quinhentos reais).

Sem contar outras despesas, não operacionais, mas por vezes decorrentes e necessárias, como conserto de vtr, os valores acima mencionados chegaram à ordem de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

ESTUDO DE CASO – II

Consta de denúncia formulada por um Vereador de cidade do interior paulista, distante cerca de 650 km da Capital, que teria sido vítima de Abuso de Autoridade e ameaças, praticadas por Policiais Militares, os quais também estariam envolvidos em diversas outras irregularidades.

Em relação ao crime de Ameaça, foi instaurado um Inquérito Policial Militar tendo por encarregado um Oficial superior da própria área dos fatos. Quanto às diversas outras irregularidades referidas, dado o aspecto político da questão, por determinação oriunda do Gabinete do Secretário de Segurança Pública, a Corregedoria deveria enviar um Oficial superior para apuração de todas as irregularidades denunciadas.

PROVIDÊNCIAS

A Corregedoria dista daquela localidade cerca de 650 km, algo em torno de 07 horas de viagem, a velocidade máxima permitida (120 km/h).

Os custos, obviamente, não são desprezíveis, desde que considerado o tempo necessário para se alcançar a localidade; o número de agentes empenhados (04, sendo 02 motoristas e dois Oficiais), a alimentação e eventual hospedagem de todos.

A hospedagem deve considerar a distância e a impossibilidade de retorno no mesmo dia e também o tempo necessário para o desenvolvimento da apuração, 04 dias, em razão da imprescindibilidade de oitiva das partes conhecidas e localização de testemunhas.

Em função do número de agentes envolvidos, 04, fora empregada apenas 01 vtr (VW/Santana) para o deslocamento, percorrendo-se em média 2.000 km, com cerca de 250 litros de combustível (*gasolina*), a um custo aproximado de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais).

Quanto à estadia, a diária por pessoa fora de R\$ 60,00 (sessenta reais), valor multiplicado por 04, em face do número de agentes envolvidos, o que perfaz R\$240,00 (duzentos e quarenta reais).

No quesito alimentação, gastou-se em média R\$ 40,00 (quarenta reais) por agente. Multiplicando-se por 04, chegamos a R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Sem contar outros custos, não operacionais, mas por vezes decorrentes e necessários, como conserto de vtr, os valores acima mencionados chegaram à casa de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

ESTUDO DE CASO – III

Através da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça, recebeu-se a solicitação de um magistrado da comarca de Interior Paulista, distante cerca de 350 km da Capital, a qual versava sobre o envio de um Oficial da Corregedoria para tratar de assunto relativo à irregularidades praticadas por Oficial da PM, comandante do Policiamento da cidade.

Embora tenha se tentado a obtenção de dados via fone, com o magistrado, para análise da questão, aquela autoridade fez questão de travar contato pessoal para fornecimento dos dados, o que demandou, por simples que fosse, uma diligência ao Fórum daquela cidade.

PROVIDÊNCIAS

A Corregedoria dista daquela localidade cerca de 350 km, algo em torno de 05 horas de viagem, em média, dado que as condições das pistas na Rodovia de acesso e o intenso fluxo de veículos pesados (caminhões e treminhões) não possibilitavam, com segurança, o deslocamento na velocidade máxima permitida (100km/h).

Os custos, numa análise superficial, aparentemente, não chegam a ser relevantes, considerando-se o número de agentes empenhados (03, sendo 02

motoristas e um Oficial), a alimentação e a não necessidade de hospedagem (pernoite). Mas, considerando a distância percorrida (ida e volta) e o tempo de deslocamento, para uma simples conversa que não excedeu a 01 hora, o custo merece uma exposição.

Para deslocamento, fora empregada 01 (uma) vtr Blaizer, percorrendo-se em média 850 km, com cerca de 142 litros de combustível (*gasolina*), a um custo aproximado de R\$ 326,00 (trezentos e vinte e seis reais).

Quanto à estadia, não houve pernoite, tendo-se retornado no mesmo dia, porém a comitiva retornou na madrugada do dia seguinte, do que decorre um elevado desgaste físico e acentuados riscos de acidentes rodoviários, dado o horário noturno de deslocamento de retorno.

No quesito alimentação, gastou-se em média R\$ 40,00 (quarenta reais) por agente, o que, multiplicado por 03, fez um montante de R\$120,00 (cento e vinte reais).

Sem contar outros custos não operacionais, mas decorrentes e necessários, como conserto da viatura, que apresentou um problema mecânico redondou na troca da bateria, a um custo aproximado de R\$230,00 (duzentos e trinta reais).

O custo total aproximado foi de R\$670,00 (seiscentos e setenta reais) para uma viagem em que se saiu da Corregedoria por volta das 08h00, chegou-se à cidade por volta das 12h30min, saindo daquela região por volta das 19h00 com destino à Capital.

Além dos custos exemplificados, foram realizadas aleatoriamente, pesquisas de aluguel de casas nas cidades de Votorantin, Sorocaba e Ibiúna, cujos resultados foram os seguintes:

➤ **Votorantin:**

- Imóvel com 05 cômodos e garagem para 04 veículos, com aluguel de R\$1.100,00. Localizado na Rua Sebastião Lopes, 285- Centro.

- Imóvel com 08 cômodos e garagem para 03 veículos, com aluguel de R\$1.500,00. Localizado na Avenida Gisele Constantino, 900 – Pq. Bela Vista.

- Imóvel com 04 cômodos e garagem para 03 veículos, com aluguel de

R\$ 1.400,00. Localizado na Rua João de Castro, 197 – Jd. Olímpia.

➤ **Sorocaba:**

- Imóvel com 03 dormitórios e garagem para 02 veículos, com aluguel de R\$1.800,00. Localizado na Rua Álvaro Teixeira de Sousa Leite, 250- Sta. Terezinha.

- Imóvel com 03 cômodos e mais um galpão para vários veículos, com aluguel de R\$1.200,00. Localizado na Rua Ramon Aro Martine, 973- Vila Aro.

- Imóvel com 03 cômodos e garagem para 03 veículos, com aluguel de R\$1.800,00. Localizado na Rua Francisca de Queiroz, 127- Mangal.

- Imóvel com 04 cômodos e garagem para 07 veículos, com aluguel de R\$ 1.700,00. Localizado na Rua Sta. Clara, 426- Centro.

- Imóvel com 05 cômodos e garagem para 04 veículos com aluguel de R\$ 1.500,00. Localizado na Rua Santa Clara, 735 - Centro

➤ **Ibiúna:**

- Imóvel com 03 cômodos e garagem para 05 veículos, com aluguel de R\$400,00. Localizado na Rua Crisântemos, 42- Centro.

- Imóvel com 03 cômodos e garagem para 02 veículos, com aluguel de R\$350,00. Localizado na Rua Cirineu Soares Campos, 384 - Centro.

- Imóvel com 05 cômodos e garagem para 05 veículos, com aluguel de R\$ 500,00. Localizado na Rua Cirineu Soares Campos, 384 – Centro.

Após a análise das pesquisas realizadas, levando em consideração o valor do aluguel mais alto, que foi de R\$1.800,00, somando mais as despesas com água, luz e telefone, em torno de R\$800,00 mensais, ter-se-ia uma despesa de no máximo R\$2.600,00 mensais, quantia esta, que se gastaria, dependendo do caso, em apenas uma diligência policial, o que justifica ainda mais a proposta das criações das bases operacionais.

Torna-se, deste modo, oportuno em servir de instrumento essencial à sustentação dos princípios basilares de Disciplina e Hierarquia, fundamentais à

condução da Corporação pelo caminho da legalidade, condição inalienável para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão e da proteção da dignidade humana.

O capítulo ora estudado, corroborado pelos capítulos anteriores, analisados exhaustivamente, à luz dos preceitos científicos, possibilita que se possa tecer, no próximo capítulo, as conclusões da presente tese.

CAPÍTULO 8

8 CONCLUSÃO

O objetivo desta Monografia é propor a criação de Bases Operacionais da Corregedoria PM no interior do Estado, com subordinação administrativa e operacional à Corregedoria PM.

É oportuno frisar que a descentralização é apenas geográfica, diferentemente do que ocorre com a Corregedoria da Polícia Geral de Polícia Civil, que tem suas Corregedorias Auxiliares instaladas em pontos estratégicos nas cidades do interior do Estado de São Paulo, as quais, no âmbito de suas bases territoriais, possuem basicamente as mesmas atribuições e competência da Corregedoria Geral.

A idéia não é a criação de Corregedorias Auxiliares PM nas cidades do interior, com a mesma competência e as mesmas atribuições da Corregedoria PM. Esse modelo, certamente demandará a necessidade de mais recursos financeiros e humanos, que extrapolará os níveis de decisão da Corporação.

A implantação das Bases Operacionais, conforme explanado nas páginas anteriores, com a criação de quatro bases iniciais e as demais, gradativamente, obedecendo a um critério de prioridades, uma em cada Comando de Policiamento do Interior, é viável e visa à perenidade de ação, à certeza da continuidade e não à mera tentativa.

A proposta é, em médio prazo, conseguir estabelecer as nove Bases Operacionais nos comandos de Policiamento do Interior e, em longo prazo, quantas forem necessárias, colocando a Polícia Militar e a Corregedoria PM na vanguarda dessa modalidade de emprego operacional.

As ações preconizadas conseguirão atingir plenamente os objetivos preestabelecidos, pois, ao se iniciar a implantação das Bases Operacionais, com os meios de que se dispõe, de imediato será otimizado as apurações de ilícitos praticados por Policiais Militares no interior do Estado, e, em consequência, a

atividade das Bases Operacionais tende a expandir-se, e a criação de outras Bases será mera decorrência, pois o próprio processo político encarregar-se-á de canalizar recursos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Proposta Nacional de Direitos Humanos**. Metas do Governo Federal com Relação aos Direitos Humanos, 1996.

FELIZARDO, João Rogério. **A Divisão de Investigação da Corregedoria da Polícia Militar**. São Paulo: CAES, CSP, 1998.

KOONTZ, Harold e O'DONNEL, Cyril. **Princípios de Administração**: Uma Análise das Funções Administrativas. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

KOONTZ, Harold e O'DONNEL, Cyril. **Fundamentos de Administração**. São Paulo: Pioneira, 1974.

KUBO, Wilson Takao. **Depuração Interna**. Proposta de Implantações do Teste de Integridade na Corporação. Monografia. São Paulo: CAES, CAO/I, 1999.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Comando**. Biênio 2005/2006.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Boletim Geral Nº182/50**. Criação do DPM. São Paulo, 16 de agosto de 1950.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Boletim Geral Nº 210/69**. Instrução para o Funcionamento do DPM. São Paulo: 1969

SÃO PAULO. **Decreto Estadual N.º 31.318 de 23 de março de 1990**. Atribuições da Corregedoria da PMESP. São Paulo: 1990.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual Nº 32.337 de 17 de setembro de 1990**. Criação da Corregedoria da PMESP. São Paulo: 1990.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual Nº 47.236 de 18 de outubro de 2002**. Reorganização da Corregedoria Geral da Polícia Civil. São Paulo: 2002.

SÃO PAULO. **Lei Estadual Nº 10.320 de 16 de dezembro de 1968**. Dispõe sobre Sistema de Controle Interno da Gestão Financeira e Orçamentária do Estado. São Paulo: 1968.

SÃO PAULO. **Lei Complementar Nº709 de 14 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. São Paulo: 1993.

SÃO PAULO. **Programa Estadual dos Direitos Humanos**. Metas do Governo Estadual com relação aos Direitos Humanos. São Paulo: 1997.

VITÓRIA, Gerson. Ten Cel PMESP. **Radiopatrulhamento Aéreo**. Proposta de descentralização. Monografia. São Paulo: CAES, 1993.

APÊNDICE

Questionário distribuído a todos os comandantes de OPM do Interior com o fulcro de colher informações a respeito da implantação de bases operacionais da Corregedoria PM no Interior do Estado.

Questionário

1. É elevado o número de denúncias de irregularidades em desfavor de Policiais Militares em sua OPM?

() SIM () NÃO

2. Quantas denúncias recebidas, em investigação e concluídas durante o ano de 2004, 2005 e primeiro semestre de 2006?

3. Há dificuldades em apurar essas denúncias?

() SIM () NÃO

4. Os meios materiais e humanos são adequados para assegurar maior eficácia e credibilidade ao serviço investigativo?

() SIM () NÃO

5. É favorável à implantação de bases operacionais da Corregedoria PM nas cidades do interior do Estado?

() SIM () NÃO

ANEXOS

ANEXO A	Decreto Nº 32.337, de 17 de setembro de 1990. Dispõe sobre modificações do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989.	89
ANEXO B	Decreto Estadual n.º 31.318, aos 23 de março de 1990. Dispõe sobre as atribuições da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.	93
ANEXO C	POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR - Controle interno da atividade policial e serviços de atendimento, investigação e registros de ocorrências - rotina de procedimento policial - NI nº CorregPM - 001/94.	98
ANEXO D	PORTARIA Nº CORREGPM-001/100/05 - NORMAS DE INSTAURAÇÃO, INSTRUÇÃO E CONTROLE DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO (PI) REALIZADO PELA CORREGPM, EM RAZÃO DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 31.318/90.	109
ANEXO E	Decreto Nº 41.043, de 25 de julho de 1996 Estabelece normas para a locação de imóveis pela Administração Centralizada e Autárquica do Estado e dá providências correlatas.	120
ANEXO F	LEI N.º 10.320, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1968 Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.	129
ANEXO G	LEI COMPLEMENTAR N. 709 — DE 14 DE JANEIRO DE 1993 Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.	138

ANEXO A

Decreto Nº 32.337, de 17 de setembro de 1990

17/09/1990

Publicação: Diário Oficial v.100, n.173, 15/09/90

Revogações: Revogado o artigo 3º pelo Decreto nº 33.128, de 15 de março de 1991

Retificado pelo Diário Oficial v.100, n.176, 20/09/1990

Dispõe sobre modificações do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989.

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º – Os dispositivos a seguir enumerados do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, passam a vigorar com a redação que segue:

I – o artigo 2º:

“Artigo 2º – órgão de Direção Geral, sediado na Capital do Estado, o Comando Geral, constituído de:

I – Estado Maior da Polícia Militar (EM/PM);

II – Gabinete do Comandante Geral (Gab Cmt. G);

III – Estado Maior Especial (EM/E);

IV – Corregedoria de Polícia Militar (Correg PM) e

V – Núcleo de Estudos Avançados (NEA).

Parágrafo único – Os órgãos de que tratam os incisos I e II subordinam-se, diretamente, ao Comandante Geral e os demais Subcomandante da Polícia Militar.

II – o inciso IV do artigo 3º:

“IV – Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários (DAMCo);”

III – o inciso I do artigo 4º:

“I – Centro de Suprimentos e Manutenção de Armamento e Munição (CSM/AM);”

IV – o inciso II do artigo 8º:

“II – Centro Farmacêutico (C. Farm.)” e

V – o artigo 9º:

“Artigo 9º – São órgãos de Apoio de Sistemas, subordinados a Diretoria de Sistemas, sediados na Capital:

I – Centro de Processamentos de Dados (CPD) e

II – Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Telecomunicações (CSM/M Tel.).”

VI – a alínea “c” do inciso VIII do artigo 12:

“c – 25º Batalhão de polícia Militar Metropolitano (25º BPM/M), sediado em Itapecerica da Serra;”

VII – o inciso X do artigo 12:

“X – Comando de Policiamento Feminino (CPFem), sediado na Capital, com seguintes Unidades Operacionais (UOP):

a) 1º Batalhão de Policiamento Feminino (1º BPMFem), sediado na Capital;

b) 2º Batalhão de Policiamento Feminino (2º BPMFem), sediado na Capital;

c) 3º Batalhão de Policiamento Feminino (3º BPMFem), sediado na Capital;

d) 4º Batalhão de Policiamento Feminino (4º BPMFem), sediado na Capital e

e) 5º Batalhão de Policiamento Feminino (5º BPMFem), sediado na Capital;

VIII – a alínea “b” do inciso I do artigo 13:

“b – 5º Batalhão de Polícia Militar do Interior General Júlio Marcondes Salgado (5º BPM/I Gen Salgado) sediado em Taubaté;”

IX – o artigo 15:

“Artigo 15 – São órgãos Especiais de Execução, sediados na Capital:

I – Comando de Policiamento de Choque (CPChq), com as seguintes Unidades Operacionais (UOp):

a) 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” (1º BPChq-BTA);

b) 2º Batalhão de Polícia de Choque (2º BPChq);

c) 3º Batalhão de Polícia de Choque (3º BPChq);

d) Regimento de Polícia Montada – “9 de Julho” (R.P.MON. “9 de Julho”) e

e) Grupamento de Polícia de Operações Especiais (GPOE);

II – Grupamento de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar (GRPAe);

III – Batalhão de Polícia de Guarda de Palácios (BPGP), e

IV – Batalhão de Polícia de Guarda Especial (BPGE).

Parágrafo único – As unidades operacionais indicadas nos incisos I e II deste artigo subordinam-se, diretamente, ao Subcomandante da Polícia Militar; a do inciso III subordina-se, administrativamente, ao Subcomandante da Polícia Militar e, operacionalmente, ao Chefe da Casa Militar do Gabinete do Governador, e a do inciso IV subordina-se, diretamente, ao Corregedor da Polícia Militar.”

IX – artigo 22:

“Artigo 22 – A distribuição pormenorizada do efetivo da Polícia Militar, nos termos do artigo anterior, será estabelecida, em Portaria, pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de Quadros Particulares de Organização.”

Artigo 2º – Ficam incluídos no Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, os dispositivos a seguir enumerados, com a redação que se segue:

I – o artigo 1º -A:

“Artigo 1º-A – A Estrutura Básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo a seguinte:

I – Comandante Geral (Cmt. G);

II – Órgão de Direção Geral;

III – Órgãos de Direção Setorial;

IV – Órgãos de Apoio;

V – Órgãos Especiais de Apoio;

VI – Órgãos de Execução e

VII – Órgãos Especiais de Execução.”;

II – o inciso V do artigo 4º:

“V – Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização (CSM/MM).”

III – o inciso III do artigo 10:

“III – Centro de Comunicação Social (C Com Soc);”

IV – os artigos 22-A, 22-B e 22-C:

“Artigo 22-A – O efetivo necessário ao preenchimento dos cargos e funções da Casa Militar do Gabinete do Governador, nos termos do Decreto nº 29.275, de 24 de novembro de 1988, será estabelecido pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de publicação interna em Quadros Particulares de Organização (QPO).

Artigo 22-B – Os efetivos necessários ao preenchimento dos cargos e funções da Assistência Militar da Assembléia Legislativa (AMAL), da Assistência Militar do Tribunal de Justiça (AMTJ), da Assistência Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado (AMTJME), da Assistência Militar da Prefeitura do Município de São Paulo (AMPMS) e das Assistências Militares das Secretarias de Estado, todas integradas no Estado Maior Especial, serão estabelecidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de publicação interna, em Quadros Particulares da Organização (QPO).

Artigo 22-C – O Comando Geral da Corporação contará com uma Consultoria Jurídica (CJ), órgão da Procuradoria Geral do Estado, vinculada à Procuradoria Administrativa, à qual cabe a execução da advocacia consultiva do Estado, no âmbito da Polícia Militar.”.

Artigo 3º – O Quadro Anexo a que se refere o artigo 21 do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, fica substituído pelo Quadro Anexo a este decreto.

Artigo 4º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 6º e 16 do Decreto nº 29.911, de 12 maio de 1989.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de setembro de 1990.

ORESTES QUÉRCIA

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Secretário da Segurança Pública

Cláudio Ferraz da Alvarenga, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de setembro de 1990.

ANEXO B

Decreto Estadual n.º 31.318, aos 23 de março de 1990

Publicado no D.O.E. n.º 56, de 24 de março de 1990

Dispõe sobre as atribuições da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1.º - A Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, destinada a assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais no âmbito da instituição militar estadual, tem as seguintes atribuições:

- I. – Averiguar os crimes militares que envolvam integrantes da Polícia Militar, quando determinado pelo Comandante Geral da Corporação, ou quando levados ao seu conhecimento;
- II. – Assumir a apuração dos crimes militares, apurar as faltas disciplinares, realizar sindicâncias e proceder a Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, quando os respectivos procedimentos forem avocados, instaurados ou determinados pelo Comandante Geral da Corporação;
- III. – Requisitar ou solicitar os documentos necessários a instruírem os respectivos procedimentos, inclusive de outros órgãos públicos;
- IV. – Manter atualizado, por todos os meios de identificação o registro dos antecedentes criminais, disciplinares e funcionais dos integrantes da Corporação;
- V. – Requisitar ou solicitar o comparecimento de Policiais Militares, assemelhados e funcionários civis, que exerçam as funções em unidades da Polícia Militar;
- VI. – A fiscalização dos integrantes da Polícia Militar, inclusive através de exteriorização que garanta a eficiência de suas específicas atribuições;
- VII. – Adotar, de ofício ou quando provocada, quaisquer outras providências necessárias ao fiel desempenho das atribuições que lhe são conferidas no presente decreto.

Artigo 2º - O Corregedor, quando necessários, solicitará ao Comandante Geral da Corporação, o afastamento do acusado de sua Organização Policial Militar, indicando-lhe outra.

Artigo 3º O Corregedor poderá autorizar os integrantes dos quadros da Corregedoria e do órgão subordinado a realizar em todo o Estado ou excepcionalmente fora dele, diligências em trajes civis, no exercício das atividades disciplinares, funcionais e de Polícia Judiciária Militar.

Artigo 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de março de 1990.

ORESTES QUÉRCIA.

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA,

Secretário da Segurança Pública

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA

Secretário de Governo

Decreto Nº 32.337, de 17 de setembro de 1990

17/09/1990 **Publicação:** Diário Oficial v.100, n.173, 15/09/90

Revogações: Revogado o artigo 3º pelo Decreto nº 33.128, de 15 de março de 1991

Retificado pelo Diário Oficial v.100, n.176, 20/09/1990

Dispõe sobre modificações do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989.

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º – Os dispositivos a seguir enumerados do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, passam a vigorar com a redação que segue:

I – o artigo 2º:

“Artigo 2º – órgão de Direção Geral, sediado na Capital do Estado, o Comando Geral, constituído de:

I – Estado Maior da Polícia Militar (EM/PM);

II – Gabinete do Comandante Geral (Gab Cmt. G);

III – Estado Maior Especial (EM/E);

IV – Corregedoria de Polícia Militar (Correg PM) e

V – Núcleo de Estudos Avançados (NEA).

Parágrafo único – Os órgãos de que tratam os incisos I e II subordinam-se, diretamente, ao Comandante Geral e os demais Subcomandante da Polícia Militar.”

II – o inciso IV do artigo 3º:

“IV – Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários (DAMCo);”

III – o inciso I do artigo 4º:

“I – Centro de Suprimentos e Manutenção de Armamento e Munição (CSM/AM);”

IV – o inciso II do artigo 8º:

“II – Centro Farmacêutico (C. Farm.)” e

V – o artigo 9º:

“Artigo 9º – São órgãos de Apoio de Sistemas, subordinados a Diretoria de Sistemas, sediados na Capital:

I – Centro de Processamentos de Dados (CPD) e

II – Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Telecomunicações (CSM/M Tel.).”

VI – a alínea “c” do inciso VIII do artigo 12:

“c – 25º Batalhão de polícia Militar Metropolitano (25º BPM/M), sediado em Itapequerica da Serra;”

VII – o inciso X do artigo 12:

“X – Comando de Policiamento Feminino (CPFem), sediado na Capital, com seguintes Unidades Operacionais (UOP):

a) 1º Batalhão de Policiamento Feminino (1º BPMFem), sediado na Capital;

b) 2º Batalhão de Policiamento Feminino (2º BPMFem), sediado na Capital;

c) 3º Batalhão de Policiamento Feminino (3º BPMFem), sediado na Capital;

d) 4º Batalhão de Policiamento Feminino (4º BPMFem), sediado na Capital e

e) 5º Batalhão de Policiamento Feminino (5º BPMFem), sediado na Capital;

VIII – a alínea “b” do inciso I do artigo 13:

“b – 5º Batalhão de Polícia Militar do Interior General Júlio Marcondes Salgado (5º BPM/I Gen Salgado) sediado em Taubaté;”

IX – o artigo 15:

“Artigo 15 – São órgãos Especiais de Execução, sediados na Capital:

I – Comando de Policiamento de Choque (CPChq), com as seguintes Unidades Operacionais (UOp):

a) 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” (1º BPChq-BTA);

b) 2º Batalhão de Polícia de Choque (2º BPChq);

c) 3º Batalhão de Polícia de Choque (3º BPChq);

d) Regimento de Polícia Montada – “9 de Julho” (R.P.MON. “9 de Julho”) e

e) Grupamento de Polícia de Operações Especiais (GPOE);

II – Grupamento de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar (GRPAe);

III – Batalhão de Polícia de Guarda de Palácios (BPGP), e

IV – Batalhão de Polícia de Guarda Especial (BPGE).

Parágrafo único – As unidades operacionais indicadas nos incisos I e II deste artigo subordinam-se, diretamente, ao Subcomandante da Polícia Militar; a do inciso III subordina-se, administrativamente, ao Subcomandante da Polícia Militar e, operacionalmente, ao Chefe da Casa Militar do Gabinete do Governador, e a do inciso IV subordina-se, diretamente, ao Corregedor da Polícia Militar.”

IX – artigo 22:

“Artigo 22 – A distribuição pormenorizada do efetivo da Polícia Militar, nos termos do artigo anterior, será estabelecida, em Portaria, pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de Quadros Particulares de Organização.”

Artigo 2º – Ficam incluídos no Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, os dispositivos a seguir enumerados, com a redação que se segue:

I – o artigo 1º -A:

“Artigo 1º-A – A Estrutura Básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo a seguinte:

I – Comandante Geral (Cmt. G);

II – Órgão de Direção Geral;

III – Órgãos de Direção Setorial;

IV – Órgãos de Apoio;

V – Órgãos Especiais de Apoio;

VI – Órgãos de Execução e

VII – Órgãos Especiais de Execução.”;

II – o inciso V do artigo 4º:

“V – Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização (CSM/MM).”

III – o inciso III do artigo 10:

“III – Centro de Comunicação Social (C Com Soc);”

IV – os artigos 22-A, 22-B e 22-C:

“Artigo 22-A – O efetivo necessário ao preenchimento dos cargos e funções da Casa Militar do Gabinete do Governador, nos termos do Decreto nº 29.275, de 24 de novembro de 1988, será estabelecido pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de publicação interna em Quadros Particulares de Organização (QPO).

Artigo 22-B – Os efetivos necessários ao preenchimento dos cargos e funções da Assistência Militar da Assembléia Legislativa (AMAL), da Assistência Militar do Tribunal de Justiça (AMTJ), da Assistência Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado (AMTJME), da Assistência Militar da Prefeitura do Município de São Paulo (AMPMS) e das Assistências Militares das Secretarias de Estado, todas integradas no Estado Maior Especial, serão estabelecidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar, por meio de publicação interna, em Quadros Particulares da Organização (QPO).

Artigo 22-C – O Comando Geral da Corporação contará com uma Consultoria Jurídica (CJ), órgão da Procuradoria Geral do Estado, vinculada à Procuradoria Administrativa, à qual cabe a execução da advocacia consultiva do Estado, no âmbito da Polícia Militar.”.

Artigo 3º – O Quadro Anexo a que se refere o artigo 21 do Decreto nº 29.911, de 12 de maio de 1989, fica substituído pelo Quadro Anexo a este decreto.

Artigo 4º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 6º e 16 do Decreto nº 29.911, de 12 maio de 1989.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de setembro de 1990.

ORESTES QUÉRCIA

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Secretário da Segurança Pública

Cláudio Ferraz da Alvarenga, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de setembro de 1990.

ANEXO C

POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR - Controle interno da atividade policial e serviços de atendimento, investigação e registros de ocorrências - rotina de procedimento policial - NI nº CorregPM - 001/94.

Nota de Instrução nº CorregPM – 001/150/94

FINALIDADE

Aperfeiçoar o sistema de medidas de controle interno da atividade policial, através do serviço especializado de atendimento, investigações preliminares e registro de ocorrências, para apuração de:

- a) crimes funcionais, notadamente naquelas em que o policial militar fez uso de força física e de armamento;
- b) fatos passíveis de apuração por sindicância (I-16-PM).

SITUAÇÃO

a) Existe grande número de ocorrências, em cujo atendimento, por profissionais da Polícia Militar, acontece o uso de força física e de armas contra os infratores e pessoas, causando mortes, lesões corporais, constrangimentos físicos e morais, o que tem sido alvo de forte divulgação junto à sociedade;

b) Parte da imprensa e entidades de direitos civis têm posto em dúvida, em vários casos, a lisura da ação policial, alegando que esta é pautada pela violência sistemática, e

c) Por outro lado, o Comando Geral preocupa-se com os efeitos estressantes do trabalho policial, danosos ao equilíbrio mental e físico do policial militar, e com certeza potencializados, quando o profissional se envolve em ocorrências nas quais faz uso de força ou de armas contra pessoas;

d) As Instruções para Inquérito Policial Militar, Sindicância e Averiguação Sumária (I-12-PM), ora em estudos para reformulação, e as I-16-PM - Instruções do Processo Administrativo, em implantação, são insuficientes para regular por completo a atividade necessária para efetivo controle da atividade policial e. as NI anteriores (008/92, 003/93 e 005/93) demonstraram o acerto da linha de ação adotada, que

produziu redução sensível no número de pessoas mortas em confrontos com policiais militares, bem como em outros tipos de ocorrências nos quais o uso de força é costumeiro, sem alterar o quadro de trabalho, sem acréscimos perceptíveis nos índices de criminalidade e diminuindo as frentes de crítica negativa da atividade da Instituição, conforme fica exposto pelos quadros estatísticos do anexo "C".

f) O acompanhamento diuturno dos fatos demonstra perceptível aumento do número de mortes em ocorrências, o que sugere a necessidade de maior atenção na orientação geral do comportamento policial;

g) Ampliar o campo de trabalho dos plantões de atendimento de ocorrências para os questões reguladas pelas I-16-PM.

h) Há necessidade, portanto, de aperfeiçoamento das medidas adotadas nas NI008/92, 003/93 e 005/93,

MISSÃO

Intensificar as medidas de controle interno da atividade policial:

a) ampliando o serviço operacional especializado de atendimento, investigações preliminares e registro de ocorrências de crimes funcionais de índole penal militar, fatos e infrações administrativas;

b) aperfeiçoando as rotinas-padrão, mantendo especial atenção aos casos de uso de força física ou de arma, buscando eventuais desvios de conduta e excessos e, complementarmente adotando medidas preventivas de cunho administrativo, para evitar efeitos danosos à Instituição.

EXECUÇÃO

a) Condições de execução

1) O Comandante de Policiamento de Área sem prejuízo das ações pertinentes à CorregPM, tomará as seguintes providências:

a) Organizar serviço operacional de atendimento ao público interno e externo, realização de investigações preliminares e registro das ocorrências de crime funcionais de índole penal militar, fatos e infrações administrativas, observando os preceitos abaixo:

(1) O atendimento abrangerá todas as ocorrências de crimes funcionais de índole penal militar, fatos e infrações administrativas ocorridos na área do CPA, independentemente da OPM, sede do lugar de serviço do policial militar.

(2) Participação da escala de serviço, organizada em regime diuturno, os Oficiais SJD, ou outros com adequado conhecimento jurídico, da sede do CPA, das OPM diretamente subordinadas e de outras OPM sediadas na área do CPA, que tenham SJD oficialmente, fixando o menor número possível de Oficiais, considerando as peculiaridades locais e o horário de trabalho estipulado;

(a) nas áreas do interior o sistema poderá, a critério do Comandante local, funcionar em regime de sobreaviso, mas em rígidas condições de pronto atendimento e deslocamento para qualquer ponto dentro do território.

(3) Todas as ocorrências serão noticiadas imediatamente ao Oficial em serviço, o qual, quando necessário, deslocar-se-á ao local dos fatos para as investigações iniciais e movimentará as pessoas à instalação policial militar mais próxima, evitando sempre a movimentação das pessoas envolvidas no evento; quartéis mais distantes.

(4) O Oficial em serviço de plantão, terá uma equipe de apoio de, no mínimo, um escrivão, um datilógrafo e um motorista;

(a) tanto o Oficial como a equipe de apoio poderão ser fixos;

(b) a equipe prestará serviços fardada, sendo o Oficial com o uniforme B-3;

(5) O Oficial plantonista e equipe terão a sua disposição: sala, material de escritório, viatura, máquina fotográfica e outros materiais necessários ao desempenho das atividades de atendimento o público, investigação e registro das ocorrências;

b) Controlar as ocorrências acontecidas em seu território, tomando as seguintes providências:

(1) Orientar, instruir e fiscalizar a atividade policial, os procedimentos legais, técnicas de procedimento e a execução dos serviços policiais em todas as unidades subordinadas;

(2) Fazer comparecer à SJD da sede, no primeiro dia útil subsequente a ocorrência de uso de força ou arma, os policiais militares envolvidos;

(3) Verificar os antecedentes criminais e disciplinares dos PM envolvidos;

(4) Decidir sobre a conveniência de afasta-los das atividades de policiamento, de acordo com os seguintes critérios:

(a) Existindo dúvida sobre a conduta do Policial Militar, de que não se ateve ao estrito cumprimento do dever legal ou à legítima defesa de terceiro ou própria, ou mesmo nestes casos, se presentes sinais de excesso doloso ou culposos no uso de força física, de arma ou tratando-se de delito grave, ele passará a disposição do CPA ou da Corregedoria, numa das seguintes condições:

((1)) preso disciplinarmente, como medida cautelar, com fundamento nos artigos 47 e 36 do Regulamento Disciplinar;

((2)) em regime de expediente, em local designado, afastado de toda e qualquer atividade policial;

(b) O PM envolvido, como participante efetivo, em cinco ou em mais ocorrências com resultado morte, lesão corporal, constrangimento ilegal, violação de domicílio e violência arbitrária, nos últimos quatro anos, será imediatamente afastado, até manifestação da CorregPM, das atividades de policiamento a pé-afetadas por maior potencial de uso de força, assim consideradas:-ROTA, PTM e equivalentes;

(c) O PM envolvido, como participante efetivo, em até quatro ocorrências com resultado morte, lesão corporal, constrangimento ilegal, violação de domicílio e violência arbitrária, nos últimos quatro anos, será, a critério do Comando do CPA, movimentado para atividades gradualmente menos passíveis de existir a necessidade de uso de força, devendo ser observados os resultados de tal providência, em termos da adaptação do policial;

c) Caso o policial militar não pertencer à OPM subordinada, as providências cautelares administrativas serão solicitadas pessoalmente ao Comando imediatamente superior à OPM do policial, a quem será também remetida, imediatamente após a elaboração, cópia dos autos do procedimento de polícia judiciária militar instaurado, para a tomada das medidas de apuração, verificação e assistência acima elencadas;

d) Acompanhar os procedimentos de polícia judiciária militar, orientando a solicitação constante de assistência do Ministério Público, em conformidade com o artigo 14 do CPPM, e facilitando o acompanhamento dos feitos por advogados, que o requererem;

(1) orientar a rígida observância do roteiro de investigação constante do anexo "A";

(2) orientar que os procedimentos investigatórios sejam, sempre que possível, instruídos com o maior número possível de "croquis", laudos periciais, reconstituições, fotografias e outras provas de valor efetivamente instrutório do próprio processo;

(3) Requisitar dados sobre a origem das armas apreendidas em poder dos policiais e civis;

e) Controlar o afastamento do policiais das atividades de policiamento em razão de envolvimento em delitos tratados nestas instruções;

f) Avocar a instauração, e a instrução de feitos já instaurados, quando ocorrer:

(1) suspeição ou impedimento do Comandante da OPM;

(2) fatos que envolvam policiais de mais de uma OPM;

(3) fatos de repercussão social.

b. Atribuições particulares:

1) CorregPM:

a) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes contidas nesta NI, propondo alterações para correção e aperfeiçoamento das rotinas;

b) Atuar por iniciativa própria, dentro das suas atribuições, quando necessário;

c) Manter, com exclusividade, contatos com a imprensa a respeito dos casos sob sua investigação direta;

d) Controlar as ocorrências dos delitos tratados nesta NI, sugerindo ao SubComandante PM, o afastamento dos envolvidos das atividades policiais, de acordo com critérios que resultarão da análise estatística de casos em relação ao tempo de serviço, a cargo da própria CorregPM;

e) Fornecer às OPM dados sobre antecedentes de policiais militares, quando os arquivos destas estiverem desatualizados;

f) Propor o afastamento de policiais militares que se envolvam em delitos, e/ou condutas especificadas nesta NI.

g) Solicitar, a seu critério, a apresentação imediata de policiais militares que se envolvam em delitos e/ou condutas especificadas nesta NI, bem como do oficial responsável pelos registros.

2) Diretoria de Comunicação Social (DComSoc)

a) Emitir notícias, através dos meios de comunicação internos, a respeito das medidas adotadas e dos seus objetivos;

b) Propor formas de incentivo e de reconhecimento aos PM que atenderem ocorrências de boa expressão social, nas quais não haja sinais de uso indevido de força contra civis;

c) Manter contato permanente com a imprensa, verificado se não se trata de atribuição da Corregedoria.

3) Cmt CCB, Pol Área, Pol Chq, Tran, Rod, Tor e Fem:

a) Operacionalizar as rotinas determinadas por esta NI, no seu âmbito de comando, exercendo fiscalização sobre as UOp subordinadas quanto à execução das presentes instruções;

b) Ante a ocorrência de crime militar, nas situações tratadas nesta NI, tomar providências para a obtenção dos registros elaborados, promover as pesquisas de antecedentes e decidir pelo afastamento do envolvido;

c) Remeter cópia dos procedimentos elaborados imediatamente à CorregPM PM;

d) Manter controle dos policiais militares afastados das atividades policiais em decorrência de participação em ocorrências tratadas nesta NI, submetendo as eventuais movimentações, interna ou externamente ao Comando, à aprovação da autoridade imediatamente superior;

e) Dirimir conflitos de atribuições entre autoridades de polícia judiciária subordinadas.

4) Cmt UOp:

a) Operacionalizar as rotinas determinadas por esta NI, no seu âmbito de comando;

b) Providenciar para que a composição das patrulhas motorizadas (ROTA, PTM, ROTA, TOR , RPP e equivalentes) seja alterada quinzenalmente, efetuando-se rodízios nas escalas de serviço, de acordo com as peculiaridades da área, de modo que as novas patrulhas sejam diferentes, no mínimo a metade da guarnição.

5) Cmt de BPM/M:

a) Delegar, verbalmente, pessoalmente, por telefone ou outro meio de comunicação instantânea (CPPM, art 10, alínea b), aos Oficiais em serviço, regulados nesta NI, as atribuições de polícia judiciária militar que lhe competem, para a instauração imediata do inquérito policial militar, quando cabível este procedimento, caso decida por não comparecer ao local e presidir pessoalmente os atos investigatórios e cartorários;

b) Comparecer imediatamente aos locais de ocorrências graves ou em que haja o evento morte, em decorrência do uso de força pelo policial, na hipótese de impossibilidade de comparecimento do SubComandante ou do respectivo Cmt Cia, para

monitorar os procedimentos apuratórios e tomar, ou determinar por delegação, as medidas de polícia judiciária militar que lhe competirem, caso decida não presidir o feito.

6) SCmt (de BPM/M ou BPM/I)

a) Comparecer imediatamente aos locais de ocorrências graves, de vulto, com possibilidade de repercussão negativa na imprensa local ou nacional, ou em que haja o evento morte, em decorrência do uso de força pelo policial, presidindo as medidas de polícia judiciária militar e, se necessário, utilizar o apoio técnico, material e de pessoal do Oficial em serviço e equipe, quando da impossibilidade do comparecimento do Cmt de Cia;

6) Cmt Cia PM (de BPM/M ou BPM/I):

a) Comparecer imediatamente aos locais de ocorrências graves, de vulto, com possibilidade de repercussão negativa na imprensa local ou nacional, ou em que haja o evento morte, em decorrência do uso de força pelo policial, presidindo as medidas de polícia judiciária militar e, se necessário, utilizar o apoio técnico, material e de pessoal do Oficial em serviço e equipe.

7) Oficial em serviço de plantão de Justiça e Disciplina:

a) dar atendimento a todas ocorrências em que haja envolvimento de policial militar, acontecidas na área do CPA, realizando as investigações preliminares e os registros de polícia judiciária militar adequados a cada caso concreto, assim como nos fatos e infrações administrativas através de sindicância.

(1) na hipótese da ocorrência simultâneas, solicitar ao Comandante de Força de Patrulhas e, na falta deste, o Comandante de Companhia do BPM do local do fato e, se necessário, ao Sub comandante da Unidade e por fim ao Comandante da OPM, a adoção das providências preliminares, até ser possível o seu comparecimento

(2) nas áreas do interior e Grande São Paulo, a critério do Comandante do CPA, o Oficial poderá atender apenas as ocorrências havidas no município sede do plantão, em municípios próximos e na falta dos Oficiais elencados abaixo;

(a) nos demais municípios, as ocorrências serão atendidas por um plantonista local ou o Comandante de Cia, seu substituto legal ou o Oficial comandante de destacamento, os quais poderão determinar ou solicitar a presença ou auxílio do plantonista, se necessária;

((a)) nesta hipótese os Oficiais deverão observar as rotinas fixadas para o Oficial plantonista;

(3) na hipótese de necessidade de pessoal para preservação de locais de crime, escolta de pessoal, segurança de valores e outros serviços que exijam policiais fardados, poderá requisitá-los do Comandante de Força de Patrulhas do local dos fatos;

(4) na hipótese de necessidade de reconhecimento pessoal em sala apropriada e outras questões técnicas, poderá solicitar apoio à Corregedoria PM;

b) instaurar os procedimentos adequados (IPM ou APFD) por delegação da autoridade competente, quando necessário, instruindo-os com todas as provas colhidas, remetendo-os em seguida para prosseguimento;

(1) instaurar o inquérito em nome do Comandante do CPA, quando ocorrer:

(a) fatos que envolvam policiais de mais de uma OPM;

(b) fatos de repercussão social.

(2) numerar todos os feitos instaurados, utilizando o numerador do BPM em cujo território haja ocorrido o fato;

c) deslocar-se aos locais dos fatos, evitando ao máximo a movimentação de pessoas, para pontos distantes quando do registro de ocorrências;

d) observar os preceitos dos atos normativos publicados no DO de 08Set92, principalmente sobre local de crime, registro conjunto de ocorrências e requisição de perícias;

e) na hipótese de necessidade de imediato afastamento ou recolhimento disciplinar do policial envolvido, por surgir elementos durante as investigações preliminares e registro da ocorrência, contatar com o Comandante da unidade do envolvido ou à Corregedoria para legalização do ato;

f) os documentos devem ser despachadas pessoalmente pelo Oficial que os elaborou com o Comandante do CPA ou seu substituto legal, e as entregas dos autos realizadas por estafeta, com a necessária urgência.

g) em casos de ocorrências com o evento morte ou de grande repercussão social, encerrados os registros legais, o Oficial plantonista, ou seu substituto, deverá apresentar imediatamente à Corregedoria os policiais envolvidos e uma cópia dos registros de polícia judiciária militar elaborados;

8) Oficial SJD do CPA:

a) assessorar o Comandante do CPA nos fatos relativos à área criminal e disciplinar;

b) coordenar as atividades dos Oficiais plantonistas;

c) tomar as medidas necessárias para que sejam supridas as necessidades de pessoal e material, respondendo ainda pelos controles administrativos gerais dos serviços;

d) proceder aos levantamentos dos antecedentes dos policiais envolvidos nas ocorrências, registrando-os em certidão individual, quando não puder ser feito pelo próprio Oficial SJD em serviço;

e) apresentar cópia do feito de polícia judiciária militar realizado, instruído com os dados de antecedentes, para decisão do Comandante do Policiamento de Área, a respeito do afastamento dos envolvidos, quando não puder ser feito pelo próprio Oficial SJD em serviço;

f) remeter cópia do feito de polícia judiciária militar realizado, instruído com os documentos elaborados, conforme os itens anteriores, e remeter à Corregedoria PM, no prazo de 3 dias úteis, a contar da data do fato;

g) na hipótese do policial envolvido não ser subordinado do BPM do local do fato, encerrada a elaboração do procedimento de polícia judiciária militar, deverá ser remetida, imediatamente, cópia ao comandante do CPA ou Comando respectivo, para que tome providências de promoção das pesquisas de antecedentes, decisão de afastamento do envolvido, e remessa de cópia desses atos à Corregedoria;

h) as documentações devem ser despachadas pessoalmente pelo Oficial SJD com as autoridades superiores e as remessas realizadas por estafeta, com a necessária urgência.

i) elaborar relatório, anexo "B" que deverá dar entrada na Correg PM até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

j) Oficiais da OPM relacionadas nesta NI;

1) orientar os subordinados a respeito da rotinas destas Instruções;

2) apresentar ou mandar apresentar, ao Oficial em serviço de plantão, as ocorrências que configurem fatos tipificados na legislação penal militar;

3) apoiar o Oficial em serviço de plantão quando solicitado.

c. Prescrições Particulares de Polícia Judiciária Militar

1) A competência para instaurar os procedimentos de polícia judiciária militar será definida pelo princípio territorial, nos termos dos artigos 85, inciso I, alínea "a" e 88, ambos do Código de Processo Penal Militar (vide PARECER nº CJ-141/93 - item 24, BG 158/93);

a) a instauração de procedimento de polícia judiciária militar pelos critérios da sede do lugar de serviço e do lugar da residência limitar-se-á aos estritos casos da Lei processual.

2) O território considerado será o do BPM/M (ou BPM/I) com jurisdição sobre o local do fato, exceto nas seguintes hipóteses:

a) Fatos ocorridos nos quartéis, estacionamentos, acampamentos, acantonamentos (ou outros lugares sob administração militar), e respectivas zonas externas de segurança (nessa hipótese, será competente o respectivo Cmt ou Ch da Unidade que tenha tropa instalada, permanente ou temporariamente, no local do fato);

b) Fatos ocorridos durante efetivas ações de combate a incêndio e/ou salvamento, nos locais e áreas limítrofes atingidas pelo sinistro (nessa hipótese, será competente o Cmt UOp Bombeiros empregada na ação);

c) Fatos ocorridos durante efetivas operações de controle de distúrbios civis ou rurais, de preservação ou restauração da ordem pública (nessa hipótese, será competente o Cmt UOp a que pertença o agente);

d) Fatos ocorridos em efetivas operações de defesa interna ou territorial (nessa hipótese, será competente o Cmt da Unidade ou Grupamento empregado, ressalvada a competência federal, em caso de participação de tropa federal);

e) Fatos em que figurem como agentes componentes da CorregPM PM, em efetivo serviço (nessa hipótese, a designação do encarregado caberá ao SCmtPM);

f) Flagrância de crime militar cometido contra a autoridade, ou em presença dela (CPPM, art. 249);

3) Para possibilitar a efetivação destas normas, sedimentando os procedimentos vigentes, os Cmt de BPM/M devem facilitar a tomada das medidas e decisões de polícia judiciária militar e administrativas, e por conseguinte a imediata instauração do devido procedimento pelos Oficiais em serviço, a quem delegarão as atribuições necessárias, caso não compareçam imediatamente ao local dos fatos;

4) Surgindo conflito de competência entre Oficiais em serviço, a pendência deverá ser resolvida pelos superiores imediatos pelos critérios da Lei processual penal militar, considerando-se as orientações desta NI;

d. Prescrições Diversas:

1) Nos contatos com a imprensa, os Comandantes (Diretores, Chefes) e os oficiais autorizados a conceder entrevistas evitarão expor juízos de valor prévios sobre a conduta dos policiais militares envolvidos nas ocorrências de que trata esta NI, limitando-se a informar sobre o andamento das medidas legais

e regulamentares adotadas pela Corporação em cada caso;

2) Todos os escalões de Comando envolvidos deverão instruir os seus comandados sobre os objetivos das medidas adotadas pelo Comando Geral, com ênfase nos aspectos de preservação psicológica e espiritual do policial militar, e da transparência legal dos atos da Corporação, essencial em ambiente democrático;

3) As normas desta NI referentes aos CPA e aos Cmt Pol Área são extensivas, respectivamente, a todos os escalões equivalentes, subordinados aos Grandes Comandos ou ao SCmtPM, e aos Comandantes de nível equivalente;

4) Qualquer decisão de enaltecimento ou premiação, formal ou não, a policiais militares envolvidos em ocorrência na qual ocorreu uso de força contra civil, somente poderá ser tomada por decisão do Comandante Geral.

5) Todos os escalões deverão enaltecer e premiar as ações policiais de vulto, com prisão de infratores em flagrante delito, sem o evento morte, comunicando tais fatos à Coordenadoria de Comunicação Social.

6) Permanecem excluídos das escalas de Supervisor, os Comandantes das Companhias Operacionais dos BPM/M, os quais deverão ser escalados preferencialmente em eventos relativos ao território da respectiva companhia e que não exijam a presença do Comandante ou Subcomandante da OPM, em razão do comparecimento de autoridades civis ou militares com influência na área da OPM;

(a) As demais unidades manterão suas escalas normais de supervisão operacional e administrativa;

7) Os Oficiais SJD e os que concorrerem à escala de plantão ficam excluídos das demais escalas operacionais, cometidas aos Oficiais das OPM, face os encargos atribuídos nesta NI;

(a) as praças que prestarem serviço contínuo nas equipes de plantão também são excluídas das escalas supracitadas;

8) As OPM que receberem a presente NI em distribuição direta deverão redistribuí-la às OPM subordinadas envolvidas;

9) Ficam revogadas as ordens, normas e documentos de Estado-Maior, de qualquer escalão, contrárias às disposições desta NI;

JOSÉ FRANCISCO PROFÍCIO
Coronel PM Comandante Geral

ANEXO D**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO*****PORTARIA Nº CORREGPM-001/100/05***

1. O Corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no âmbito de suas atribuições legais e regulamentares, faz saber que a esta portaria encontram-se anexas as normas de instauração, instrução e controle do Procedimento Investigatório (PI) realizado pela CorregPM, em razão do disposto no Decreto nº 31.318/90.

2. Publique-se em Bol Int visando a sua ampla divulgação e cumprimento.

São Paulo, 27 de dezembro de 2005

CLOVIS SANTINON

Cel PM Corregedor

WILSON TAKAO KUBO

Maj PM Chefe do Dept Op

NORMAS DE INSTAURAÇÃO, INSTRUÇÃO E CONTROLE DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO (PI) REALIZADO PELA CORREGPM, EM RAZÃO DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 31.318/90

CAPÍTULO I

Regras Gerais

SEÇÃO I

Finalidade e Instauração

Definição e finalidade

Artigo 1º - O Procedimento Investigatório (PI) é o meio inquisitório, sumário e sigiloso de investigação do resíduo administrativo disciplinar decorrente da prática de crime, comum ou militar, por policial militar do Estado, dos atos de improbidade administrativa ou lesivos ao patrimônio público e das transgressões disciplinares que, por sua natureza ou gravidade, necessitem da atuação da Corregedoria PM na sua apuração.

Parágrafo único - Podem ainda ser objeto de Procedimento Investigatório:

- I - o cumprimento de medida judicial de caráter investigatório;
- II - quando necessário procedimento investigatório para a execução de mandado de prisão em desfavor de policial militar inativo ou de ex-integrante da Corporação;
- III- a operacionalização de apoio às autoridades policiais por ocasião dos procedimentos em que policial militar seja vítima de crime em razão de sua condição.

Instauração

Artigo 2º - A instauração de Procedimento Investigatório é atribuição do Corregedor PM que, excepcionalmente, poderá ser delegada a Oficial da Corregedoria PM, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Parágrafo único - Os Procedimentos Investigatórios instaurados por delegação dependerão de homologação do Corregedor PM, que por meio de despacho, determinará seu prosseguimento, substituindo ou não o presidente.

Dados básicos

Artigo 3º - O Procedimento Investigatório será instaurado por meio de portaria, que conterá a exposição resumida do fato a ser apurado, data, hora e local do ocorrido, a identificação do militar do Estado averiguado, quando a autoria for conhecida, e a relação dos documentos e objetos que serviram de fonte de conhecimento dos fatos.

Proibição de arquivamento

Artigo 4º - Todo Procedimento Investigatório, após ser instaurado, deverá ter curso normal, não podendo ser arquivado antes de elaborado o Relatório Conclusivo, somente cabendo sua revogação, por despacho do Corregedor PM, caso os fatos nele citados já sejam objeto de outro Procedimento Investigatório ainda em andamento.

SEÇÃO II

Instrução

Delegação da Instrução

Artigo 5º - A presidência do Procedimento Investigatório poderá ser delegada a Oficial da Divisão de Investigação da CorregPM, a quem serão transferidos as atribuições pertinentes ao Corregedor PM para a realização dos atos instrutórios necessários ao esclarecimento do fato objeto da investigação, para a solicitação de documentos e a apresentação de policiais militares, respeitados os princípios da hierarquia e de subordinação funcional.

Parágrafo único – O Corregedor PM e o Corregedor Adjunto presidirão diretamente Procedimentos Investigatórios sempre que o posto ou a antiguidade do averiguado ou outros motivos relevantes assim o determinarem.

Fruição de afastamento regulamentar

Artigo 6º - Em caso de afastamento regulamentar do Presidente, suas atribuições e responsabilidades serão transferidas ao Oficial designado interinamente para ocupar sua função.

Instrução

Artigo 7º - A instrução do Procedimento Investigatório consiste na busca da verdade real, por meio da coleta ou complementação das provas testemunhais, documentais e periciais, observados os preceitos gerais do direito processual administrativo, penal e civil.

Informalismo dos atos

Artigo 8º – Não se aplicam os rigores formais das leis processuais aos atos instrutórios, exceto quando houver prejuízo à legitimidade e à legalidade da prova.

Normas Subsidiárias

Artigo 9º - Aplicam-se ao Procedimento Investigatório, no que couber, as regras estabelecidas nas instruções de sindicância, no que diz respeito à forma de realização dos atos instrutórios, à obtenção de provas, organização dos autos, incidentes, nulidades e desencadeamento de medidas cautelares, observado o disposto no artigo 8º.

Indícios de crime

Artigo 10 - Se no curso do Procedimento Investigatório surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá comunicar o Corregedor PM, prosseguindo normalmente a apuração da responsabilidade disciplinar referente ao fato original.

Parágrafo único – Recebida a comunicação de que trata o “caput”, o Corregedor PM determinará que se providencie o encaminhamento dos documentos necessários ao Ministério Público ou à autoridade de polícia judiciária, comum ou militar, com competência para apurar o delito.

Fato irregular autônomo

Artigo 11 - Se no curso do Procedimento Investigatório surgirem indícios de fato irregular, distinto e autônomo do objeto de apuração original, deverá ser comunicado ao Corregedor PM para que, nos termos do artigo 2º, instaure novo Procedimento Investigatório ou determine a comunicação à autoridade militar competente para que ela apure o fato, prosseguindo normalmente na apuração.

Avocação

Artigo 12 - Caso surjam indícios de prática de ato irregular por Oficial PM de patente superior ou mais antigo e que não enseje a aplicação da regra contida no

artigo 10, a instrução do feito será avocada por autoridade superior, observada a condição hierárquica do averiguado, mediante a elaboração de despacho próprio nos autos.

SEÇÃO III

Conclusão

Elaboração do Relatório

Artigo 13 - Encerrada a atividade instrutória, o presidente elaborará relatório circunstanciado sobre o que apurou e suas conclusões, fundamentando-se nas provas constantes dos autos e nos preceitos legais e ético-morais vigentes.

Relatório Conclusivo

Artigo 14 – O relatório deverá ocorrer:

- I - indicação do dia, hora e local da ocorrência do fato apurado;
- II – a descrição das provas testemunhais, materiais e periciais obtidas, bem como os indícios existentes;
- III – a avaliação e comparação das provas entre si;
- IV - manifestação fundamentada sobre a autoria e materialidade do fato motivador, e proposta das medidas dele decorrentes;
- V - a responsabilidade civil, disciplinar e indícios de ato de improbidade administrativa;
- VI – a manifestação acerca de indícios de infração penal ainda não apontados ou as medidas adotadas em relação a indícios de ilícito penal já indicados no bojo do procedimento;
- VII – a sugestão da instauração, se for o caso, de outros procedimentos administrativos, bem como de remessa de cópias às autoridades interessadas.

Homologação do Relatório

Artigo 15 - O Corregedor PM apreciará a atividade apuratória, as provas contidas nos autos e a conclusão apontada pelo presidente, sob os aspectos da legalidade, do mérito e formais, homologando ou não o resultado final, bem como decidirá pela execução das medidas necessárias à implementação das propostas contidas no Relatório Conclusivo.

Saneamento e complementação

Artigo 16 – Caso se verifique a necessidade de complementação, o Corregedor PM, bem como qualquer das autoridades intermediárias responsáveis pelo saneamento do feito, determinará a restituição ao Presidente para fins de regularização ou complementação da atividade instrutória.

Medidas Pertinentes

Artigo 17 - Estando finalmente concluída a atividade instrutória e após aprovação do relatório elaborado pelo Presidente, caberá ao Secretário Operacional o desencadeamento das providências necessárias à aplicação das medidas determinadas pelo Corregedor PM.

Prazos

Artigo 18 - O prazo para conclusão do Procedimento Investigatório é de 90 (noventa) dias, a contar da data da instauração, prorrogáveis por até 90 (noventa) dias, uma única vez, por meio de despacho do Chefe do Departamento Operacional, salvo na hipótese definida no parágrafo único do artigo 5º, quando a prorrogação será feita por ato do Corregedor PM.

§ 1º - Esgotados os prazos do "caput" e não tendo sido concluídos os trabalhos investigatórios, em face da complexidade investigativa, falta de laudos periciais ou aguardo da melhor oportunidade para a coleta de provas, deverá ser elaborado relatório parcial, nos moldes do artigo 13, indicando a necessidade de prosseguimento.

§ 2º - Caso o Corregedor PM delibere pelo prosseguimento dos trabalhos, restituirá os autos, mediante despacho de desvinculação de prazo.

Controle

Artigo 19 - Caberá ao Chefe da Divisão de Investigação o controle geral dos Procedimentos Investigatórios em andamento, cuidando do seu saneamento, da atualização de banco de dados para consulta, devendo assessorar os escalões superiores quanto ao fornecimento de informações sobre os procedimentos de maior interesse institucional.

Parágrafo único - Caberá ao Secretário Operacional o controle geral dos Procedimentos Investigatórios findos, cuidando do arquivamento dos autos, da atualização de banco de dados para consulta e monitoramento da execução das providências administrativas a serem adotadas por outras Unidades.

Controle das medidas administrativas cautelares

Artigo 20 – Caberá ao Presidente manter o controle das medidas administrativas cautelares decretadas em razão da conveniência da investigação, manifestando-se acerca da revogação quando sua manutenção já não for mais necessária, ainda durante o andamento do Procedimento Investigatório ou quando da elaboração do Relatório Conclusivo, por ocasião do encerramento dos trabalhos.

Controle dos materiais apreendidos

Artigo 21 – Caberá ao Presidente o controle do material apreendido por ocasião dos trabalhos investigatórios, deliberando pelo seu local de depósito provisório, restituindo o objeto ao legítimo proprietário ou encaminhando-o ao órgão público competente, conforme seja o caso.

Parágrafo único – Em não tendo sido dada qualquer destinação ao objeto apreendido até o encerramento dos trabalhos, tal circunstância deverá ficar devidamente evidenciada no Relatório Conclusivo, devendo o Secretário Operacional providenciar o apensamento do objeto aos autos por ocasião da execução das medidas pertinentes propostas.

SEÇÃO IV

Do Relacionamento com Órgãos Externos

Vista aos autos

Artigo 22 – Caberá ao Presidente providenciar o atendimento de requerimento de vista aos autos, em cartório, por advogado regularmente inscrito na OAB, nos termos do artigo 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, bem como o fornecimento de cópia dos documentos, mediante a apresentação de petição e pagamento das taxas devidas, devendo tal circunstância ser certificada nos autos.

Fornecimento de cópias e de informações gerais em procedimentos em andamento

Artigo 23 – Caberá ao Presidente preparar o ato do Corregedor PM no caso de atendimento de requisições judiciais e administrativas, bem como dos requerimentos de pessoa que demonstre legítimo interesse quanto ao fornecimento de cópia dos autos ou informações gerais sobre os procedimentos em andamento.

Fornecimento de cópias e de informações gerais em procedimentos findos

Artigo 24 – Caberá ao Secretário Operacional preparar o ato do Corregedor PM no caso de atendimento de requisições judiciais e administrativas, bem como dos requerimentos de pessoa que demonstre legítimo interesse quanto ao fornecimento de cópia dos autos ou informações gerais sobre os procedimentos findos.

CAPÍTULO II

Atividade Operacional e Disposições Finais

SEÇÃO I

Da atividade operacional

Sigilo das investigações

Artigo 25 – Os atos instrutórios são sigilosos, devendo o Presidente e seus agentes zelar pela salvaguarda das informações, sendo vedada a divulgação de fatos e a manifestação de opiniões acerca dos procedimentos, exceto quando necessária a realização de gestões junto a autoridades civis e militares visando a operacionalização de diligências.

Diligências fora da região metropolitana

Artigo 26 – A autorização para os deslocamentos de policial militar da Corregedoria PM, em diligência investigativa fora da área metropolitana, fica delegada ao Chefe da Divisão de Investigação, exceto quando a diligência tiver que ocorrer fora do território estadual, quando então dependerá de autorização do Corregedor PM, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 31.318, de 23 de março de 1990.

Parágrafo único – Sempre que necessário, observada a necessidade de manutenção do sigilo e da compartimentação dos atos instrutórios, o encarregado da diligência deverá cientificar as autoridades civis e militares pertinentes daquela localidade, conforme seja a natureza de sua missão.

SEÇÃO II

Disposições finais

Vigência

Artigo 27 - Estas instruções entrarão em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO E**Decreto Nº 41.043, de 25 de julho de 1996.**

Estabelece normas para a locação de imóveis pela Administração Centralizada e Autárquica do Estado e dá providências correlatas

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que toda e qualquer ocupação de imóvel, seja próprio ou alugado, implica em ônus para o erário, motivo por que se deve proceder a uma permanente análise da relação custo-benefício;

Considerando que deve ser determinado, com segurança, o tamanho da área a ser locada, em metros quadrados, a fim de se estabelecer o espaço adequado à sua ocupação, sem desperdícios;

Considerando que o preço do metro quadrado oferecido para locação deve ser analisado à vista dos custos praticados pelo mercado, com avaliação precisa, buscando-se ainda uma localização em que a despesa de aluguel seja compatível com as atividades do órgão interessado, bem como com a austeridade que deve orientar os gastos públicos,

Decreta:

Artigo 1.º - Nos contratos de locação de imóveis em que a Administração Centralizada e Autárquica do Estado figurem como locatárias, serão observadas as normas estabelecidas neste decreto.

Artigo 2.º - Os contratos poderão ser inicialmente firmados pelo prazo de 1 (um) ano, no mínimo, e de 5 (cinco) anos, no máximo.

§ 1.º - Os contratos poderão ser prorrogados por período igual ao inicialmente estabelecido e, assim, sucessivamente, se não houver oposição de qualquer das partes, comprovadamente recebida 60 (sessenta) dias antes do término do prazo contratual ou de sua prorrogação.

§ 2.º - Findo o prazo contratual, inicial ou prorrogado, facultada a celebração de novo contrato de locação do mesmo imóvel, de conformidade com o presente decreto.

Artigo 3.º - Os contratos poderão ter cláusula de reajuste do valor do aluguel, com periodicidade nunca inferior à anual, devendo fixar, nesse caso, a época e as condições a que ficarão sujeitos os reajustes.

§ 1.º - Os reajustes a que se refere este artigo serão automáticos, independentes de solicitação do locador, e calculados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da Administração.

§ 2.º - Incumbe à unidade de despesa interessada ou ao órgão autárquico competente elaborar, e ao seu respectivo dirigente aprovar, o cálculo do reajuste, bem como autorizar o pagamento do aluguel atualizado e de seus consectários.

§ 3.º - O demonstrativo dos cálculos será publicado na Imprensa Oficial do Estado, no prazo de at 20 (vinte) dias de sua aprovação.

Artigo 4.º - Os contratos serão elaborados em conformidade com o modelo-padrão anexo a este decreto, ressalvado o disposto em seu artigo 8.º.

Artigo 5.º - Os processos administrativos referentes à locação de imóveis terão andamento urgente e preferencial e serão instruídos com:

I - manifestação fundamentada do dirigente da unidade de despesa interessada, ou do órgão autárquico competente, informando:

a) quanto à localização:

1. a inexistência de próprio do Estado que possa ser ocupado pelo órgão interessado;
2. se o imóvel adequado aos fins a que se destina e qual a infra-estrutura urbana existente;
3. os motivos da preferência pelo imóvel, em relação a outros disponíveis para locação, indicando quanto a esses suas áreas, endereços e valores locatícios;

b) quanto à construção:

1. se o tipo de construção atende às necessidades do órgão interessado;
2. se a construção contém elementos encarecedores do valor locatício, pela existência de requintes dispensáveis;
3. se, existindo estacionamento e/ou garagem, são necessários ao funcionamento do órgão e quantas vagas possuem;
4. se a área construída adequada ao órgão interessado, fornecendo o número de funcionários e informando sobre instalações e equipamentos necessários ao tipo de atividade que exerce;

II - documentação:

- a) planta do imóvel, certidão do registro imobiliário e cópia do carnê do lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), do último exercício;

b) cópia do contrato vencido e do recibo do último valor pago, no caso de nova locação referente ao mesmo imóvel, dispensada, neste caso, a juntada de nova planta.

III - laudo de avaliação, utilizando-se os métodos comparativos e da renda, ou, na sua impossibilidade, devidamente justificada, demonstração da compatibilidade do valor do aluguel proposto com os níveis dos aluguéis de imóveis similares da mesma localidade, observados os critérios diferenciados que forem fixados pelo Conselho do Patrimônio Imobiliário, na forma do artigo 9.º deste decreto;

IV - indicação da existência de recursos orçamentários para atendimento da despesa;

V - atos de dispensa de licitação e ratificação, ou procedimento licitatório.

§ 1.º - O laudo de avaliação previsto pelo inciso III deste artigo será elaborado por engenheiro ou arquiteto do Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário/Serviço de Engenharia e Cadastro Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado ou pelo órgão técnico competente quando se tratar de autarquia.

§ 2.º - Serão aceitos também, para os fins deste decreto, laudos de avaliação elaborados pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, mediante solicitação do órgão ou entidade interessados.

§ 3.º - O procedimento estabelecido neste artigo será observado com relação à hipótese de prorrogação contratual, prevista no § 1.º, do artigo 2.º deste decreto, exceto quanto às exigências de novo laudo de avaliação, dos atos de dispensa do certame, bem como de juntada de planta do imóvel.

§ 4.º - A prorrogação contratual deverá ainda ser precedida de manifestação acerca da compatibilidade do aluguel com os valores de mercado.

Artigo 6.º - Verificada a regularidade do processo e aprovada a minuta de contrato, o dirigente da unidade de despesa, ou o órgão autárquico competente, após submeter o expediente à apreciação do Secretário de Estado, do Procurador Geral do Estado ou do Superintendente da Autarquia, com o esclarecimento de que o valor locatício não ultrapassa o máximo fixado pelo Conselho do Patrimônio Imobiliário, autorizará a lavratura do instrumento de contrato, indicando:

I - os fundamentos da autorização;

II - o prazo da locação;

III - o valor do aluguel;

IV - a reserva de recursos;

V - outras eventuais condições específicas.

Parágrafo único - Quando o valor locatício exceder o máximo de que trata este artigo, ouvido o Conselho do Patrimônio Imobiliário, o processo será encaminhado ao Secretário do Governo e Gestão Estratégica para os fins previstos no artigo 8.º, inciso II, do DECRETO Nº 39.980, de 3 de março de 1995.

Artigo 7.º - O contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, integralmente ou em extrato, dentro de 20 (vinte) dias de sua assinatura.

Artigo 8.º - Em casos excepcionais, aprovada a minuta do contrato pelo órgão jurídico competente e com o pronunciamento favorável do Conselho do Patrimônio Imobiliário, poderá o Secretário de Estado, o Procurador Geral do Estado ou o Superintendente de Autarquia, autorizar a celebração de avença contendo cláusulas não previstas no modelo anexo, bem como alteração ou supressão das que o integram.

Artigo 9.º - O Conselho do Patrimônio Imobiliário, por deliberação:

I - fixará os valores locatícios máximos, com vistas à dispensa de sua prévia manifestação;

II - estabelecerá critérios de avaliação diferenciados, conforme o menor ou maior valor locatício dos imóveis;

III - definirá as diretrizes para o Grupo de Gestão do Patrimônio Imobiliário, da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público, efetuar a análise das locações, na forma do artigo 12, inciso IV, do DECRETO Nº 39.980, de 3 de março de 1995.

Artigo 10 - A Procuradoria Geral do Estado e os órgãos jurídicos das autarquias ficam autorizados a celebrar acordos judiciais, em processos pendentes, desde que os respectivos autores-locadores se obriguem a observar o disposto neste decreto.

Artigo 11 - As normas ora instituídas visam regular o tratamento amigável da matéria a que se referem, não abrangendo nem afetando os interesses judiciais, atuais ou futuros, de defesa da Fazenda do Estado ou de suas autarquias, em processos pendentes ou que vierem a ser instaurados, relativos a contratos em vigor, ficando ressalvada, entretanto, a hipótese prevista no artigo 10.

Artigo 12 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos nºs 22.578, de 17 de agosto de 1984, 30.453, de 21 de setembro de 1989, 23.542, de 10 de junho de 1985 e 38.485, de 24 de março de

1994, salvo quanto aos contratos celebrados na sua vigência, que continuam submetidos às suas disposições até a extinção.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de julho de 1996

MÁRIO COVAS

Robson Marinho Secretário-Chefe da Casa Civil

Antônio Angarita Secretário do Governo e Gestão Estratégica.

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 25 de julho de 1996.

ANEXO

a que se refere o DECRETO Nº 41.043, de 25 de julho de 1996

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Termo de contrato de locação ao Estado de São Paulo, de situado na cidade de , destinado , ou para qualquer outro serviço de interesse do Estado. Aos na presença das testemunhas infra-assinadas, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber, de um lado, como locador(es) o(s) Senhor(es) e, de outro, como locatário, o Estado de São Paulo (ou a autarquia interessada), por sua Secretaria , neste ato representada por seu dirigente da unidade de despesa, o(a) Senhor(a) (identificar) (ou pela autoridade competente do órgão autárquico), que assinam o presente contrato de locação, dispensada a licitação com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, devidamente ratificada pela autoridade competente, conforme Processo nº (no caso de licitação indicar elementos identificadores), pelo qual o primeiro signatário, doravante designado, simplesmente, Locador(a), aluga ao segundo signatário, doravante denominado, simplesmente, Locatário, o imóvel (descrição) para a finalidade exposta no preâmbulo e sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA Prazo de Vigência O prazo da presente locação de () (meses/anos), a começar em , e a terminar em

CLÁUSULA SEGUNDA Prorrogação Contratual Findo o prazo constante da cláusula primeira, o contrato, com todas as cláusulas, por expressa vontade das partes manifestada neste ato, prorrogar-se-á, por igual período, e, assim, sucessivamente, salvo se, at 60 (sessenta) dias antes do término do contrato ou de cada uma de suas

prorrogações, houver oposição de qualquer das partes, por escrito a do locador, em forma de comunicação protocolada na unidade de despesa interessada ou no órgão autárquico competente, e, a do locatário, por ofício numerado, assinado pela autoridade competente, ressalvado o disposto na cláusula décima primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA Aluguel O aluguel mensal de R\$ () e será reajustado a cada () meses, a contar de sua vigência, com base na correspondente variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou, se for extinto, de outro índice que venha a substituí-lo, a critério da Administração. **CLÁUSULA QUARTA Faculdade do Locatário** Nos dois primeiros meses do exercício orçamentário, em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos ou de outras providências de ordem administrativa, não ocorrerá mora do locatário, sendo-lhe facultado pagar os aluguéis vencidos durante o 3.º (terceiro) mês.

CLÁUSULA QUINTA Pagamento do Aluguel O aluguel devido por mês vencido e será pago at o 10.º dia subsequente ao vencimento, por intermédio do Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, ou da Nossa-Caixa Nosso-Banco S.A., ou, ainda, de seus agentes ou correspondentes, por meio de cheque nominativo, ordem de pagamento ou documento equivalente, cuja emissão se dará à vista de apresentação do atestado de ocupação do imóvel. § 1.º - O pagamento efetuado em desconformidade com o prazo estabelecido, ressalvado o disposto na cláusula quarta ficará sujeito à incidência de atualização monetária, nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e artigo 5.º, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994. § 2.º - O atraso no pagamento acarretará ainda a incidência de juros moratórios sobre a parcela devida, fixados em 0,5% (meio por cento) ao mês, e calculados "pro-rata tempore" em relação à mora ocorrida.

CLÁUSULA SEXTA Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Os impostos de qualquer natureza, taxas e as contribuições de melhoria, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do locador, obrigando-se o locatário a pagar as despesas ordinárias de condomínio, bem como os encargos de limpeza, força e luz, água e saneamento. **CLÁUSULA SÉTIMA Segurança do Prédio** Tudo quanto constituir obras de segurança e higiene do imóvel, para conservá-lo em estado de servir ao

uso a que se destina, tais como aquelas que interessam à estrutura integral do imóvel ou que se destinem a repor suas condições de habitabilidade, empenas, poços de aeração e iluminação, esquadrias externas, instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, correrá por conta do locador.

CLÁUSULA OITAVA Obras O locatário poderá fazer no imóvel, por sua conta, mediante autorização escrita do locador, as modificações e as obras de adaptação que julgar necessárias aos serviços do órgão que no mesmo funcionar.

CLÁUSULA NONA Conservação O locatário deverá trazer o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido o contrato, no estado em que o recebeu, salvo as modificações e as obras regularmente autorizadas e as deteriorações decorrentes do uso normal do imóvel. **CLÁUSULA DÉCIMA Reparos Necessários** O locador deverá ser notificado por escrito, mesmo extrajudicialmente, da necessidade da execução de obras de sua responsabilidade, de acordo com a cláusula sétima, e, se dentro de 30 (trinta) dias, com exceção das obras de caráter urgente, que deverão ser atendidas imediatamente, não tiver tomado as providências necessárias, o locatário mandará executar os serviços, descontando do aluguel, e pela terça parte, at solução do débito, não só a despesa efetuada como também a multa de 20% (vinte por cento) sobre a mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Rescisão pelo Locatário Este contrato será rescindido, sem qualquer direito à indenização ou multa, por proposta da autoridade competente e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, se o Estado não mais necessitar do imóvel para abrigar o órgão que o ocupa ou para a instalação de qualquer outro serviço público, na forma prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Segurança da Locação O locador declara renunciar, durante a vigência deste contrato, ou de suas prorrogações, ao direito de rescindi-lo, com base no parágrafo único, do artigo 1.193, do Código Civil. Igualmente, obriga-se, por si e seus sucessores, a garantir ao locatário, durante o prazo do contrato e de suas prorrogações, o uso pacífico do imóvel, e, no caso de venda, a fazer constar da escritura, expressamente, a obrigação de serem integralmente respeitadas, pelo comprador, as condições deste contrato. Para este fim, será o contrato registrado na matrícula correspondente do Cartório do Registro de Imóveis, na forma da lei, constituindo, essas providências e os respectivos ônus financeiros, obrigação do locatário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Despesas Correrão por conta do locatário todas as despesas oriundas de lavratura de registro do presente contrato e de suas prorrogações, bem como as de sua eventual rescisão, salvo na hipótese de ocorrer por culpa do locador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA Cláusula Penal A parte que infringir, total ou parcialmente, cláusula deste contrato, ficará obrigada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato à época da infração, e, ainda, em caso de procedimento judicial, ao pagamento de honorários de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Parágrafo único - Não caracteriza infração contratual o pagamento dos aluguéis com inobservância do prazo estabelecido na cláusula quinta deste instrumento, hipótese tratada exclusivamente naquela disposição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA Valor do Contrato O valor total do presente contrato de R\$ (), devendo a despesa correr à conta do Programa de Trabalho () Subelemento Econômico () aluguéis de imóveis, da Unidade Gestora Responsável do(s) respectivo(s) orçamento(s). **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** Foro do Contrato Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato ou de suas prorrogações. Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este termo em () vias de igual teor, por todos assinadas, atendidas as formalidades legais. São Paulo, de de 199 Locador (es) Locatário (s) Testemunhas 1 - (Nome e Qualificação - RG-CPF) 2 - (Nome e Qualificação - RG-CPF)

Decreto Nº 43.321, de 16 de julho de 1998

Acresce a alínea c, ao inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, que estabelece normas para a locação de imóveis pela Administração Centralizada e Autárquica do Estado e altera cláusula do modelo-padrão a ele anexo

GERALDO ALCKMIN FILHO, Vice-Governador, no Exercício do Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica acrescentada ao artigo 5º, inciso II, do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, a alínea c, com a seguinte redação:

"c) memorial descritivo sobre o estado do imóvel, especialmente as instalações elétricas e hidráulicas, com expressa referência a eventuais defeitos existentes.".

Artigo 2º - A cláusula décima quarta, "caput", do modelo-padrão a que se refere o artigo 4º do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Cláusula Penal

A parte que infringir, total ou parcialmente, cláusula deste contrato, ficará obrigada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato à época da infração, e, ainda, em caso de procedimento judicial, ao pagamento de honorário de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.".

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de julho de 1998

GERALDO ALCKMIN FILHO

Fernando Leça

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antônio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos
16 de julho de 1998

ANEXO F

LEI N.º 10.320, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que nos termos do § 1.º do artigo 24 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

CAPITULO I

Do controle em geral

Artigo 1.º — O controle interno, a que se refere o artigo 87 da Constituição do Estado, será exercido pelos órgãos superiores de cada um dos Poderes do Estado, sobre suas unidades administrativas que arrecadam a receita e realizem a despesa, visando a:

- I — criar condições indispensáveis para eficácia do controle externo e assegurar a regular realização da receita e despesa;
- II — acompanhar a execução dos programas de trabalho e do orçamento;
- III — avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Artigo 2.º — O controle interno, que abrange a administração direta e indireta, compreende:

- I — contabilização da receita e da despesa, bem como das alterações das dotações consignadas e da abertura de créditos adicionais;
- II — verificação da regularidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita, seu recolhimento e classificação;
- III — verificação da regularidade dos atos de que resultem a realização da despesa, abrangendo a autorização, classificação, empenho, liquidação, pagamento e contabilização;
- IV — verificação da regularidade e contabilização de outros atos de que resultem o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações, tais como: depósitos, consignações, operações de crédito, inclusive movimento de fundos, mutações, e variações patrimoniais;
- V — verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e de responsáveis por bens e valores públicos.

Artigo 3.º — O Estado, para execução de projetos, programas, obras, serviços de despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos aprovados por decreto.

Artigo 4.º — As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para a utilização do respectivo crédito.

Artigo 5.º — O Poder Executivo, no primeiro mês de cada exercício, elaborará a programação da despesa, levando em conta os recursos orçamentários e extraorçamentários, para a utilização dos respectivos créditos pelas unidades administrativas, observadas as quotas trimestrais.

Artigo 6.º — A despesa pública far-se-á:

- I — pelo regime ordinário ou comum;
- II — pelo regime de adiantamento, consistente na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas, nos casos expressamente definidos em lei, que não possam ou não convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum;
- III — pelo regime de suprimento, consistente na entrega de numerário para classificação "a posteriori", que só poderá ser feito a Pagadorias, Tesourarias e Exatorias, fiscalizadas por serviços de contabilidade anexos, que mantenham escrituração em perfeita ordem, a juízo da Secretaria da Fazenda.

§ 1º — A entrega de numerário para classificação "a posteriori", a que se refere o inciso III, constitui simples movimento de fundos.

§ 2º — Na realização de despesa por conta de suprimento observar-se-ão as normas aplicáveis ao regime ordinário ou comum, e ao regime de adiantamento, se for o caso.

Artigo 7º — Nenhuma despesa poderá ser realizada quando imputada a dotação imprópria ou sem a existência de crédito que a comporte.

Artigo 8º — Nenhuma despesa do Estado sob pena de responsabilidade pessoal de seu ordenador, realizar-se-á sem prévio empenho e respectiva contabilização.

Artigo 9º — Para cada empenho, será extraído um documento denominado "nota de empenho", que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, o nome do ordenador da despesa, bem como a designação do expediente em que a mesma foi autorizada e o relativo à licitação realizada. Dispensada esta, será feita a indicação do fundamento legal da dispensa.

Artigo 10º — O empenho de qualquer despesa, consistente na dedução de sua importância da dotação ou crédito próprio, poderá ser anulado.

Parágrafo único — Quando se tratar de despesa vinculada a contrato, a anulação, devidamente justificada, deverá ser comunicada ao Tribunal de Contas.

Artigo 11º — Os termos de contratos celebrados pelos órgãos do Estado serão publicados no "Diário Oficial", no inteiro teor ou em extrato, dentro de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

Artigo 12º — Dos contratos deverá constar, além de outros requisitos exigidas por lei:

I — a disposição legal que autoriza a sua celebração, quando for o caso;

II — a dotação ou crédito pelos quais correrá a despesa;

III — a competência do foro da Capital do Estado de São Paulo, na hipótese de ter sido celebrado com pessoa física ou Jurídica domiciliada no estrangeiro, ou em outros Estados.

§ 1º — O contrato de execução plurianual, que não for integralmente atendível pelo saldo da dotação onerada, poderá consignar, a juízo do Governador e administrador ou dirigente de órgãos da administração indireta, que o restante de suas obrigações correrá à conta de dotação orçamentária futura, contanto que a despesa respectiva se distribua em razoável proporção pelos vários exercícios e dentro das limitações fixadas nos parágrafos seguintes.

§ 2º — Na hipótese do parágrafo anterior, deve o contrato estabelecer especificamente o total das importâncias a serem pagas à conta de dotações de cada um dos exercícios futuros. Para isso, quando se tratar de contrato de obras, devem estas fixar-se em cronogramas; quando se tratar de outras contratações, inclusive de prestação de serviços, constará do ato respectivo o plano de despesa de cada um dos exercícios onerados.

§ 3º — Tão logo se inicie cada exercício financeiro, deverão ser empenhadas as importâncias que correrão à conta das respectivas dotações e destinadas ao pagamento dos contratos anteriormente firmados e de que cogita o parágrafo 1º.

§ 4º — As contratações a serem pagas com recursos provenientes de créditos especiais, com vigência plurianual, não poderão ultrapassar os limites desses recursos, nem o prazo de sua vigência.

§ 5º — Havendo interesse e desde que haja recursos adequados, poderá antecipar-se a execução do contrato a que se refere o parágrafo 1º.

§ 6º — Imediatamente após a assinatura de contratos em geral, a serem executados dentro do mesmo exercício, deverá ser empenhada, na respectiva dotação, a quantia correspondente ao seu custo total.

CAPÍTULO II

Dos Sistemas de Controle Interno

SEÇÃO

Disposição Preliminar

Artigo 13º — O controle interno será administrativo e contábil.

SEÇÃO II

Do Controle Administrativo

Artigo 14º — Todos os órgãos ou pessoas que recebam dinheiro ou valores públicos ficam obrigados à prestação de contas de sua aplicação ou utilização.

Artigo 15º — Os atos que importem alteração do patrimônio imobiliário do Estado, a título oneroso, assim como os fornecimentos, obras e serviços realizados por terceiros, com despesa para o Estado, ficam sujeitos ao princípio da concorrência, salvo as dispensas expressas em lei.

Artigo 16º — As obras e serviços deverão ser precedidos de projeto, sob pena de suspensão da despesa ou de invalidade da sua contratação.

Artigo 17º — Obedecidas as normas que regem a execução orçamentária, o pagamento de despesas será feito através de ordem bancária, sempre que possível, ou em cheque nominal.

Artigo 18º — Os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço e respectivos diretores, procedendo-se periodicamente a verificações pelos órgãos de controle.

Artigo 19º — A verificação da execução dos contratos ficará a cargo das responsáveis pelo acompanhamento das obras ou serviços e respectivos chefes e diretores, sem prejuízo do controle externo, da competência do Tribunal de Contas, e da fiscalização pela auditoria da Fazenda

Artigo 20º — As unidades administrativas manterão cadastro atualizado dos bens móveis e imóveis que estiverem sob sua Jurisdição, os quais deverão conter elementos que permitam sua perfeita identificação.

CAPÍTULO III

Do Controle Contábil

Artigo 21º — A contabilidade do Estado registrará os fatos ligados a administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial, de modo a evidenciar os resultados da gestão.

Artigo 22º — Os órgãos da administração direta observarão um só plano de contas e as normas gerais de contabilidade e de auditoria que forem aprovados pelo Governo.

Artigo 23º — Todo ato de gestão econômico-financeira deve ser realizado mediante documento que comprove a operação e registrado na contabilidade, em conta adequada

Artigo 24º — O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização, sem prejuízo do controle externo do Tribunal de Contas

e do controle administrativo a ser exercido pelas unidades das respectivas Secretarias de Estado e órgãos subordinados diretamente ao Governador.

Artigo 25º — Os administradores dos fundos especiais e responsáveis pela movimentação dos recursos postos à sua disposição remeterão, até 60 (sessenta) dias após o mês a que se referirem, os balancetes de receita e despesa, ao órgão encarregado da contabilização de suas contas.

Artigo 26º — Os documentos relativos à escrituração dos atos da receita e despesa ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira e, bem assim, dos agentes incumbidos do controle externo, da competência do Tribunal de Contas.

Artigo 27º — Mediante apresentação do órgão contábil serão impugnados quaisquer atos referentes a despesas que incidam na proibição do artigo 8º.

Artigo 28º — Nenhum pagamento de despesa orçamentária poderá ser processado sem a comprovação da prévia escrituração da despesa pelos órgãos contábeis.

Parágrafo único — A proibição deste artigo não se aplica aos Fundos Especiais e às despesas a serem efetuadas à conta de créditos extraordinários, cujo processamento será disciplinado através de ato do Poder Executivo.

Artigo 29º — As despesas de cada ano financeiro devem referir-se a material recebido ou a serviço prestado até 31 de dezembro, exceto os casos de medição de obras, material em viagem ou prestações contratuais.

Artigo 30º — Consideram-se "Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único — Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como "Restos a Pagar" no último ano de vigência do crédito.

Artigo 31º — A inscrição, em "Resto a Pagar", de despesas relativas a medições de obras, material em viagem e prestações contratuais, deverá ser precedida de Justificativa e constar de relacionamento, na forma das instruções a serem expedidas pelo Poder Executivo.

Artigo 32º — Além das exceções previstas no artigo 29, a Secretaria da Fazenda poderá autorizar a inscrição em "Restos a Pagar", de outros casos de despesas caracteristicamente obrigatórias ou de real interesse para a manutenção dos serviços públicos, na conformidade do respectivo regulamento.

Artigo 33º — As importâncias inscritas em "Restos a Pagar" prescrevem em cinco anos, contados do exercício seguinte ao de sua inscrição.

Artigo 34º — Na liquidação das despesas inscritas em "Restos a Pagar" deverão ser observadas as mesmas formalidades estabelecidas para a aplicação dos créditos orçamentários.

Artigo 35º — As despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os "Restos a Pagar" com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Artigo 36º — A Secretaria da Fazenda manterá auditoria permanente Junto à administração direta e indireta, sem prejuízo do controle externo do Tribunal de Contas.

Artigo 37º — Todo aquele que a qualquer título tenha a seu cargo serviço de contabilidade do Estado é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua Jurisdição.

CAPÍTULO IV

Do Controle Especial dos Adiantamentos

Artigo 38º — Não se fará adiantamento para despesa já realizada, nem se permitirá que se efetuem despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

Artigo 39º — Poderão realizar-se no regime de adiantamento os gastos decorrentes:

I — de pagamento de despesa extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas, ou de despesa que tenha de ser efetuada em lugar distante da repartição pagadora;

II — de pagamento de despesa com a segurança pública, quando declarado o estado de guerra ou de sítio;

III — de salários, ordenados e despesas de campo e de despesa de pessoal da Guarda Civil, quando a Secretaria da Fazenda não puder efetuar o pagamento diretamente;

IV — de despesa com alimentação em estabelecimento militar, penal, de assistência ou de educação, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de fornecimento;

V — de despesa de conservação, inclusive a relativa a combustível, matéria-prima e material de consumo;

VI — de diária e ajuda de custo;

- VII — de transporte em geral;
- VIII — de despesa judicial;
- IX — de diligência administrativa;
- X — de representação eventual e gratificação de representação;
- XI — de diligência policial;
- XII — de excursões escolares e retorno de imigrantes nacionais;
- XIII — de carga de máquina postal;
- XIV — de aquisição de imóveis;
- XV — de custeio de estabelecimentos públicos, desde que fixados, previamente, pelo órgão competente, a natureza e o limite mensal da despesa;
- XVI — de indenização e outras despesas de acidentes de trabalho;
- XVII — de aquisição de livros, revistas e publicações especializadas destinadas a bibliotecas e coleções;
- XVIII — de aquisição de objetos históricos, obras de arte, peças de museu e semelhantes, destinados a coleção, mediante autorização do Governador;
- XIX — de pagamento excepcional devidamente justificado e autorizado pelo Governador ou por expressa disposição de lei;
- XX — de despesa miúda e de pronto pagamento.

Artigo 40º — Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento, respeitado o duodécimo da respectiva dotação:

I — a que se fizer:

- 1. com selos postais, telegramas, radiogramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e lanche, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos consertos, telefone, água, luz, força e gás, e aquisição avulsa, no interesse público, de livros, jornais, revistas e outras publicações;
- 2. com encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;
- 3. com artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso e consumo próximo ou imediato.

II — outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente Justificada.

Parágrafo único — As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios.

Artigo 41º — Não se fará novo adiantamento:

- I — a quem do anterior não haja prestado contas, no prazo legal;
- II — a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas.

Artigo 42º — Da requisição de adiantamento constará expressamente:

I — o dispositivo legal em que se baseia, ou a autorização da autoridade competente;

II — o nome e o cargo ou função do responsável;

III — o código local e item, ou o crédito por onde será classificada a despesa;

IV — o prazo de aplicação.

§1º — Quando se tratar de adiantamento em base mensal o prazo de aplicação será o do período para o qual foi concedido, ou o de 30 (trinta) dias, subseqüentes ao recebimento do numerário, prazo esse improrrogável.

§2º — Quando se tratar de adiantamento único, o prazo de aplicação será fixado pelo órgão ou autoridade competente, podendo ser prorrogado em face de Justificação adequada, feita a devida comunicação ao Tribunal.

Artigo 43º — Nas requisições de adiantamento feitas pelas Secretarias de Estado, a favor da Procuradoria Geral do Estado e destinado a custear despesas com aquisição de imóveis, por via amigável ou judicial, indenização e custas ou despesas judiciais, poderá dispensar-se a indicação do responsável, emitindo-se a mesma em nome da referida Procuradoria.

Parágrafo único — A prestação de contas das importâncias requisitadas nos termos deste artigo será efetuada pelo Procurador do Estado incumbido da realização da despesa, obedecido o prazo fixado no artigo seguinte.

artigo 44º — O responsável pelo adiantamento, esgotado o prazo de sua aplicação, deverá dar entrada de suas contas no órgão respectivo, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º — Em caso excepcional, devidamente justificado, e mediante comunicação imediata ao Tribunal de Contas do Estado, poderá a autoridade competente, a qual estiver sujeito o responsável, conceder a este, razoável prorrogação de prazo fixado para entrega das contas.

§ 2º — Em caso de adiantamento único, em que o numerário seja entregue parceladamente, o responsável apresentará as contas da parcela recebida, observado o prazo fixado neste artigo.

Artigo 45º — O numerário correspondente aos adiantamentos deverá ficar depositado no Banco do Estado de São Paulo S.A., enquanto não aplicado.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Artigo 46º — Para os efeitos desta lei, a administração indireta compreende as autarquias e demais entidades autônomas dotadas de personalidade jurídica de direito público.

Artigo 47º — A criação de fundos especiais depende de prévia autorização legal.

Artigo 48º — O Poder Executivo, mediante decreto, observadas a legislação federal aplicável e as disposições específicas das leis estaduais que as tiverem instituído, poderá baixar normas gerais de controle financeiro para as sociedades de economia mista, as empresas públicas e outras entidades estaduais dotadas de personalidade jurídica de direito privado, desde que as mesmas não prejudiquem a autonomia na gestão de seus recursos.

Artigo 49º — Dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei será expedido, pelo Poder Executivo, o seu regulamento.

Artigo 50º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 51º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de dezembro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho — Secretário da Justiça

Luís Arrobas Martins — Secretário da Fazenda

Onadyr Marcondes — Secretário de Economia e Planejamento, respondendo pelo Expediente da Secretaria da Agricultura

Eduardo Riomey Yassuda — Secretário dos Serviços e Obras Públicas Firmino

Rocha de Freitas — Secretário dos Transportes

Antônio Barros de Ulhôa Cintra — Secretário da Educação

Hely Lopes Meirelles — Secretário da Segurança Pública

José Felício Castellano — Secretário da Promoção Social

Raphael Baldacci Filho — Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio

Walter Sidney Perelra Leser — Secretário da Saúde Pública

Onadyr Marcondes — Secretário de Economia e Planejamento

José Henrique Turner — Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, respondendo pelo Expediente da Secretaria do Interior.

Orlando Grabriel Zancaner — Secretário de Cultura, Esportes e Turismo

José Henrique Turner — Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil

Hélio Lourenço de Oliveira — Vice-Reitor no exercício da Reitoria da U.S.P.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 16 de dezembro de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Substituto

ANEXO G

LEI COMPLEMENTAR N. 709 — DE 14 DE JANEIRO DE 1993

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte

Lei Complementar:

SEÇÃO IV

Dos Adiantamentos

Art. 42º Os responsáveis pelas unidades de despesa deverão, mensalmente, comunicar ao Tribunal de Contas as entregas de numerário levantado sob o regime de adiantamento, relacionando o servidor que o recebeu e a quantia recebida.

Art. 43º O processo de prestação de contas relativas a adiantamento feito a servidor público da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal, deverá ser constituído de comprovantes originais de despesa, cuja autorização, por quem de direito, deverá constar expressamente dos autos.

§ 1º Em caso excepcional, poderá admitir-se por outra forma a comprovação ou justificação da despesa a que se refere este artigo.

§ 2º No processo de prestação de contas, o compromisso de despesa realizada será admitido quando dentro do prazo de aplicação para o qual foi concedido o adiantamento.

§ 3º Aceitar-se-á, em caso excepcional, devidamente justificado, comprovante que se refira a outro período.

Art. 44º A prestação de contas de adiantamento, relativa a operações policiais de caráter reservado far-se-á semestralmente, em um só processo, dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do último adiantamento do semestre, através de balancete assinado pelo responsável, conferido pela autoridade superior, se for o caso, e aprovado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 45º No exame dos processos referidos no artigo anterior, poderá o Tribunal de Contas solicitar ao servidor ou a seu superior, informações complementares de maneira a verificar se o emprego das importâncias obedeceu à classificação que se subordinam e despenderam-se, efetivamente, em operações policiais de caráter reservado, sem

prejuízo de verificação *in loco*” dos documentos comprobatórios, na forma a ser estabelecida no Regimento

Art. 46º As despesas processadas no regime de adiantamento, para atender gastos com representação de gabinete e operações policiais de caráter reservado, constituirão processo autônomo, de prestação de contas, independente da tomada de contas do ordenador de despesa, em cujo processo serão incluídas, demais despesas processadas neste regime.

§ 1º As despesas feitas por adiantamento, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas por ele na sua tomada de contas.

§ 2º Quando impugnadas, deverá o ordenador determinar imediatas providências para a apuração da responsabilidade e adoção das providências cabíveis, sem prejuízo do julgamento do Tribunal de Contas.

Art. 47º O Tribunal de Contas poderá, nos casos previstos no “caput” do artigo anterior, por meio de instruções:

I— dispensar o encaminhamento dos documentos originais de determinadas despesas, sendo que, em se tratando de gastos com representação, somente se disserem respeito aos Chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

II — estabelecer a verificação *in loco* dos documentos comprobatórios; e

III — regular a forma e o prazo de encerramento de processos de tomada de contas.

Art. 48º O ordenador de despesa não é responsável por prejuízos causados ao erário, decorrentes de atos praticados por subordinado que exorbitar das ordens recebidas.

. Parágrafo único. O processo resultante de despesas feitas em regime de adiantamento para atender aos gastos referidos no “caput” do artigo 46 desta Lei será julgado pelo Tribunal de Contas, independentemente do processo de tomada de contas do ordenador de despesa.

Art. 49º O Secretário de Estado que autorizar gastos por meio de verba de representação, ou todos aqueles que se utilizarem de numerário a esse título equiparam-se, para fins de responsabilização, ao ordenador de despesa.

Art. 50º O ordenador de despesa será quitado e o responsável liberado do adiantamento, quando da apreciação do respectivo processo de tomada de conta da Unidade de Despesa, salvo nos casos a que se refere o “caput” do artigo 46 desta Lei.